

Café-com-Letras

Revista Literária da Academia de Letras de Teófilo Otoni

DIREITOS HUMANOS *reflexos e implicações na sociedade*



Ano 15 - Nº 15 - dezembro 2017



Café - com - Letras

Revista Literária da Academia
de Letras de Teófilo Otoni

Nº 15 – DEZEMBRO/2017
Publicação anual

ACADEMIA DE LETRAS DE TEÓFILO OTONI

Fundada em 20 de dezembro de 2002
Rua Manoel Dantas, 230, Grão Pará
39800-175 Teófilo Otoni – Minas Gerais
www.letrasto.com – Telefone: (33) 98401-2518
letrasto@hotmail.com / letrasto@yahoo.com.br

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Elisa Augusta de Andrade Farina
Vice-Presidente: Antônio Jorge de Lima Gomes
Secretário-Geral: Wilson Colares da Costa
Tesoureiro-Geral: Leuson Francisco da Cruz
Presidente Emérita: Amenaide Bandeira Rodrigues

CAFÉ-COM-LETRAS: REVISTA LITERÁRIA DA ACADEMIA DE LETRAS DE TEÓFILO OTONI

Publicação anual

Produção editorial: Prof. Wilson Colares da Costa
Digitação complementar: Jair Jr.
Montagem e impressão: Gráfica Carvalho
Capa: Alegoria do afresco *A criação de Adão*, em que Deus cria o primeiro homem.
A obra encontra-se no teto da capela Sistina, Vaticano. Reprodução em grafite, produzida por Elton Antônio Gonçalves de Oliveira.

Ficha Catalográfica

Revista Literária Café-com-Letras – Ano 15 n.15
Teófilo Otoni: Academia de Letras de Teófilo Otoni, 2017.
Fundada em 2002
1.Literatura – Periódico. 2. Obras Literárias 1. Academia de Letras de
Teófilo Otoni

Os conceitos emitidos nos textos desta edição são de inteira responsabilidade dos autores e não representam, necessariamente, a opinião da Academia de Letras de Teófilo Otoni.



Maria José Haueisen Freire

Na educação e na política

Educadora teófilo-otonense, Maria José Haueisen Freire, é licenciada em Ciências Sociais, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Teófilo Otoni, da Fundação Educacional Nordeste Mineiro. Foi professora de História da Escola Estadual Alfredo Sá. Ingressou na vida política por meio dos movimentos populares, sobretudo nas chamadas “Comunidades Eclesiais de Base”.

Exerceu sucessivamente o mandato de deputada estadual de Minas Gerais de 1989 até 2004, quando renuncia em razão da eleição para prefeita do Município de Teófilo Otoni (2005-2008), sendo reeleita para o executivo municipal para o quadriênio 2009 a 2012.

Na Assembleia Legislativa foi líder da bancada de partido, líder da minoria, integrante das Comissões de Educação, Direitos e Garantias Fundamentais e Constituição e Justiça. Foi presidente das Comissões de Defesa do Consumidor e de Direitos e Garantias Fundamentais, além de ser a primeira mulher eleita para compor a Mesa Diretora, onde foi a segunda secretária. Foi também a primeira mulher a presidir a Sessão de Instalação de uma Legislatura (2003). Integra o quadro de membros beneméritos da Academia de Letras de Teófilo Otoni, é sócia honorária do Instituto Histórico e Geográfico do Mucuri.



Maria Laura Pereira da Silva Couy

A literatura em destaque!

Professora, poetisa, cronista e contista teófilo-otonense, Maria Laura Pereira da Silva Couy, reside em Belo Horizonte/MG, desde 2001. Exerceu o magistério até a aposentadoria. É membro efetiva da Academia Municipalista de Letras e da Academia Feminista de Letras com sede na capital mineira, da qual foi presidente no biênio 2008-2009. Possui trabalhos publicados em antologias e revistas literárias editadas pela Academia Feminina de Letras, como “A Hora da Graça”, “Literatura em Destaque”, “Literatura em Movimento” e “Palavra”. Em 1999 participou do livro bilíngue: português-francês: “Perolas Reverberantes”. Em Teófilo Otoni colaborou com artigos para os jornais: Folha da Cidade, Tribuna do Mucuri e Carta; em Belo Horizonte, para o jornal da Afato e, no jornal de Estado de Minas, na coluna Resenha Literária. É membro da Academia de Letras de Teófilo Otoni, titular da cadeira 27. Integra, também, o quadro especial de convidadas de honra desta academia.

Obras publicadas: A sereia de Sal e sol: contos, crônicas e prosa poética; Vivência: poesia; A Bruxinha Anabel e Circo Alegria: livro duplo infantojuvenil; O Beija Flor no Espelho: contos, crônicas e prosa poética; Ampulheta: poesia; Santa do Pau Oco: poemas sertanejos.

Sumário

Apresentação	08
Pai nosso - Hilda Ottoni Porto Ramos.....	09
Direito! Que direitos? - Elisa Augusta de Andrade Farina.....	11
Direito tem, quem direito anda - Humberto Luiz Salustiano Costa.....	13
Em defesa dos direitos humanos - José Carlos Pimenta.....	14
Direitos Humanos, reflexos e implicações na sociedade	
Ivonette Santiago de Almeida.....	16
Cerceio - Amalri do Nascimento.....	18
Tolerância, questão de maturidade - Angelo Pereira Campos.....	19
Direitos humanos ou humanos direitos - Helena Selma Colen.....	20
Educere, ensino e aprendizagem escolar de qualidade:	
direito socioeducacional - Marcos Pereira dos Santos	21
Direitos, ou deveres humanos? - Salvador Araújo.....	24
O último - Altamir Freitas Braga.....	25
O homem, a consciência - Neri França Fornari Bocchese.....	26
Tradição e fé - Paulo Cesar de Almeida.....	27
Conceito do preconceito - Rogerio Araujo.....	28
Dos direitos humanos e a sociedade - Miguel José da Silva.....	30
Criança não trabalha, criança dá trabalho - Flaviana Tavares Vieira Teixeira.....	31
Ainda temos escravos, sim, senhor! - Maria Francisca dos Santos Lacerda.....	32
Cidadão preso: dignidade e responsabilidade social - Felipe Ribeiro Lemos.....	34
Direito à vida - Márcio Barbosa dos Reis.....	35
Empoderamento da cidadania: direito humano maior - Gecernir Colen.....	36
Nem deveria haver discussão - Arnaldo Pinto Junior.....	38
Desejo de viver - Vânia Rodrigues Calmon.....	40
Preservar vidas... - Marly Rondan.....	41
O mundo adverso do homem controverso- José Geraldo Silva.....	42
Direitos humanos para todos os humanos - Rodrigo Antonio Chaves da Silva.....	43
Menino de rua - Geraldo de Castro Pereira.....	44
Direitos mais que humanos - Helenice Maria Reis Rocha.....	46
Padre Virgolino e Pastor Hollerbach, amigos de fé: Mãos fraternas que construíram a liberdade religiosa de T. Otoni - Sandra H. Barroso.....	47
Educação, um direito, nunca um favor - Cláudio Almeida.....	48
O acesso à saúde como um direito humano - Priscilla dos Santos Gomes.....	49
Direitos Humanos - Francisco Martins Silva.....	52
A vida tem dessas coisas... - Lucivalter Almeida dos Santos.....	53
Pluralidade cultural - Margareth Rafael.....	55
Sem Direitos Nem Humanos - Yara Oliveira.....	56

Direitos Humanos - Egmon Schaper.....	57
Cerúcaçaua (Aos índios brasileiros) - Elizabeth Caldeira Brito.....	58
Direitos Humanos - Marcelo Oliveira Souza.....	59
Holocausto - Sáskia Alves Lima.....	60
Menino Guarani-Kaiowá - Marise Andreatta.....	61
O preconceito - Rosimeire Leal da Motta Piredda.....	62
Direitos Humanos: reflexos e implicações - José Moutinho dos Santos.....	63
Garantias Fundamentais - Isaias Lemos Alves.....	64
Humano demasiadamente humano - Paulo César Prazeres Moura.....	65
O retrocesso - João Batista Vieira de Souza.....	66
Direito à melhor idade: educação e cultura - Maria Luciene.....	68
Dor no anonimato - Fátima Sampaio.....	69
Hipocrisia - Cláudio Hermínio.....	70
Justiça eterna - Leandro Campos Alves.....	71
Redondilha maior ao pessoal dos direitos humanos - Paulo Caruso.....	72
Crianças e adolescentes: um futuro comprometido - Emanuela R. de Lima Melo..	73
Os aromas dos tempos - Marlene Campos Vieira.....	74
Trabalho versus direitos humanos - Isabel C S Vargas.....	75
Corrupção: a mais severa violação dos direitos humanos nos tempos atuais - Célia Cunha Mello.....	76
Direitos Fundamentais e Direitos Humanos - Adevaldo Rodrigues de Souza.....	78
Onde dormem as pessoas “marrons”? - Eugênio Maria Gomes.....	79
Mortalidade infantil adiada - Sérgio Rodrigues Piranguense.....	80
Direitos humanos, utopia? - Daniel Antunes Júnior.....	81
O fel do mel - Cosme Custódio da Silva.....	83
Direitos Humanos - Ilda Maria Costa Brasil.....	84
Colheita noturna - Coracy Teixeira Bessa.....	85
A poesia como ferramenta de afirmação na periferia de Salvador - Valdeck A. de Jesus.....	86
Direito dos idosos - Antonia Aleixo Fernandes.....	87
Direitos Humanos: utopia social brasileira - Wenderson Cardoso.....	88
Eu cidadão, prisioneiro - Celso Gonzaga Porto.....	89
As novas fronteiras dos Direitos Humanos no mundo da globalização - Antônio Jorge de Lima Gomes.....	90
Direitos Humanos - Lenival Nunes de Andrade.....	93
Direitos Humanos - reflexos e implicações na sociedade - Valter Bitencourt Júnior.....	94
Quais são os nossos Direitos Humanos atuais? - Odenir Ferro.....	95
Desafios para o Brasil no século XXI - Wilson Ribeiro.....	96

O hábito faz o monge: uma reflexão sobre as crenças e os Direitos Humanos - Geraldo José Sant'Anna.....	97
Direitos humanos, deveres urbanos... - Jair Jr.....	98
Humanidades; Esquecimentos; Essências... - Marcos Coelho.....	100
Crise humanitária - Leuson Francisco da Cruz.....	101
Os Direitos Humanos e os reflexos na sociedade - Eloisa Antunes Maciel.....	102
Esperança - Therezinha Melo Urbano de Carvalho.....	103
Dispersão - Ailton Ferraz.....	105
Eu quem sou? - Águida Pereira Martins Silva de Almeida.....	106
Indiferença – Dilercy Adler.....	108
Direitos Humanos - Gilberto Ottoni Porto.....	109
Direitos Humanos e o Rotary Internacional - Iracema das Graças Ferreira.....	111
Desencanto - Seme Handeri.....	112
Para a Academia de Letras - Guiomar Sant'Anna Murta.....	113
Prêmio Literário Gonzaga de Carvalho: classificação - crônicas e poesias.....	114
Academia de Letras: histórico, patronos e quadro social.....	122

Apresentação

*“Nós devemos lutar com vigor
Para orgulho de nossa cidade
Sempre atentos faremos com amor
Que o saber seja luz e verdade”*

1ª estrofe do Hino da Academia de Letras
Hilda Ottoni Porto Ramos

Nasce a Academia de Letras e sua revista literária


Em dezembro de 2002 nascia da prodigiosa mente da professora Amenaide Bandeira Rodrigues, membro fundadora e nossa primeira presidente, a ideia da criação de uma pequena revista para a Academia de Letras de Teófilo Otoni. Assim, surge a revista literária *Café-com-Letras*, composta, inicialmente, somente por poemas produzidos pelos seus membros. A partir da edição de número cinco, a publicação ganha um novo formato, passa a ser monotemática, ou seja, a cada ano, o Conselho Geral, escolhe um tema de relevância para ser debatido e registrado em suas páginas, sob a forma de ensaios, prosa e verso.

Neste ano de 2017, a Academia de Letras e sua revista literária completam 15 anos de existência: *Jubileu de Cristal*. A revista circula, de forma ininterrupta, desde sua criação; uma caminhada com muito trabalho e dedicação de todos os seus membros e colaboradores, que tem mantido viva esta chama literária, fazendo com que a entidade e sua revista mantenham-se vivas e atuantes no seio da sociedade teófilo-otonense.

Ao ensejo desta data tão significava para a cultura teófilo-otonense, manifestamos nossos sinceros agradecimentos a todos, sem distinção, que contribuíram e ainda contribuem para a continuidade deste ambicioso projeto, qual seja, a manutenção da Academia de Letras e de suas múltiplas atividades literoculturais proporcionadas à cidade e região.

Para comemorar o *Jubileu de Cristal* da Academia de Letras e da revista literária, lançamos esta edição, com temática voltada para a área dos Direitos Humanos. Esperamos que os textos apresentados possam contribuir, significativamente, para uma melhor compreensão deste tema, amplamente explorado nesta edição.

Tenham uma boa leitura!



Prof. Wilson Colares da Costa
Secretário-Geral
Academia de Letras de Teófilo Otoni

Pai nosso¹

Hilda Ottoni Porto Ramos*

Pai nosso
Pai de irmãos
Sem olhar raça,
Posição social.
Apertar as mãos,
estreitar corações
no mesmo pulsar!

Não quero te saber, Senhor,
num céu indefinido!
Quero a Ti, meu céu, interior,
longe do mal
infinito!

Estabelecer teu reino!
Reino de amor, perdão!

Eu quisera
estar preparado
e... aqui na terra
onde a maldade
o homem

segrega
fazer minha, tua vontade!

É fácil pedir
para mim, para nós,
para os meus,
o melhor pão, farto,
feito com fermento forte,
amor, bondade!

Fazer a melhor massa,
em sabor, qualidade!

Para os outros?

“O pão que o diabo amassa!”

No suor: o sal
salga, amarga,
não faz mal!

O pão nosso
para os meus
nunca é demais!...

O ventre da ambição é elástico
Cabe sempre mais!

Para o irmão?
Não há solução!
Pão pode ser a sobra!
Fome? Enfrenta!
Pouco sustenta!
Fácil para mim
Perdão pedir!
Tentar fechar os olhos de Deus!
Culpas?
Quantas desculpas!
Absolvição para os crimes meus!
Senhor, “a carne é fraca”,
por mais que se faça
queda e desgraça,
erro, desdita,
“é a sorte... a vida!”
Devem ser esquecidas,
Sem punição!
Na cadeira dos réus,
Eles, os outros, estão sempre errados!
Serão seus troféus,
punição, castigo.
Perdoa-nos!
Como perdoamos?
Não... não pode ser assim.
Amar e perdoar, não consigo!
Prometer, esquecer...
Fácil prometer
Difícil cumprir...
Não nos deixe cair
Cair em tentação!
O mal
é um chamar sem fim!
Pai nosso
Pai de irmãos!
Dadas as mãos
quero te pedir também
para todos nós: perdão.
Amém.

¹ Poema extraído do livro: De lavrado em lavrado, 1990, p.79.81.

* Escritora, poetisa, educadora, musicista e artista plástica. É convidada de honra e membro da Academia de Letras de Teófilo Otoni, titular da cadeira 8.

Direito! Que Direitos?

Elisa Augusta de Andrade Farina *

“Compreendi que não há nada mais sublime que a determinação dos indivíduos dispostos a sofrer e a sacrificar-se por sua liberdade e sua dignidade”

Luter King

Um dos maiores acontecimentos da história mundial, no que se refere à luta pela cidadania e dignidade da vida humana, foi a Proclamação Universal dos Direitos Humanos. No entanto, a sociedade, marcada por tantas contradições, ainda pergunta: “E daí, onde estão estes direitos?”. Na verdade não precisaria existir uma declaração dos direitos humanos. A dignidade natural do ser humano é tão grande que qualquer tentativa de transformar isso em normas ou princípios seria algo totalmente absurdo. A história, no entanto, registra o contrário. Existem pessoas e sistemas que colocam poder, riqueza, terras e ambições acima dos valores humanos. Isso é notório nos históricos desrespeitosos dos direitos humanos e nos obstáculos postos à construção de uma sociedade justa, fraterna e solidária. Entretanto, não faltaram grandes lutas históricas para que fossem reconhecidos os direitos humanos. Há registros de teorias e práticas de pessoas e movimentos que muito contribuíram para que um número cada vez maior de seres humanos se conscientizasse de sua dignidade e dos seus inerentes direitos. As primeiras declarações de direitos do homem, tanto a da Revolução Francesa quanto a Declaração de Independência Americana afirmavam apenas os direitos individuais. Os direitos sociais só foram conquistados no decorrer do século XIX e XX, a partir da luta dos trabalhadores que exigiam que o Estado garantisse o seu direito à existência e ao usufruto dos demais direitos. A instituição do voto feminino e sindicalização são alguns exemplos. Quando do término da Segunda Guerra Mundial, o mundo agonizava pelas suas dramáticas consequências, torna-se evidente a necessidade de construir uma sociedade pautada em valores que protegessem a pessoa em sua integridade. Surgiu a Organização das Nações Unidas (ONU), com o intuito de desenvolver o trabalho constante pela defesa e promoção da paz. Foi promulgada a Declaração universal dos direitos humanos em 1948 com a nova mentalidade de que a paz somente seria alcançada quando as injustiças sociais fossem eliminadas e os direitos dos seres humanos promovidos. Estabeleciam-se os direitos naturais de todo ser humano, independente de nacionalidade, cor, sexo, religião, partido político, família, etc. Destacam-se entre esses direitos: direito à vida, à igualdade perante a lei e à liberdade. Condenando a tortura e a escravidão. Os princípios da Declaração fazem parte da Constituição da maioria dos países, norteiam boa parcela das decisões tomadas pela comunidade internacional servindo de referência para a defesa dos direitos humanos em qualquer situação ou lugar. Apesar disso, muitos direitos são violados. Os direitos humanos são universais válidos para todos, sem exceção, ricos ou pobres; são invioláveis, ninguém, em qualquer situação justificativa, está autorizado a violá-los; inalienáveis, não podem ser tirados. Nem a própria pessoa pode abrir mão deles, porque decorrem do fato de alguém ser humano, e não se pode deixar de sê-lo. O Dia Mundial dos Direitos Humanos é comemorado no dia dez de dezembro, apesar disso as violações são constantes e sistemáticas em todas as partes do mundo. Os menos favorecidos são esmagados e não veem respeitado o seu direito à vida e nem à diferença. O Art. I da Declaração dos Direitos Humanos reza: “Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos.

São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade”. Paradoxal... Os direitos embora sejam declarados universais e extensivos a todo ser humano, facilmente comprova que, na prática não é assim. Entre as bandeiras da dignidade e da liberdade pelas quais se luta e a realidade em que se vive, existe um fosso enorme!

* Professora, escritora, poetisa e presidente da Academia de Letras de Teófilo Otoni, titular da cadeira 06.

Direito tem, quem direito anda

Humberto Luiz Salustiano Costa*

Já dizia um grande amigo da gente, que tinha algumas tiradas filosóficas, do tipo: “Direito tem, quem direito anda”.

Talvez se inspirando nos direitos humanos preconizados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, a DUDH, aquele filósofo do povo quisesse dizer uma grande verdade.

Em nosso país é comum dizer-se que os direitos humanos existem tão somente para beneficiar os culpados em detrimento dos ofendidos. Contudo esse não é o espírito do documento universal que instituiu a DUDH aplicável a todos os homens e mulheres do mundo, sem qualquer distinção.

É sabido que cada nação tem seu ordenamento jurídico sobre a matéria, sendo o respeito aos direitos humanos considerados pré-requisito para o exercício pleno da democracia.

Seríamos de fato iguais nos direitos e obrigações? Ou existe a chamada casta dos privilegiados? É o que comumente se questiona diante de algumas injustiças praticadas em nome de interesses sabidamente escusos.

Como se sabe, remontam há vários anos a prática desse documento constituído por 30 artigos, que versam sobre direitos inalienáveis, tanto individuais, quanto coletivos - que, em conjunto deveriam, de fato, assegurar a liberdade, a justiça e a paz universal.

Embora não tendo força de lei, pelo que se sabe, é a partir da DUDH que se formulam muitas constituições e tratados internacionais mais específicos.

Em nosso país, pelo que se conhece, há um expressivo número de organizações que se movem em torno da defesa e promoção dos fins a que se destinam os direitos humanos. Sabê-los perfeitos em seu conteúdo é algo que não se pode negar; cumpri-los, em todos os seus objetivos, nem sempre é possível se levarmos em conta as interpretações distorcidas, que frequentemente penalizam pessoas de bem, infelizmente, desassistidas no que se refere ao amparo que lhes deve a sociedade em que vivem.

Bom seria que, de verdade, pudesse prevalecer, em toda sua essência, o respeito mútuo no relacionamento entre os povos. O mundo seria mais justo e igualitário dando lugar a grande confraternização universal em clima de paz, na prevalência do adágio que dá título a essas despreziosas considerações sobre temas dos mais relevantes, tendo por princípio fundamental a máxima que nos ensina que: “O direito de cada um termina onde começa o do outro”.

* Jornalista – Diretor Presidente do Sistema Caratinga de Comunicação, membro titular da Academia Caratinguense de Letras, membro honorário da Academia de Letras de Teófilo Otoni e sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Mucuri, cadeira 45.

Em defesa dos direitos humanos

José Carlos Pimenta*

Uma acurada análise pela história da humanidade revelará a opressão, a violência, a fome, a miséria e a má qualidade de vida de muitos povos, desde a antiguidade.

No mundo contemporâneo, século XXI, o desrespeito aos direitos humanos é patente ainda em muitos países, não obstante a edição de tantos textos normativos que procuraram ampará-los, em cujo elenco podem ser destacados a *Magna Carta*, de 1215; o *Bill of Rights*, de 1689, com a *Revolução Gloriosa* na Inglaterra; a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, da Revolução Francesa; a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, de 1948; a Convenção Europeia de Direitos Humanos, de 1950 e a Convenção Americana Sobre Direitos Humanos - Pacto de São José da Costa Rica -, de 1969, em vigor internacional em 1978; e no Brasil, em 1992, para cuja aplicação criou-se a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

A Constituição de 1988 pontuou a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos do regime republicano (art. 1º, III). E a prevalência dos direitos humanos é um dos princípios regentes das relações internacionais brasileiras (art. 4º, II). Como corolário estabeleceu-se que: - os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos dos quais o Brasil seja signatário, aprovados pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal segundo a tramitação das emendas constitucionais, e pelo quorum de 3/5 de votos dos congressistas, serão equivalentes a elas. Ademais, o País submete-se à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão (§§ 3º e 4º do art. 5º, acrescentados pela Emenda Constitucional nº 45, de 08/12/2004); - em casos de grave violação aos direitos humanos, para assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais, o procurador-geral da República é autorizado a suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, incidente de deslocamento do foro competente (que não o da Justiça Federal), para julgamento do caso pela Justiça Federal (§ 5º do art. 109, acrescentado pela Emenda Constitucional nº 45/2004).

O legislador constituinte inovou também ao formular amargo, por isso excepcional, remédio repressor ao desrespeito dos direitos da pessoa humana - erigido a *princípio constitucional sensível* - nos estados-membros e no Distrito Federal: a possibilidade de intervenção federal (art. 34, VII, b). A depender de representação do procurador-geral da República provida pelo Supremo Tribunal Federal (art. 36, III). A propósito, dois casos podem aqui ser lembrados. Um deles, a tentativa de decretação de intervenção federal no estado de Mato Grosso em 1991, em razão do linchamento de três prisioneiros pela população. A representação interventiva foi indeferida pelo STF (IF nº 114).

O outro, emblemático, verificou-se em face dos altos índices de criminalidade, de impunidade e da omissão de autoridades públicas no estado do Espírito Santo. Para sua coibição e repressão, o ensaio do mecanismo extremo da intervenção federal, entre 2001 e 2002, recomendado pela Primeira Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal em voto que, como membro do colegiado e relator, tive a oportunidade de proferir no dossiê em exame, aprovado em sua 112ª sessão ordinária, de 04/12/2001 (Diário da Justiça -I- de 20/12/2001, p.32). Proposta acolhida também pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, à época na estrutura do Ministério da Justiça. O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil igualmente defendeu a instauração da intervenção. Mas por razões políticas o presidente da República conseguiu atalhar e impedir a iniciativa do procurador-geral da República, junto

ao STF, promovendo, *tout court*, o envio de uma força-tarefa de investigação ao Espírito Santo. Sentindo-se desprestigiado, e inconformado, o ministro da Justiça, professor Miguel Reale Júnior, pediu exoneração do cargo, em julho de 2002.

Infelizmente, as chacinas do *Carandiru* (1992), *Candelária* (1993) e *Eldorado de Carajás* (1996) sucedem as de presídios em estados do norte e do nordeste do País neste ano de 2017. Atos de violência no Rio de Janeiro e em tantos outros rincões brasileiros, nas cidades e no campo, assustam a população, carente de segurança e de paz.

Demonstrações de solidariedade, de caridade, de compaixão são próprios da natureza humana nesses dolorosos cenários de tensão social e de violação aos direitos humanos. Mas a adoção de políticas públicas eficazes é fundamental para promover e assegurar esses direitos, com indispensável investimento na educação, na saúde, na segurança pública e no sistema carcerário; na melhoria dos meios de transporte e em tantos outros setores, aos quais devem juntar-se ações para a ampliação das oportunidades de trabalho, 14 milhões de pessoas sem emprego no País, na atualidade, histórico recorde segundo as estatísticas do IBGE.

* Doutor em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor Titular de Direito Constitucional da Faculdade de Direito Padre Arnaldo Janssen da Sociedade do Verbo Divino. Subprocurador-geral da República aposentado. Membro da Academia de Letras de Teófilo Otoni, titular da cadeira 16, membro titular da Academia Mineira de Letras Jurídicas e sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Mucuri, cadeira 33.

Direitos Humanos, reflexos e implicações na sociedade

Ivonette Santiago de Almeida*

Direitos humanos são desafios civilizatórios concebidos em espaços georreferenciais de lutas sociais históricas e dialeticamente construídas, tecendo o pertencimento da espécie humana, classes sociais, à plena cidadania. Cidadania esta que lhe garante o direito de pertencer ao país, à nação, com diversidade de espaços geográficos, étnicos e culturais, cuja cidadania é detentora de estado de direitos à vida e ao trabalho digno.

Nesta concepção, o direito universal do ser humano se constitui de princípios com finalidade existencial. Ninguém será mais e nem menos que o outro, nenhum ser, nação ou etnia será mais que a outra, serão iguais perante as leis, desde que estas (as leis), sejam iguais para todos.

Os direitos humanos são conquistas de processos históricos dos seres humanos em lutas perenes por alcançar direitos e liberdades. Para que se tenha direitos e liberdades, torna-se imprescindível haver justiça. Liberdade é a referência histórica da humanidade, desde tempos e eras milenares. É o repensar a história humana e suas conquistas por direitos. Repensar não significa esquecer e nem duvidar de fazer a memória da história humana nas conquistas por direitos e justiça social. O direito universal sem memória não será direito e nem história e, conseqüentemente, sem esta concepção não se fará passagem à justiça, à liberdade, à democracia e aos direitos humanos. O sentido histórico da economia como desenvolvimento exige o bem-estar social. Sem esta concepção, a economia só pode gerar estados de exceção, de exclusões, de subdesenvolvimento, cujas relações sociais ganham aspectos colonialistas, escravocratas globalizantes provocando retrocessos nas conquistas de direitos humanos.

Conceber Direitos Humanos pressupõe existência de direitos constitucionais com garantias contínuas de inclusões no sentido da abolição de exclusões e preconceitos. A memória histórica dos direitos humanos centra-se na hegemonia da democracia. Desta relação pedagógica resulta a construção social da hegemonia das práticas entre governantes e governados, das conquistas sociais e da construção social da cultura do direito. Esta cultura se dá pelos que lutam por valores libertários, pois liberdade sem igualdade de direitos é injustiça. Trata-se de valores jurídicos que garantam a dignidade humana e o direito à vida. Toda relação de hegemonia da democracia é uma relação pedagógica de construção da cultura jurídica local, nacional e mundial.

Volto a enfatizar que, a dinâmica histórica de visões humanísticas socializantes e civilizatórias exigem necessárias mudanças de paradigmas, indispensáveis para compreender o sentido da vida e da sabedoria do viver, onde histórias de vidas privadas produzem efeitos sobre a vida coletiva, pública, econômica, política e social. Incluso aí, o meio ambiente sustentável.

O amor à espécie humana e à natureza, a concepção de nação e cidadania e o bem-estar social requerem profundas metamorfoses de perspectivas sobre o sentido da existência.

Os limites da visão puramente econômica e não produtiva, fundamentalmente rentista do capital financeiro globalizado ou não, constrói a falsa moral de um “deus mercado” que só privilegia a acumulação de poder político e econômico; expressam e somam ganâncias; ódios; colonização econômica, política, ideológica, étnica e cultural (incluindo a midiática) como combustíveis de guerras, conflitos e comoções sociais. Este ultrapassado paradigma é responsável pelo estado de miséria, pobreza, fome e mal-estar social quase absoluto de grande parte da população mundial. É anti-direitos humanos.

Este tema nos remete à realidade de instabilidade econômica, política e social no Brasil atual. Há em curso um golpe de estado de caráter parlamentar, jurídico e midiático

que, numa farsa gerou afastamento da presidenta da República Dilma Vana Rousseff eleita democraticamente em sufrágio universal pelo voto popular. Foi afastada sumariamente, sem ter cometido crime de responsabilidade, num atentado à Constituição cidadã de 1988. Nesta recente história nacional, o golpe, paulatinamente, se desmascara, nacional e internacionalmente, uma vez que os autores o reconhecem e sem legitimidade agem à força de ilegalidade constitucional, no uso de “lawfare”, ou seja, perseguir utilizando-se das leis e abuso de autoridade. Contam ainda com apoio de parte do Judiciário, do Ministério Público e Procuradorias da República. Diante da Nação indignada, estes poderes se constituem autores cúmplices do golpe político, jurídico, parlamentar e midiático.

Comprometem a democracia e os direitos humanos quando não há ao que se recorrer em termos de justiça e legalidade. Em regimes de exceção quando poderes do judiciário estão envolvidos, além de meios de comunicação nada comprometidos com verdades e qualidade de jornalismo; exercem poder político e comprometem a justiça e os direitos humanos, pois não há a quem recorrer na vigência de desmandos e desgovernos. Em gestos de divulgações duvidosas de culpas estes alicerçam mentiras, insinuações e “convicções” falsas e omissões em seletividades e parcialidades de julgamentos jurídicos em favor ou desfavor daqueles que vem ou não ao caso. Comprometem a defesa e segurança da Nação e da riqueza nacional. Passam a servir interesses de perdedores de eleições, de golpistas confessos e corruptos ladrões de cidadanias e de recursos públicos, interesses estrangeiros em detrimento da soberania nacional. Atingem liberdades e dignidades humanas, além de tornarem-se defensores de corrupções seletivas e sonegações fiscais de empresas e classes econômicas dominantes.

Como reportar a Direitos Humanos onde difundem ódios gratuitos, cinismos e hipocrisias; preconceitos que caracterizam racismos, homofobias e misoginias? Em nome de quem? Da nação brasileira provavelmente não é, de direitos humanos muito menos, quando assassinam direitos trabalhistas e previdenciários do povo brasileiro. Cobram do povo rambos feitos pelas elites econômicas, empresariais, oligarquias colonialistas e escravagistas que surrupiaram e surrupiam recursos públicos como se proprietários fossem em detrimento dos direitos de cidadania das classes populares. Como falar em Direitos Humanos quando o ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva sofre perseguições políticas ostensivas, com seletividades e parcialidades judiciais? Perseguições estas até de justiceiros inquisidores travestidos de juizes. Tudo isso por executar e defender programas de governo com políticas de inclusões sociais daqueles cidadãos despossuídos e menos favorecidos da sociedade, adotadas em anos de governos de Lula e Dilma. Conquistas sociais nunca antes vistas na história deste País. É isto que amedronta a chamada elite econômica e parte da classe média?

No cenário mundial, o Brasil foi o único País reconhecido e declarado pela ONU que conseguiu tirar 30 milhões de brasileiros do mapa da fome e da miséria, a partir de 2003.

O momento exige reflexões políticas sensatas e reações de gritos de liberdades, por direitos e por justiça. Requer enfrentar os desafios frente aos desmontes e retrocessos nas conquistas trabalhistas e previdenciárias, na dilapidação da riqueza nacional e alcançar políticas públicas que garantam direitos universais, liberdades, justiça e bem-estar social, no Brasil.

A capacidade revolucionária popular de homens e mulheres e suas intervenções subjetivas nos processos objetivos de desenvolvimento da sociedade, fazem avanços nos Direitos Humanos conquistados como desafios civilizatórios.

* Escritora teófilo-otonense, docente em saúde e educação aposentada pela Universidade de Brasília – UnB. Médica-pediatra e consultora especializada em planejamento e gestão em saúde. É membro correspondente da Academia de Letras de Teófilo Otoni. Reside em Brasília - DF.

Cerceio

Amalri do Nascimento*

Antes que o caos do asfalto,
angústias das liberdades cerceadas me abatam;
nem a falácia dos arautos proclamadores da salvação da pátria,
afoguem em descabros nossas pobres almas;
minhas órbitas bebem,
de soslaio, em doses homeopáticas,
do lenitivo lento de desejos sociais, a ARTE;
utópica panaceia que inda deleita olhares vagos cansados...
“A arte existe para que a verdade não nos destrua”

* Suboficial da Marinha do Brasil, poeta, contista e artista plástico autodidata. Potiguar, está radicado no Rio de Janeiro – RJ e é membro correspondente da Academia de Letras de Teófilo Otoni.

Tolerância, questão de maturidade

Angelo Pereira Campos*

Tolerância: palavra e ação da qual o mundo carece. A sociedade globalizada demanda esta atitude fundamental, em prol da emancipação de direitos e da defesa da vida. Em algum momento o significado oposto, isto é, a intolerância, extrapolou os muros do bom senso e atingiu em cheio as esferas da vida social, tais como a família, a escola, o trabalho e a dimensão da vida religiosa. A intolerância nasce da vontade de impor uma única visão de mundo a todas as pessoas, desconsiderando o que para cada povo ou pessoa alimenta o sentido de sua existência e proporciona sua felicidade. O que o sentimento de intolerância menos suporta é a diversidade, quer pintar o mundo em matizes cinzentos, como cinzentas são as ideias intolerantes.

A tolerância, por sua vez, designa a capacidade de suportar, comportando o aspecto da aceitação. Compreender comportamentos alheios e aceitar opiniões diversas revela o sinal de uma mentalidade amadurecida. Trata-se de um desafio para o nosso tempo.

Contudo, tal atitude amadurecida não é algo tão simples como a princípio possa parecer. A realidade bate à nossa porta e nem sempre estamos preparados para recebê-la. Algumas vezes nossa visão fica ofuscada. Em certa medida, tornamo-nos participantes de algum tipo de intolerância por não sermos conhecedores exímios de todos os hábitos e comportamentos. O sentimento de repulsa por algo que nos afeta surge antes da capacidade de reflexão. O mal, porém, alimenta-se da recusa em fazer um uso livre da razão, em querer refletir e assim abrir-se à compreensão. Tal recusa impede o diálogo e põe sob o laço da ameaça todo o sentido de uma vida comunitária capaz de prover o bem comum.

O Artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Contudo desde o Contrato Social de Rousseau ouvimos que esses mesmos seres humanos nascidos livres encontram-se, por toda a parte, colocados a ferros. Paradigmaticamente, o que a reflexão sobre a tolerância suscita, frente à indignação de um poder que fere os direitos fundamentais, é o sagrado direito à diferença. A cultura é plural, assim como as ideias. O temor das diferenças precisa ser apaziguado pela inteligência e pelo amor. A violência é a arma dos intolerantes. Por isso vemos hoje, em todo o mundo, e não menos no Brasil, um somatório de intimidação e a proliferação de discursos bélicos, porque nos afastamos da inteligência e do amor.

Lamentavelmente os discursos desprovidos de amor alcançaram hoje um patamar estético, transformando a objetificação do outro em imagem. São as mulheres, os povos indígenas, os afrodescendentes, os refugiados, enfim, todos os outros que compõem o quadro da humanidade, considerados “minorias”, não no sentido quantitativo, mas no qualitativo de minoridade, da redução para menos, despossuídos de voz.

A reação a este estado de coisas forma as diversas militâncias e faz da tolerância não um conceito, mas uma necessidade prática. E assim é, pura e simplesmente, porque demanda de todos nós, desde sempre, uma atitude reflexiva, corajosa e ética.

* Filósofo e psicanalista, especialista em Abordagem Transdisciplinar. Autor de Sociologia da coleção de livros didáticos *A Vida é Mais*. Consultor educacional. Reside em Belo Horizonte - MG e é membro correspondente da Academia de Letras de Teófilo Otoni.

Direitos humanos ou humanos direitos

Helena Selma Colen*

A primeira ideia de declarar os direitos humanos surgiu em junho de 1776, escrita por George Mason e proclamada pela convenção da Virgínia.

Em 1779, Karel Vasak propôs uma classificação dos direitos humanos em gerações, inspirado no lema da Revolução Francesa: Liberdade, Igualdade, Fraternidade.

Também os direitos de primeira geração seriam os de liberdade, compreendendo os direitos civis, políticos e as liberdades clássicas.

Na Roma Antiga havia o conceito jurídico da concessão da cidadania romana a todos os romanos. O cristianismo durante a idade média, foi a afirmação da defesa da igualdade de todos os homens numa mesma dignidade. Foi durante esta época que os filósofos cristãos recolheram a teoria do direito natural, na qual o indivíduo está no centro de uma ordem social e jurídica justa, assim foram criadas muitas teorias no decorrer do tempo.

Assinada em 20 de junho de 1945, a carta das Nações Unidas, na qual os povos proclamaram sua determinação em preservar as gerações futuras do flagelo da guerra, proclamar a fé nos direitos fundamentais do Homem, na dignidade e valor da pessoa humana e na igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Depois que lançaram a Carta Dos direitos humanos, os acontecimentos foram sendo modificados, já que todo ser humano conserva seus direitos, seja em situação de desespero, de abuso de autoridades, em qualquer situação de risco, ou de calamidades, todos tem garantidos os seus direitos, coisa que antes de 1945 não era sequer cogitada.

* Professora e escritora, é membro correspondente da Academia de Letras de Teófilo Otoni. Reside em Ladainha - MG.

Educere, ensino e aprendizagem escolar de qualidade: direito socioeducacional

Marcos Pereira dos Santos*

Pensar, falar e escrever sobre ensino e aprendizagem no que tange ao contexto educativo escolar, consiste em três tipos distintos de atividades complexas e desafiadoras, embora sejam todas elas deveras instigantes e de capital relevância no atual século XXI – período histórico em que vivemos sob a égide do ferrenho sistema econômico capitalista; da instabilidade financeira; do subemprego; dos altos índices estatísticos de desemprego; da crise econômica; da aldeia global (globalização/mundialização); das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs); do conhecimento em rede; da Era Virtual (mídias eletrônicas e Educação a Distância *on-line* – EaD); das reformas políticas, jurídicas, trabalhistas e previdenciárias; do empreendedorismo transnacional; da pluralidade cultural; da gestão institucional colegiada; dos acirrados debates sobre as relações de gênero – teorias *queer* (SILVA, 2015); do individualismo; do nepotismo; do consumismo supérfluo e exacerbado; da inclusão social (excludente!); da implantação/implementação de diferentes políticas públicas e socioeducacionais; da violência (des)velada contra mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência; da “delação premiada” no âmbito dos casos de corrupção política; e de tantas outras situações que afetam direta ou indiretamente a sociedade de classes antagônicas.

Face ao exposto, pode-se afirmar que, nos dias atuais, há uma sociedade multifacetada, estratificada, calidoscópica; em que os direitos humanos, civis, sociais, políticos e educacionais nem sempre são devidamente valorizados, respeitados e levados em consideração por parte de alguns órgãos públicos ou privados e/ou da elite detentora do poder político, econômico e ideológico.

Mesmo sendo o ensino e a aprendizagem escolar dois processos educacionais notadamente distintos, dadas as especificidades inerentes a cada um deles e as atribuições/funcionalidades que engendram aos seus agentes escolares (professores e alunos; respectivamente), faz-se mister salientar que ensinar e aprender se configuram como dois verbos que se conjugam juntos; o que implica asseverar que existe uma relação umbilical de interdependência entre ambos, consistindo no que Freire (2000) denomina *dimensão dodiscente* do processo educativo escolar, isto é, todo ensinante também é aprendiz e vice-versa. Daí o uso, por vezes, da expressão *ensinar-e-aprender* ou *ensinante-e-aprendente*; indicando que todo educador ao “formar”, também se “forma”.

Ter acesso à instituição-escola e nela possuir condições de permanecer in loco, e, principalmente, poder desfrutar de uma *Educação de qualidade* em termos de *educere, ensino e aprendizagem escolar* diz respeito a uma questão de *Direito Educacional*, por excelência, independentemente de raça, cor da pele, etnia, gênero sexual, credo religioso e/ou *status* social. Trata-se de uma normativa jurídica e, inclusive, de um *direito social* (individual e coletivo) fundamental assegurado e garantido em lei; conforme prescreve o Artigo 6º da atual Constituição da República Federativa do Brasil (Carta Magna ou Constituição-Cidadã), promulgada em 05 de outubro de 1988, durante o governo republicano do presidente José Ribamar Sarney. (BRASIL, 1988)

Uma vez que vivemos num Estado Democrático de Direito como República presidencialista, no qual “a educação (escolar) abrange os processos formativos que se

desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa (científica), nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil organizada, e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996), segundo estabelece o Artigo 1º disposto na vigente Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, sancionada pelo então presidente da República Fernando Henrique Cardoso (FHC), somos levados a conclamar em alta voz, sem qualquer resquício de vã hipocrisia ou demagogia político-partidária, que a educação escolar é a base sólida, o ponto-chave, o *locus* central de qualquer país (desenvolvido ou em processo de desenvolvimento) que almeje estar no *ranking* das maiores potências do mundo em termos de qualidade de ensino e aprendizagem escolar, progresso cultural, avanços científico-tecnológicos, sustentabilidade ambiental, acessibilidade a pessoas com diferentes tipos de deficiência (visual, mental, auditiva, múltipla etc.), portabilidade de telefonia móvel, descobertas científicas, cuidado e preservação do ecossistema biológico (fauna e flora), preparação de adolescentes e jovens para ingresso e adequada recolocação no competitivo mercado de trabalho, dentre outros fatores congêneres; tendo em vista a conquista de uma sociedade cada vez mais justa, fraterna, ética, moral, responsável, ecologicamente sustentável, compromissada, equânime e politicamente democrática.

Portanto, sem a pretensão de esgotar a temática em pauta, torna-se profícuo asseverar em última instância que observemos atentamente, absorvamos em doses homeopáticas e analisemos de modo crítico-reflexivo o seguinte: *Educação escolar de qualidade = ensino escolar eficaz e eficiente + aprendizagem escolar significativa + qualificação docente (inicial e continuada) + adequada preparação de estudantes/profissionais para o mundo do trabalho.*

Quicá que esta equação matemática de viés empreendedor possa estar sempre balanceada, em ponto de equilíbrio; de fato e de verdade.

É o que sinceramente almejamos. Eis a fórmula!

Final de contas, em toda tipologia de EDUCAÇÃO (escolar formal, informal, não formal, presencial, semipresencial e à distância) estão presentes também algumas EDUCAÇÃOES (constructos históricos, antropológicos, filosóficos, sociológicos, psicológicos, epistemológicos, gnosiológicos, teológicos, axiológicos, teleológicos e estéticos em geral).

Parafraseando as palavras de Luckesi (1991), convém que tenhamos (consciência de que a *educação escolar* pode ser utilizada como instrumento de redenção (panaceia), aparelho de *reprodução* ideológica estatal ou instrumento de *transformação* da sociedade de classes – três tendências filosófico-políticas cuja direção e sentido dependem, unicamente, das concepções e ações de cada um(a) de nós: educadores, educadoras, docentes, discentes, cidadãos e cidadãs do Brasil de cultura plural (CERTEAU, 2001).

Que este ensaio científico possa servir de alerta para o fato de que se a *Educação*, o *ensino* e a *aprendizagem escolar* não apresentam *qualidade*, conseqüentemente a sociedade terá fissuras e declínios (“efeito dominó”).

Então: *Educere! Educare et educare! Sapere aude!*

Referências

BRASIL. Congresso Nacional. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Diário Oficial da União, de 05/10/1988.

_____. Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Diário Oficial da União, de 23/12/1996.

CERTEAU, M. A cultura no plural. 2.ed. Campinas: Papyrus, 2001. (Coleção Travessia do Século).

FREIRE, P. R. N. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 14.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. (Coleção Leitura).

LUCKESI, C. C. Filosofia da educação. São Paulo: Cortez, 1991. (Coleção Magistério 2º Grau – Série Formação do Professor).

SILVA, T. T. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 6.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

* Pós-doutorando em Educação Religiosa. Escritor, trovador, literato, poeta, cronista, ensaísta, articulista, antologista, haicaísta ao estilo oriental. Docente adjunto do Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais - Faculdades Integradas dos Campos Gerais, junto a cursos de graduação (bacharelado, licenciatura e tecnologia) e pós-graduação lato sensu, em Ponta Grossa/PR. É membro correspondente da Academia de Letras de Teófilo Otoni.

Direitos, ou deveres humanos?

Salvador Araújo*

Leitor, preciso que me ajude a escrever este texto. Venha sentar-se aqui perto de mim. Pegue, ali, aquela folha de papel e não se preocupe em arrumar o cabelo, basta-me sua cabeça. Então, por favor, dê um tempo nesse vai-e-vem de dedos na tela do seu celular, esqueça, por um momento, as mensagens do *WhatsApp*, as fotos e os vídeos enviados para o seu *facebook*. Você não está vendo?... Eles querem nos convencer de que possuímos direitos!

Mas o Brasil dos direitos não concorda com o preço que pagamos pelo remédio, pelo gás de cozinha, pela energia elétrica, pelo telefone, pelo transporte e pelo quilo de feijão. Ah, sim, brasileiro honesto também não concorda com a pesada carga tributária que pagamos. Mas não podemos fazer nada. Não temos direito nem de questionar.

Se você trabalha no setor privado, vive em tensão constante pela possibilidade de perder o emprego. Se é servidor público, seus vencimentos estão atrasados ou defasados. E tem mais, seu sangue (com certeza!) está vertendo nas presas de um “leão” desgraçado, insaciável. Porque até suas vantagens ou salários atrasados são sempre pagos acumuladamente, para que você seja elevado a um outro patamar de contribuinte do IR. Dessa forma, paga-se de um lado e se retira do outro. Você já viu essa manobra em seu contracheque? E você não tem direito de dizer nada. Nem greve você pode fazer, porque acabam cortando seu ponto.

Os deveres nos são impostos, ao arrepio dos nossos direitos. E nunca podemos fazer nada! Sabe de uma coisa, leitor, não queremos a reforma trabalhista, gostaríamos de ver político corrupto cassado, Presidente da República deposto por ações desonestas. Mas não se pode fazer nada! Eles é que criam as regras, você não tem direito a nada. E, se você não votar nas próximas eleições, será considerado analfabeto político. Mas, cuidado com o que fala, leitor, cuidado!... Verifique os freios de sua bicicleta, porque não é de hoje que se veem aviões caindo e helicópteros desaparecendo, como que tragados por forças alienígenas.

A Constituição do seu país muda ao bel prazer de sua “Suprema Corte”. Nesse caso, não por emendas, mas por interpretações. E você sabe que seu ordenamento jurídico autoriza, só em casos de lacunas da legislação, a aplicação da analogia, dos costumes, dos princípios gerais do direito e da equidade, sendo vedado ao julgador o chamado *non liquet*. Há, ainda, uma série de métodos de interpretação da norma jurídica; mas, nenhum deles nasceu para beneficiar aliados, em total convivência com a corrupção e o malbaratamento da res pública. Você está vendo tudo isso, mas não tem direito de dizer nada!

Você concorda que direitos são prestações positivas?... Que, em se tratando de “direitos humanos”, nem se faz necessária regulamentação, uma vez que a própria Constituição já impõe sua aplicação direta e imediata? Então, como é que se tem direitos, se nos faltam subsídios para a manutenção da própria vida, o direito mais humano para nossa espécie!? Quem nos garante direito à liberdade, se, em casa, estamos trancafiados por grades e tetra chaves; se, na rua, tornamo-nos presa fácil do “tiro ao alvo”, ou da bala perdida.

Agora, leitor, você deve estar concordando com o título do texto que me ajudou a escrever. Porquanto tem consciência de que, em termos de Brasil, a nomenclatura mais adequada não seria “direitos humanos”; mas, sim, “deveres humanos”, já que somos obrigados a fechar os olhos para as coisas que mais nos afligem. Porque também não se sabe mais o que foi feito com a magnitude de nossa “Magna Carta”, que nasceu com o propósito de ser repositório de direitos.

Mas, leitor, tenhamos cuidado com o que falamos! Eu não lhe disse nada sobre o que é uma decisão monocrática infame ou um acórdão vil e maldito... É melhor parar por aqui e ir almoçar logo, enquanto não nos tiram esse direito!

* Escritor e poeta. É membro da Academia de Letras de Teófilo Otoni, titular da cadeira 28.

O último

Altamir Freitas Braga*

A pena capital não evita o crime e o que é pior: não ressuscita o condenado inocente. A história está repleta de erros judiciários. Mas os homens não sabem exatamente medir o que é a impunidade. Falta-lhes conhecer a extensão do mistério da nossa existência tão fugaz. E, muitas vezes, a verdade se mistura com interesses espúrios levando pessoas inocentes a uma morte desnecessária e injusta. A insensatez é própria daqueles que buscam por todos os meios, o poder.

Na metade do século XIX, na região onde hoje se situam as cidades de Macaé, Campos e as do norte fluminense, restavam extensas florestas virgens da conhecida Mata Atlântica. A extração madeireira era livre. A maioria dos fazendeiros daquela região explorava esse ramo com o fim de exportação, pois, o porto de embarque (Macaé) possibilitava o fácil escoamento do produto para o exterior. Dentre eles, Manuel da Mota Coqueiro.

Em suas terras morava, como agregado, o português Francisco Benedito (vulgo Chico Benedito). Casado, pai de cinco filhos e três moças lindas e atraentes: Mariquinha, Chiquinha e Sá Antonica. Coqueiro tratava seus escravos com respeito e, quando em vez, até concedia alforria. Não adotava castigos. De sorte que, tal procedimento causava aos demais fazendeiros da região um descontentamento e uma inveja descabida.

Faustino e Flor, escravos de Coqueiro, assustados, trouxeram uma notícia de que alguém fora chamar autoridades, a fim de constatar o que havia na casa de Chico Benedito, incendiada e já com alguns urubus pairando sobre ela e que o boato da autoria pairava sobre o patrão... Mudo e constrito Coqueiro procurou refúgio na família.

A opinião pública abateu-se contra Coqueiro com calúnias e maldições:

- Mata, mata! Morra Motta Coqueiro... A FORCA!!! - Bradava a multidão.

As autoridades, longe de tentar a busca da verdadeira autoria em sua essência, como medida supletiva e necessária de um laudo cadavérico completo, trataram de incendiar ainda mais o espírito da multidão cega e em ebulição.

Debalde o brilhantismo do Doutor Francisco Amaral, advogado de Coqueiro, que esgotou todos os recursos e, por último, um pedido de clemência ao imperador, este acabou por ser condenado à força.

O Padre Freitas, pároco local ouvira antes em confissão, os verdadeiros criminosos. Com sua consciência pesada por não ter podido evitar aquela morte injusta, relatou o fato às autoridades eclesiásticas. Disse mais, que os verdadeiros culpados estavam ainda à solta e dispostos, em sigilo, admitir a culpa. A licença especial para o Padre Freitas revelar o ocorrido não tardou. Obteve das autoridades, por licença especial, a autorização para relatar os fatos ouvidos, em confissão, pelos verdadeiros assassinos. Mais uma vez tarde demais...

Agora, inverteu. Os ecos da opinião pública, proclamando a inocência de Coqueiro, chegaram aos ouvidos de Dom Pedro II. Meticuloso como era, tomou conhecimento de todos os fatos a ele narrados. Imediatamente, determinou a vinda dos autos, pois desejava reexaminá-los. Da leitura, concluiu que, um dia, suas mãos haviam colaborado para a indevida condenação de um homem bom e trabalhador, agora reconhecidamente inocente. Dessa data em diante, nunca mais iria permitir que a pena de morte fosse adotada no Brasil. E de imediato decretou a sua abolição. Após esse desastre judiciário, com a decisão tomada corretamente, certamente o magnânimo monarca do Brasil, não prestará contas ao dia do Juízo Final. Com o decreto de Sua Majestade, abolindo a pena de morte MANUEL DA MOTA COQUEIRO, COM SUA INOCÊNCIA, FOI O ÚLTIMO a ser condenado ao castigo extremo.

* Advogado e escritor, é membro correspondente da Academia de Letras de Teófilo Otoni.

O homem

A consciência

Neri França Fornari Bocchese*

O Homem,
A Consciência
Quem foi o primeiro,
A ser agraciado?
Só pode ter sido
No mesmo instante.
E, humanizados pela ética
Enlaçados
Na igualdade
Na fraternidade
Com moralidade,
Percorreram
As veredas
E, fizeram a história.
Trilharam a verdade
Criaram a humanidade.
Para Bem viverem
Para receberem,
A Vida em Harmonia!

* Escritora, agraciada com Medalha de Honra ao Mérito-Comendadora e presidente da Academia de Letras e Artes de Pato Branco - PR.

Tradição e fé*

Paulo Cesar de Almeida**

Uma pombinha branca povoa solitária a cruz da igreja plantada no Alto do Rosário, enquanto o tinir de bronze chama para a novena de agosto.

O cheiro enjoativo de incenso recende pela sacristia, depois que o coroinha atíça a brasa do turíbulo.

Toco em saudação a mão de um parente de cabelos grisalhos e unhas amareladas de rebater a ponta em brasa do cigarro de palha.

Alguns olham com desdém para a minha caixa de engraxate; outros se prestam do meu ofício como oportunidade de fazer sua boa ação da semana: pagam o preço do serviço e deixam o mísero troco em doação para este bisneto de escravos aos olhos dos homens brancos de terno e gravata que cruzam piedosos a soleira da casa de oração.

Enquanto se desenrola a ladainha ao pé da cruz, o estigma da escravidão se perpetua na falsa caridade que se presta, porque o racista ainda não se converteu.

**Do livro PALAVRAS DE FOGO, de Paulo Cesar de Almeida*

** Professor e escritor, é membro correspondente da Academia de Letras de Teófilo Otoni. Reside em Andrelândia – MG.

Conceito do preconceito

Rogério Araujo (Rofa)*

O mundo vive, desde a sua criação, um processo de discriminação onde tudo é motivo para colocar alguém ou algo à parte, em detrimento dos demais ao redor.

A raça é tratada de uma forma, se for branca e de outra, caso seja negra, “pele vermelha” dos indígenas, “pele amarela” da asiática etc. Como se a cor da pele externa é que define o melhor ou pior de uma pessoa. O que está por dentro, o mais importante, parece não ser levado tão em conta como deveria.

Esse “pré-conceito” acontece porque o ser humano tem a mania de avaliar o outro pela embalagem, ou seja, pelo exterior. A roupa, a conta bancária, o carro... ao medir somente isso, o erro é fatal pelo prejulgamento efetuado. Um “conceito” que é estabelecido por gente que taxa, carimba, uma pessoa pelo que ela acha que é ou “quer que seja” por interesse unicamente pessoal.

A Bíblia já nos advertia sobre isso, quando afirma: “pois para com Deus não há aceção de pessoas” (Rm 2.11). E, ainda, o que acontece com quem pratica essa discriminação: *“Mas se fazeis aceção de pessoas, cometeis pecado, sendo por isso condenados pela lei como transgressores”* (Tiago 1.9, grifo nosso).

Julgar pela cor da pele que alguém negro tem um caráter e coração tão negro como ele mesmo, não é nada correto, pois esse pode ter um exterior de pele negra e, por dentro, ser branco de valores, enquanto quem tem pele alva como a neve pode ser mais manchada de preto do que de outra pessoa.

É simplesmente uma vergonha tratar o outro de forma discriminatória somente pela cor. Afinal de contas, um quadro que está em branco pode sempre estar presente na vida de todos, mas será valorizado e admirado pelas cores multiformes que pintam, dando formas únicas, a uma obra de arte chamada MUNDO.

Se os “pintores” abusam de uma determinada tinta de certa cor, podem borrar, fazendo gritar o que pensam em mostrar. Assim, a vida expõe numa imensa galeria, aqueles que se misturam, saudavelmente, sendo mais que possível essa diversidade de matizes.

O preconceito está de tal forma enraizada na mente de todos que, ao avistar um casal onde ele ou ela é negro e outro branco, não faltará o comentário ou mesmo o pensamento “O que será ele/ela viu nele/nela? Aposto que tem algum interesse!”. Um julgamento para lá de precipitado da mesma maneira quando “não gostamos de graça” de alguém e, ao conhecer mais tarde, dizemos “Mas fulano é tão legal!”.

Perdemos tempo demais com nossos conceitos sem o menor fundamento e não damos oportunidade nem a nós mesmos de conhecer este outro que, mesmo ao nosso lado, encontra-se mais distante do que nunca.

Viver no mundo é respeitar mesmo sem aceitar totalmente; é misturar-se mesmo que não aprove a combinação de cores; é ajudar não se importando quão diferente o outro lhe parece.

Se o mandamento de Jesus Cristo foi *“Amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a ti mesmo”*, como e o quanto temos amado quem está ao nosso redor? Temos demonstrado rejeição ou discriminação ao nos aproximar, escolher ou comentar sobre alguém bem diferente da gente? “Pagamos para ver” depois o que acontece ou “pagamos para não ver” porque não queremos arriscar ou mesmo correr o risco de sermos rejeitados ou não aceitos por

pessoas que mais parecem da idade das cavernas?

O Deus que nos criou deu o exemplo que ele mesmo não prefere filho nenhum. Trata a todos igualmente, sem diferença. E olha que, por ser o Pai e criador, conhece bem a todos...

No final das contas, ser preconceituoso não faz bem a nenhuma das partes. Nem a quem pratica a ação e nem a quem a recebe. Quem não sabe viver e conviver com diversidades não sabe relacionar-se na coletividade. Onde tem ser humano, ali tem diferença.

Ninguém é melhor que ninguém. As oportunidades podem não ser as mesmas para todas as pessoas, mas a força de vontade pode mover um ser a vencer. E, se o *conceito do preconceito* não estiver bem entendido, a discriminação irá aparecer e prejudicará, e muito, a alguém que nada tem a ver com a história.

Vamos viver em paz. Em paz com nossa mente e coração, livres de qualquer ranço que se arrasta por gerações que diziam ser “melhores que as demais”.

Só existe uma coisa que é igual em todo mundo: *a sua diferença*. E como temos convivido com essa diferença? Querendo que o outro seja igual ao jeito que pensamos e agimos, ou analisando o que acontece e, pelo menos, respeitando essas *diferenças* e não sendo *indiferente* a tudo isso?

Vamos pensar mais antes de agir. Pelo menos umas dez vezes. Assim, não agiremos pela emoção que carrega “pré-conceitos” sem o menor cabimento e sem razões.

* Escritor, jornalista; licenciando em Letras, graduando em Teologia, graduado em Propaganda e Marketing; colunista do Jornal Sem Fronteiras e do site Divulga Escritor. É membro correspondente da Academia de Letras de Teófilo Otoni. Reside em São Gonçalo - RJ.

Dos direitos humanos e a sociedade

Miguel José da Silva*

O expresso, dado o conteúdo temático geométrico que traz em si, será versado mais na esfera filosófica existencial que na realidade fática social em que vivemos.

LIBERDADE, em toda sua amplidão, é o direito maior que o ser humano traz quando vem ao mundo.

DIREITO por inteiro do homem, somente é reconhecido com o dever cumprido.

Dentro do Estado democrático, direitos e deveres são os alicerces no equilíbrio social. Em alinhamento vertical paralelo, juntos como siameses, fazem parte da conduta e caminhar do sapiens.

Postados em linhas paralelas, o pendor de qualquer dos preceitos ao atingir o outro, provoca a promiscuidade.

A liberdade do indivíduo é regulada por seu observar às normas atinentes. O homem é cerceado da liberdade, ao grau em que transgrida a norma reguladora.

Aquele que pratica o bem, anda livre e de cabeça erguida; de outra banda, o que pratica o mal é atraído ao pecado, levado à segregação.

Ganância e sexo, no mais das vezes, são os maiores responsáveis pela transgressão da lei, levam a sociedade a desorganizar. O sexo, perverso e exímio mago, ao enlevar o homem às mais intensas fantasias, o conduz à degradação, ao crime, à prática de atos condenáveis, chegando a destruir tudo que construiu ao longo de sua existência.

A penalidade poderá ser de ordem econômica, política ou social: em valores, não reconhecido na política, alijamento da sociedade.

No Brasil, o cerceamento da liberdade na forma prática objetiva, através da retirada do indivíduo do convívio social, o mais usado, é a penalidade maior e o que mais atemoriza o criminoso.

O elemento componente das instituições fiscalizatórias dos direitos humanos deverá ter formação especial, tanto humana quanto de escolaridade para, com segurança, aquilatar o direito humano a ser considerado por ofendido.

* Advogado, Auditor da RFB aposentado, poeta, escritor e membro da Casa do Poeta de Santa Maria - RS. É membro correspondente da Academia de Letras de Teófilo Otoni.

Criança não trabalha, criança dá trabalho

Flaviana Tavares Vieira Teixeira*

A letra da música “Criança não trabalha, criança dá trabalho” chama-nos a atenção para a prática do trabalho infantil.

No Brasil ainda há índices elevados de exploração do trabalho de crianças.

Em geral, associa-se o trabalho dos pequenos a países em desenvolvimento, com grande número de pessoas de baixa renda.

Na atualidade, pode-se encontrar adultos que justifiquem essa prática com a instabilidade política que atualmente estamos vivenciando, refletindo em alteração de direitos constitucionais adquiridos há tempos e em um crescente número de desempregados. Outros justificam essa atitude dizendo ser melhor a criança trabalhar do que ficar “à toa” pensando em “bobagens” ou ainda, se envolvendo em “coisas erradas”.

A criança necessita de boas condições para o seu desenvolvimento integral. Se ela é inserida no mercado de trabalho sem o devido preparo e amadurecimento físico e emocional, estará fragilizada frente a inúmeros riscos, expondo sua saúde e seu psicológico como consequência, comprometendo seu futuro.

A infância deve ser preservada e seus direitos garantidos para que a criança se torne um adulto equilibrado, saudável fisicamente, bem como psicologicamente. Para isso temos que nos dedicar e nos envolver mais, para melhorar nossa política e condições de trabalho. Caso isso não ocorra, continuaremos “andando em círculos”. A criança que precisará trabalhar e não frequentará a escola de forma satisfatória, crescerá e terá conhecimentos limitados que não lhe proporcionarão um melhor emprego na vida adulta. Dessa forma, ela também precisará colocar seus filhos menores para trabalharem, a fim de auxiliarem no sustento da família.

Torna-se muito difícil quebrar esse círculo.

Porém precisamos garantir que nossas crianças tenham seus direitos preservados e cumpridos.

A solução não é fácil.

Mas é possível.

* Doutora em Química, mestra em Agroquímica, licenciada em Química e Ciências Naturais pela Universidade Federal de São João Del Rey, professora da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, é membro correspondente da Academia de Letras de Teófilo Otoni. Reside em Diamantina – MG.

Ainda temos escravos, sim, senhor!

Maria Francisca dos Santos Lacerda*

Diz Eduardo Galeano (Desmemória/3, in Livro dos Abraços) que, nas Ilhas Francesas do Caribe, Napoleão restabeleceu a escravidão, em 1801. A sangue e fogo, teria ele obrigado os negros livres a voltarem a ser escravos nas plantações.

Lemos essas histórias e ficamos arrepiados. Lembramos das agruras por que passaram nossos negros escravos que, segundo pensamos, foram libertados. Leonardo Boff (“A Gazeta”, de 22-2-2017) questiona: “No Brasil, fizemos a abolição da escravidão, mas quando faremos a abolição da fome?” E acrescenta: “Cerca de metade da humanidade vive em situação de penúria, seja com pobreza extrema, seja simplesmente com pobreza, ao lado da mais aviltante riqueza”.

Será que abolimos, mesmo, a escravidão? Não. Como a fome ainda não foi abolida, trabalhadores livres, negros ou não, vivem submetidos à escravidão contemporânea, violação dos direitos humanos, reconhecida pelo Brasil, por pressão de organismos internacionais, em 1995.

Famílias inteiras são recrutadas em cidades do interior, onde a mão de obra é farta e o emprego raro, com promessa de trabalho, moradia e salário. Cheias de esperança, a pobreza extrema cria oásis de prosperidade na imaginação dessas pessoas, levando-as a acreditarem numa vida melhor, em qualquer lugar fora dali. Lá vão elas para a colheita de café, o corte de cana, as carvoarias e até para fábricas de roupas. E não encontram o paraíso tão esperado. Passam a viver como escravos. Sem correntes, mas sem liberdade, sem dignidade, explorados.

Como exemplo, numa fiscalização em Sooretama (ES) em 2014, os auditores encontraram esgoto aberto, passando por dentro de um dos abrigos e despejado ao lado dos dormitórios. Os trabalhadores, segundo contaram, dormiam e alimentavam-se junto àquela sujeira, sentindo o cheiro horrível que dali emanava. Recentemente, auditores fiscais, acompanhados da Polícia Federal, libertaram uma família de nove pessoas em condição degradante na cidade de Brejetuba (ES).

Todos conhecem as histórias dos imigrantes estrangeiros nas confecções em São Paulo, fartamente divulgadas pela imprensa. Muitas vezes, adquirimos essas roupas a preço baixo, sem saber que mãos calosas, sofridas e famintas esperam por uma vida digna – em que todos são iguais – prometida pela Constituição da República.

É inacreditável: – Não podem sair desses trabalhos degradantes? Por que não fogem? – Muita gente se pergunta. O pior é que, por falta de políticas públicas, os que conseguem fugir, mesmo correndo risco de vida, ou os que são libertados pelas autoridades, tendem a retornar à sua cidade de origem, na mesma miséria, facilitando novo aliciamento para outro trabalho, em que serão novamente explorados, perpetuando o ciclo infame.

E os que permanecem nesse trabalho - castigo, sem vez nem voz, trabalham, trabalham, esperando, por sua própria luta, poder um dia sair daquele sofrimento, libertar-se. Mas nunca conseguem pagar a dívida da viagem e da comida e até das ferramentas. Valores sempre maiores do que recebem de seus empregadores invisíveis: contratados por um, trabalham para outro, parceiro de outro que terceirizou o corte de cana, o serviço da carvoaria ou, mesmo, a confecção da roupa. É como no poema “A quadrilha”, de Drummond: “João amava Teresa que amava Raimundo que amava Maria que amava Joaquim que amava Lili que não amava ninguém. João foi para os Estados Unidos, Teresa para o convento, Raimundo morreu de desastre, Maria ficou para tia, Joaquim suicidou-se e Lili casou com J. Pinto Fernandes que não tinha entrado na história”.

Quando são encontrados em condição degradante, difícil descobrir o responsável

por aquela história real. O dono da empresa (ou fazenda) é sempre o J. Pinto Fernandes, do Drummond: não entrou na história. Aparece como o inocente, não fez nada, arrendou o imóvel, terceirizou os serviços etc.

Só nos resta reconhecer – como os “heróis” de George Orwell – que todos são iguais, mas uns são mais iguais que outros.

Até quando?

* Poetisa, escritora, membro da Academia de Letras de Vila Velha - ES, autora, entre outros, de “Sal, Pimenta e Ternura”, é membro correspondente da Academia de Letras de Teófilo Otoni.

Cidadão preso: dignidade e responsabilidade social

Felipe Ribeiro Lemos*

Com a promulgação da Constituição de 1988 são estabelecidos direitos e garantias fundamentais até então pioneiras na história da República brasileira. Tais fundamentos são tão amplos que atingem inclusive os indivíduos que cumprem pena de privação de liberdade. Nesta ótica, o legislador buscou com o texto constitucional colocar o cidadão como o centro do Estado, garantindo assim o pleno respeito à dignidade e os valores humanos.

Nos dias atuais, a busca pelo reconhecimento e aplicação destes direitos são contínuos, mas o grande distanciamento entre as políticas de governo e os anseios da sociedade dificultam que tais objetivos sejam cumpridos. Isso reflete em todas as áreas, em especial no campo do direito penal.

O Estado passou a usar as prisões como a principal forma de manter o seu poder sobre a sociedade, sem a devida preocupação sobre as condições em que os apenados estarão sujeitos e tão pouco com quais condições eles serão colocados em liberdade ao final da pena.

O reflexo do cenário prisional tem impacto direto na visão da sociedade brasileira. Para muitos, o indivíduo que comete algum crime deixa de ser cidadão e, portanto, perde todas as suas garantias constitucionais. Neste mundo, à margem da sociedade, o preso é acometido ao descaso e à exclusão.

Em princípio, a dignidade humana configura com a necessidade de superar as diferenças, as incapacidades, a intolerância e a discriminação. O cidadão preso deve cumprir sua pena e responder por seus atos, mas cabe ao Estado e à sociedade o respeito à sua condição humana e aos elementos necessários para a sua reintegração ao convívio social.

Outro aspecto que merece ser observado é que o Estado surge em razão da existência da pessoa humana e não o contrário.

É imprescindível, também, que a sociedade faça uma reflexão sobre a sua contribuição nas relações sociais e no acompanhamento das ações do Estado. Os indivíduos não podem continuar a viver dentro de uma redoma. É preciso olhar à sua volta. Participar!

Em um dos seus escritos o alemão Bertolt Brecht assinalou: “Primeiro levaram os negros, mas não me importei com isso, pois eu não era negro. Em seguida levaram alguns operários, mas não me importei com isso, pois eu também não era operário. Depois prenderam os miseráveis, mas não me importei com isso, porque eu não sou miserável. Depois agarraram uns desempregados, mas como tenho meu emprego, também não me importei. Agora estão me levando, mas já é tarde. Como eu não me importei com ninguém, também ninguém se importa comigo”.

Assim como dito por Brecht, os indivíduos na maioria das vezes se colocam na condição de julgadores. Não entendem que embora improvável, todos estão sujeitos a serem condenados por algo que possam ter realizado ou que venham a fazer. Assim, o respeito aos direitos humanos busca garantir de forma geral e ampla a dignidade da pessoa humana.

Contudo e apesar das enormes dificuldades, a sociedade brasileira tem avançado nas discussões dos direitos humanos, da necessidade de se buscar penas alternativas e até mesmo na questão da crescente população carcerária. Mas é imprescindível que a sociedade esteja comprometida e disposta a participar de todas as esferas do poder, para juntamente com o Estado encontrar formas de superar as dificuldades e manter a ordem e o respeito.

* Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Graduando em Direito pela Fundação Educacional Nordeste Mineiro. Pós-Graduando em Gestão Pública pela Universidade do Estado de Minas Gerais.

Direito à vida

Márcio Barbosa dos Reis*

O mais básico e fundamental
De todos os direitos,
Meu caro senhor
É a vida, independente de defeitos.

Ao pobre e ao rico,
Ao fraco e ao forte,
Ao feio e ao bonito,
Ao igual e ao diferente!

Vida, vida, vida!
É direito natural!
Não se pode desrespeitar.
Quem não a deu não a pode tirar.

Se, contudo, você o desrespeitar,
Com qual direito a ti irá invocar?
E os demais direitos, meu dileto senhor?
Procure-os respeitar, isto é, a todo cidadão, de muito louvor!!!

* Professor de matemática, escritor, contabilista, teólogo, psicanalista, pós-graduado em Direito Tributário e em Matemática, acadêmico do curso de Direito, Auditor Fiscal da Receita Estadual de Minas Gerais. É membro da Academia de Letras de Teófilo Otoni, titular da cadeira 20.

Empoderamento da cidadania: direito humano maior

Gecernir Colen*

Cidadania e comunicação caminham juntas. Desde a época áurea dos gregos e romanos sabe-se que para haver comercialização e geração de riquezas faz-se necessário estabelecer pontes de comunicação entre as pessoas. Em épocas atuais a comunicação tem passado por verdadeira revolução tecnológica, devido a invenção de aplicativos tais como Facebook, WhatsApp e tantos outros da Tecnologia da Informação (TI), sem desmerecer a importância da maior rede social dos seres humanos, que são as cidades, o lugar onde as pessoas se comunicam. Nelas ocorrem as inovações; a diversidade campeia e a criatividade aflora.

Não ocorre inovação sem comunicação, participação e educação. O modo das pessoas se comunicarem tem-se transformado com o tempo, onde nos seus primórdios o faziam apenas através da fala. Nos tempos atuais escrevem e publicam, seja em livros, jornais, revistas, e mais recentemente divulgam seus escritos, sons e imagens, através da internet, em blogs, sites, etc. Atualmente comunicar e compartilhar é quase um exercício de pleonasma. E a cidadania? Como fica nesse cenário? Considerando cidadão como alguém não somente detentor de direitos e deveres legais, mas também, que tem presença ativa dentro da sociedade, não se pode desprezar a importância da educação na sua formação, pois a cidadania é, ao mesmo tempo, conquistada e construída. Quanto mais comunicação qualificada tem o indivíduo, mais ela se transforma em informação e conhecimento e, mais ele tem o empoderamento da cidadania (Cortella e Dimenstein: *A Era da Curadoria – o que importa é saber o que importa*. Editora Papirus, 2015).

A escola é o lugar de formação da cidadania e base da igualdade social, com a complexa tarefa de mobilização do sujeito, na busca da sua integração na sociedade. A proposição do ensino básico nacional elaborada pelo Estado, recentemente aprovada, afirma que a sociedade brasileira demanda uma instrução que assegure “as aprendizagens essenciais para a formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos, capazes de atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade em que vivem” e na qual esperam ver atendidas “as suas necessidades individuais, sociais, políticas e econômicas”. Apresenta a educação como “um dos instrumentos mais eficazes para salvaguardar os sujeitos da marginalização social e, retirá-los da pobreza”.

Segundo o geógrafo Milton Santos “nas condições atuais, o cidadão do lugar pretende instalar-se como cidadão do mundo; a multiplicidade de situações regionais e municipais instalada com a globalização produz diferentes quadros de vida que, por sua vez, ao passarem a presidir a realidade das pessoas, acabam tornando-se “a base para uma vida civilizada em comum”.

Em artigo publicado em jornais no ano de 2015, diz o senador Cristovam Buarque: “A educação é decisiva na vida de todo cidadão e no todo da cultura. Assim, os processos educativos necessitam de discussão e acompanhamento para a sua implantação e de acompanhamento e controle na sua manutenção. É inadmissível erros na sua gestão. A condição fundamental é ter todas as crianças em escolas com a máxima qualidade, em tempo integral, cumprindo 220 dias de aulas por ano, o que exige professores muito bem preparados e bem remunerados, bem selecionados e avaliados permanentemente; instalações físicas e de infraestrutura adequada

(bibliotecas, equipamentos de TI, ginásios poliesportivos e facilidades culturais). Quando as nossas cidades forem assim não mais teremos analfabetismo de adultos e todos os seus jovens concluirão, na idade certa, o ensino médio, com a qualidade ofertada nos países mais educados do mundo. Ao conjunto das cidades educadoras teremos a pátria educadora. A pátria educadora só pode ser construída escola por escola, cidade por cidade, mas com esforço nacional, regional e local”.

Uma educação que estimula a curiosidade, a experimentação e o raciocínio lógico pode ajudar no desenvolvimento e crescimento econômico. Isso porque o pensamento científico impõe ordenação (princípio, meio e fim) e análise de variáveis (envolvidas em causas e efeitos). Assim, uma instrução desse tipo, baseada no aprendizado das ciências, da tecnologia e da matemática, pode contribuir para um melhor entendimento dos desafios e proposição das respectivas soluções. Isso acontecendo a partir da infância pode levar a uma sociedade mais desenvolvida que seja capaz de enfrentar os problemas de um modo analítico, sabendo fazer os questionamentos necessários e a apontar as soluções cabíveis. Na economia isso pode significar ganhos de competitividade, foco principal para as empresas. Com profissionais qualificados, elas praticam inovação e sustentabilidade, qualidades indispensáveis que impulsionam a produção de bens e serviços que usam menos recursos naturais e preservam o meio ambiente.

Discute-se hoje a procura de novos modos de conciliar o princípio da liberdade com o de igualdade, ou seja, a não interferência do Estado nos mecanismos do livre mercado e, ao mesmo tempo, a oferta estatal de oportunidades, recursos e tutela aos desfavorecidos. Na opinião de vários economistas, a liberdade deve ser cada vez mais compreendida como direito de autodeterminação, compatível com a efetiva disponibilidade de recursos; a igualdade deve ser considerada ao longo do ciclo de vida inteiro, que abarca várias dimensões além da econômica como o gênero ou a raça, fazendo-se necessário um sistema de garantias do bem-estar social seletivo, direcionado prioritariamente para os mais necessitados. Nenhuma comunidade – do Estado à família – pode renunciar à tentativa de conciliar a competição com a colaboração, a concessão com os recursos, a responsabilidade individual com a coletiva, o mérito com as necessidades. Enfim, um novo modelo de vida e de sociedade, como afirmado por Domenico Masi em “O futuro chegou”.

* Professor aposentado da Universidade Federal de Minas Gerais e membro da Academia de Letras de Teófilo Otoni, titular da cadeira 23.

Nem deveria haver discussão

Arnaldo Pinto Junior*

Uma discussão que nem deveria existir. É comum em nosso País dizer que há lei que pega e há lei que não pega. Ao meu entender, lei é lei e, como tal, deve ser cumprida, qualquer seja o patamar em que se encontre quem pode ser beneficiado por ela ou aquele que, por obra do acaso, tenha que merecer a punição diante de algo que cometeu, caracterizado como fora da lei.

Então a história dos direitos humanos, para mim, é algo que se discute sem uma necessidade maior. Basta que haja compreensão para os fatos que ocorrem, e o respeito deve acontecer dentro dos ditames legais.

Quando se apresenta a necessidade de mudança, diante da própria dinâmica da vida ou o apelo das gerações que se sucedem, o ponderável tem que prevalecer, sem sacrifício de ninguém.

Sem que seja considerada qualquer referência para algum lado político, gostaria de comentar duas situações antagônicas acontecidas recentemente, e não notei a costumeira participação daqueles que rotineiramente vestem a camisa de defensores dos recursos humanos, que sempre se fazem presentes quando situações delicadas se apresentam. São dois fatos recentes ocorridos, um em Belo Horizonte, capital mineira, e outro em Brasília, capital federal. Situações diferenciadas e soluções confrontáveis que, considero, seja interessante a abordagem.

A primeira teve curso na recente decisão do prefeito municipal de Belo Horizonte em fazer uma limpeza na região central da cidade, inibindo as ações dos vendedores ambulantes, os camelôs, que, além de atuar como comerciantes ilegais, ainda povoam as calçadas com as suas ofertas de produtos nem sempre com origem recomendável. Reconheça-se o fato de que o País atravessa uma crise sem precedentes, com um número exagerado de desempregados, e que as oportunidades a cada dia ficam mais difíceis. Como garantir o sustento próprio e dos seus familiares? O jeito é ir para a rua: improvisa-se uma banca e tenta-se vender qualquer produto recebido de atravessadores, desconhecendo a ilegalidade do seu comércio, e o caos que provoca para os transeuntes pelas calçadas da capital. A Prefeitura, reconhecendo que talvez pudesse resolver a situação, dialogando com os ambulantes, deu-lhes um prazo razoável para que desfizessem seus pontos de negócio. Não houve sucesso. Então a fiscalização colocou mãos à obra. Não liberou as calçadas para que os ambulantes pudessem trabalhar. O enfrentamento aconteceu, mas a Prefeitura, de maneira consciente, já tinha o plano B para colocar em ação. Espaços foram oferecidos para todos ocuparem os shoppings populares, alternância que já deu certo para os antigos ambulantes que atuavam ilegalmente pelas ruas e avenidas centrais ao final do século XX. Foi assim que foram abertos os Shoppings Populares Caetés, Oi Barreiros, Uai, Xavantes, Tupinambás e o mais famoso, o Ojapoque. Ou seja, solução adequada com o reconhecimento dos direitos humanos para quem, à falta da oportunidade do emprego, pode se tornar um empreendedor individual, moda dos tempos atuais.

Mas, apresso-me a citar o outro fato que me deixou pasmo. Até que a reforma trabalhista entrasse em discussão, havia da parte de todos, inclusive dos empregadores, um grande carinho para com as mulheres gestantes. A própria lei trazia uma série de benefícios que visava principalmente salvaguardar a boa gestação, procurando boa condição para a futura mamãe e o bebê que estava por nascer. Rodeada de carinhos, a gestante, amparada pela lei, nem podia ser dispensada, desde quando se configurava a sua gravidez. Durante a gravidez e o período de amamentação, as mulheres eram proibidas de trabalhar em locais considerados insalubres. Ora, se o ambiente é insalubre, é porque pode afetar a saúde do trabalhador. No

caso da presença de uma gestante no ambiente, pode causar danos incomensuráveis a ela e, óbvio, à gestação do bebê. Pois, na proposta da reforma, a mulher grávida deve trabalhar no tal ambiente insalubre antes e, depois do parto, na fase de amamentação, não tem colher de chá, tem que encarar a insalubridade, caso seu empregador possua esse ambiente deletério em suas atividades de trabalho. A reação feminina aconteceu e, para que a reforma fosse aprovada sem ressalva, houve o comprometimento de uma medida provisória para modificar tão incabível situação. Quando escrevo o presente texto, apenas a reforma havia sido aprovada, a MP ainda não. Se tal não houver acontecido, fica a certeza de um desrespeito aos direitos humanos da parte de quem só deveria pensar em praticá-los.

* Professor, jornalista e membro benemérito da Academia de Letras de Teófilo Otoni.

Desejo de viver

Vânia Rodrigues Calmon*

Há um rio. Águas vão um dia serenar e serpentear amansadas por mares dantes encrespados que insistem em rasgar rochedos. Há um rio que há de singrar pelas periferias dominadas, pela cracolândia, pelos presídios superlotados, dotados de malhas tecidas com os fios da roca envenenada que enreda o tráfico, a vingança, o poder, inda que trás gradis enferrujados.

Ainda fio d'água faz o circuito periférico da cidade. Desce limpinho do meio das pedreiras escondidas por um resto de mata. Num átimo encontra o esgoto a céu aberto das ruas onde transita a horda e sobrevivem famílias de gente trabalhadora criando seus filhinhos. Onde meninos e meninas crescem com celulares na mão, interagindo, alienados, com as faces do inatingível. Inatingível, tão real e banal para aqueles, meninos e meninas dos condomínios fechados de prédios-pedestais-de-cifras, logo adiante. Discrepância cruel: a desumana distribuição de renda. Para ambos, o mesmo desejo de viver, que segundo Clarice Lispector, alimenta a vida. Desejos que hão de ficar apenas latentes para uns. Para esses meninos, até meninas, esses que selam a venda da alma ao diabo em troca de viver efêmero, segundo o tal conceito e paradoxalmente, um pleno viver.

Entrementes, sobre fêtido e subterrâneo esgoto, dos presídios criam-se cidadelas dentro de cidades. Isso diante de olhos diurnos patéticos: a Cracolândia. Cidade de zumbis e uma única necessidade, uma unidade de sonho, um desejo reduzido a um e único elemento, se contrapondo, talvez, à previsão da escritora: desejo da não-vida. Quiçá haja uma vida emergente que se desconheça e o poder público ignore.

Ignora, a consciência dormente de um Estado, esse rio de águas fecundas que emerge portentoso sobre a imundície da disputa de poder. Águas tempestuosas do poder de escalões políticos, que há muito, e ainda, se desfazem, sem pudor, da ética, da moral, das estratégias de gestão, em nome da impunidade. Corre às despensas do sentimento de um povo que se multiplica nas periferias, sobrevivente da lama visguenta que predomina nas esquecidas comunidades. Esdrúxulo e perene estado de guerra – de poder e vingança - estabelecido entre as gangues, organizadas em uma hierarquia rígida, conduzida por código próprio onde se paga com a vida a deslealdade, o descuido, a insensatez. É onde se aplica a literalidade das normas vigentes. Onde a falta de presença e qualidade do Estado, efetiva-se sobre um poder paralelo. Imposto. Pior, aceito. Onde a busca incansável de território atrai aos milhares, o portador de sonhos, engajado na profissão de “vapor”. Decerto provido de um desejo que lhe justifique a exiguidade da vida.

Resta a crença na promessa de que “há um rio que um dia vai alegrar a cidade de Deus...”

* Professora de música, advogada, palestrante, escritora e membro correspondente da Academia de Letras de Teófilo Otoni. Reside em Vila Velha - ES.

Preservar vidas...

Marly Rondan *

Um médico, viúvo, tinha um filho de dez anos, muito inteligente, mas carente, revoltado, não gostava da madrasta, e a madrasta detestava-o. A convivência naquela casa era impossível.

Na escola, o pequeno Jorge era violento com as crianças, desobediente com os professores e procurava sempre rabiscar os muros, tudo que pudesse fazer para enfurecer os vigilantes.

Certa vez, uma professora ficou tão preocupada com o comportamento do menino, que o chamou na sala dos professores para conversar... Fez uma série de perguntas a Jorge, que respondeu com muita emoção e raiva, muitas vezes chorando, outras, contava tudo aos gritos, completamente descontrolado. Helena era uma professora muito experiente e tirou suas conclusões. Jorge era uma criança solitária, como muitas crianças são no dia de hoje. Nem seu pai, muito menos sua madrasta, tinham tempo para ele, e ele também contou sobre como era punido; por qualquer coisa, era severamente castigado. Certa vez, a madrasta bateu muito nele, Jorge resolveu ir à Polícia, mas não foi levado a sério; os pais têm sempre razão. Para os pais, a delação na polícia passou do limite.

O médico perdeu totalmente a paciência, esqueceu seu juramento: “Preservar vidas” e junto com a madrasta, os dois decidiram matar o menino e enterrá-lo não muito longe.

Durante algum tempo Jorge desapareceu, toda cidade ajudou na busca, até que um telefonema anônimo indicou até mesmo o local, onde estava o corpo.

Foi um caso verídico, chocante: um médico, cujo propósito é de preservar vidas, matou seu próprio filho.

* Escritora, poetisa, psicopedagoga, psicanalista, participa de alguns movimentos literários: Casa do Poeta Lâmpião de Gás, Varal do Piqueri, Movimento Poético Nacional, Associação Portuguesa de Poetas (Lisboa). É membro correspondente da Academia de Letras Teófilo Otoni. Reside em São Paulo - SP.

O Mundo adverso do homem controverso

José Geraldo Silva*

Complexo viver neste mundo adverso
Onde a balança pesa mais para a esquerda que para a direita;
Seu pêndulo não tem mais equilíbrio
Sente atônito e perplexo
Porque o homem incrédulo e perverso
Desregula tudo visando encher as algibeiras
Se agarrando totalmente ao material.

Enriquece a troco da corrupção
Autoritário, diz estar certo em sua repugnante insinuação
Impondo suas negras regras aos mais fracos
Declarando: - que se dane quem não quiser!
- Que se exploda quem não aguentar!
- Minhas regras são estas... e nada pode me parar!
Mandam os mais gananciosos! Poderosos!
Não tem vez o pobre, o fraco e necessitado...
Impera de todo jeito o “forte, dono do poder”!
É dolorido ver! Sentir! Tentar entender!

Mas é obrigatório aceitar tal complexidade causada pelo homem,
A troco de quê, não sei! Se ele nada levará deste mundo...
Por que agir assim, e declarar que está certo?
Banhar-se na podridão ao bancar o esperto,
E aos olhos do semelhante jurar ser inocente,
Estar limpo, liberto de qualquer acusação?
Se não fosse a sua profunda e contínua maldade
O mundo não estaria ao reverso...
O bem some, o mal aparece!

A vida de cada pessoa se prolongaria mais
Haveria paz, e bastante prosperidade,
Ao invés de tanto retrocesso!
Mas o homem foge à regra certa da sua honestidade,
E se importa em ter muito, mesmo que lhe seja ruim;
Das coisas boas e de Deus se esquece!
Acredita que é certo cultivar tanta maldade e atrocidade...
E pensa valer a pena viver desse jeito – num mundo controverso!

* Escritor, poeta e membro da Academia de Letras de Teófilo Otoni, titular da cadeira 11.

Direitos humanos para todos os humanos

Rodrigo Antonio Chaves da Silva*

Nós sabemos que o histórico da restrição dos poderes começa na Inglaterra, com o instituto jurídico chamado “Constituição”, surgido para limitar o poder e o abuso do mesmo, pelo próprio Monarca. Se houvesse excesso de suas forças, haveriam restrições sociais aos nobres cidadãos. Poderíamos ter não apenas desequilíbrio social, todavia, tiranias e ditaduras, prejudicando de modo extraordinário a sociedade.

O Estado de Direito desde os grandes teóricos como Maquiavel, Montesquieu, Kelsen, Bobbio, dentre outros vários, se consolidou, tal qual uma terminologia nominada por “direitos humanos”, a qual assegura de modo universal, com base nos princípios humanos da ética e moral aceitos no mundo, as garantias e acessos individuais a todos.

Todos nós sabemos que são diversos os direitos humanos que se ligam ao poder do Estado em fazer prevalecer na ordem jurídica, a própria necessidade de funções individuais em favor da coletividade. São direitos humanos e sociais, a propriedade privada, manter sua família, o ir e o vir, o direito à defesa, à saúde, à honra, à igualdade, ao trabalho, à renda, a contrair matrimônio, a ter dívidas, à escolha livre no voto. Estes são direitos humanos e sociais, embora muitas vezes o termo venha atrelado a “direitos específicos e superlativos a alguns seres humanos”.

Infelizmente ao Estado e Ministério Público, devido à grande demanda social, caberia a inclusão de todos. Nas arestas e lacunas da incapacidade ou insuficiência de sua ação, temos aqueles que estão à margem, isto é, “por fora” ou até mesmo “fora” da própria ordem social. A forma de se dizer “direitos humanos” é atribuída à consagração e defesa dos direitos dos mais pobres, humildes e marginalizados. Quanto aos mais pobres e humildes é mais do que adequada a formação justa dos direitos, aos marginalizados também, embora haja exageros com interesses de vantagens políticas em se colocar discussões inócuas a favor de marginalizados, que na prática não funcionam.

O direito ao trabalho, a renda, a ter o seu próprio patrimônio deve ser assegurado aos mais humildes e mais pobres, todavia, também aos marginalizados, àqueles especificamente que estão presos. Não devemos, todavia, usar essa propriedade, ou segurança, para garantir possibilidades de extinção de penas, ou restrições de multas, e facilidades exageradas, de modo que, na tentativa de se conseguir uma garantia, ao contrário, se mantém benefícios ou privilégios. Logo, as pessoas que cometem crimes devem pagar por eles, com práticas honestas, funcionais e salutaras que garantem a melhoria do ser e o retorno à sociedade de modo honesto e adequado.

Os direitos humanos não podem ser aplicados como privilégios para certos setores, ou até mesmo como benefícios a quem deveria pagar à sociedade os danos que cometem, mas devem ser concretizados a todos, aos bons de modo bom, e aos maus de modo corretivo e melhorativo, fazendo melhorar ou prevalecer as garantias a todos os seres humanos, conforme a pronta necessidade de cada um, e ao grau do que eficientemente mantém na efetividade em cada uma de suas comunidades.

* Contador, perito judicial, professor universitário, especialista em gestão e auditoria, ganhador do prêmio internacional Martim Noel Monteiro (2007/2008), Luiz Chaves de Almeida (2008/2009), Rogério Fernandes Ferreira (2011), prêmio nacional Resgate da Memória Contábil (2016), imortal da Academia Mineira de Ciências Contábeis, Academia de Ciências, Letras e Artes de Manhuaçu, autor de 18 livros de contabilidade.

Menino de rua

Geraldo de Castro Pereira*

Quando eu morava no Rio de Janeiro, em Copacabana, quase todas as manhãs eu gostava de fazer minhas caminhadas pelo calçadão da Avenida Atlântica. Era um vaivém de pessoas, quase se esbarrando umas contra as outras.

Um dia, saí de casa mais cedo. Fazia um frio daqueles. Peguei um casaco velho, joguei-o sobre os ombros e iniciei o meu percurso costumeiro, desviando-me dos transeuntes e dos cocôs de cachorro.

Andei uns dois quilômetros. Quando estava já perto da Praia do Leme, parei um pouquinho e vi deitado na areia um menino franzino, de pele escura. Vestia uma bermuda toda suja. Imundo também ele estava e sem camisa. Dormia profundamente.

Aproximei-me dele. As pessoas transitavam pela calçada, sem sequer lançar um olhar sobre aquele ser humano ali jogado.

Deu-me um aperto no peito e senti pena do garoto. Lembrei-me da minha sofrida infância. Morava na roça e trabalhava, de sol a sol, com meu pai.

Não quis acordar a criança. Tirei meu casaco e, bem devagarzinho, coloquei-o sobre aquele corpo ali encolhidinho, certamente com muito frio. O menino devia ter uns oito anos de idade. Talvez não tivesse pai nem mãe, nem ninguém para cuidar dele. Tinha comigo uma nota de cinquenta reais. Consegui enfiá-la no bolso interno do agasalho doado e me afastei. Continuei minha caminhada.

No dia seguinte – era um sábado – não iria trabalhar. Fui dar uma volta pela linda Praia de Copacabana. E quem eu vi? Aquele menino, vestido com o meu casaco e vendendo balas.

Cheguei perto dele e comprei todas as balas e ainda lhe dei dez reais para ele comprar um lanche. Então, perguntei-lhe: “Você vende balas sempre por aqui? Mora onde?”

Ele respondeu: “Meu pai está preso e minha mãe faleceu. Não tenho irmãos. Quando consigo um dinheirinho, compro balas para revender. E assim vou vivendo. Mas, ontem tive muita sorte: uma pessoa de Deus me deu esse casaco e deixou dentro dele cinquenta reais. Apanhei a grana, tomei um café reforçado. Com o resto, comprei estas balas. E agora o senhor está comprando todas. Deus lhe pague”.

Cabisbaixo, deixei o menino e segui andando. Mas, revoltado, gritei: “Onde se esconde o pessoal dos Direitos Humanos?”

E pensei: “Quantas crianças estão morando na rua, em condições infra-humanas, meu Deus!”. Fechei o punho e dei um soco no ar.

Nossas crianças

Este mundo certamente
Sem graça pra nós seria,
Se não houvesse criança,
Para nos dar alegria.

Fico tristonho ao ver
Desamparada a criança,
Muitas vezes sem um lar,
Sem os pais, sem esperança.

O trabalho infantil
Deve ser erradicado.
Está na Constituição
Este princípio sagrado.

No Brasil isto é comum,
Máxime em zonas rurais,
A criança sem escola
Por ignorância dos pais.

Que o Estatuto da Criança
Não fique só no papel.
Vamos, pois, fiscalizar
Seu cumprimento fiel.

* Escritor, poeta e desembargador do trabalho aposentado. Reside em Vila Velha - ES e é membro correspondente da Academia de Letras de Teófilo Otoni.

Direitos mais que humanos

Helenice Maria Reis Rocha*

Pelo direito de comer
pelo direito de dormir
pelo direito de amar
pelo direito de ser amada
eu grito

Pelo direito de parir
pelo direito de caminhar
pelo direito de ver o céu estrelado
eu grito

Pelo direito de beijar
pelo direito de falar
pelo direito de cantar
eu grito

pelo direito ao silêncio
pelo direito à carícia
pelo direito ao gemido
pelo direito ao sorriso
eu grito

Grito pelo direito ao grito

Este companheiro de todos os direitos mais que humanos

* Escritora, é membro correspondente da Academia de Letras de Teófilo Otoni. Reside em Belo Horizonte - MG.

Padre Virgolino e Pastor Hollerbach, amigos de fé: mãos fraternas que construíram a liberdade religiosa de Teófilo Otoni

Sandra Helena Barroso*

Sentada na sala de visitas de uma aconchegante casa, situada próxima a um templo cristão, meditava sobre uma frase de Jesus Cristo: “Onde está o teu irmão”? Manhã ensolarada, uma brisa suave serpenteava pela janela, saudando o sol que timidamente despertava a cidade de Teófilo Otoni. Meus pensamentos iam e vinham... Às vezes me distraía, olhando para um chapéu branco de crochê que adornava a cabeça de uma senhora que preparava a mesa para um lanche. Essa dama convidou-me a experimentar das guloseimas dispostas delicadamente em vasilhames coloridos.

Irrompe pelo corredor da morada, uma pessoa distinta e sorridente. Era a proprietária da vivenda e trazia em suas mãos singelas, um álbum de fotografias e alguns documentos. Foi então que surgiu em mim uma ideia, curiosa e convidativa: folhear um livro de retratos antigos. Há quanto tempo eu não folheava um álbum?

Em poucos instantes, a curiosidade me sustentou: tinha que ver o conteúdo das fotos e dos documentos. Qual foi minha surpresa ao deparar com duas imagens que me chamaram atenção. Eram dois senhores vestidos a caráter, que a meu ver deveriam ser religiosos. Perguntei à dona da casa quem eram aqueles cavalheiros. Assim ela me disse: - Esse é o pastor Hollerbach e esse, o padre Virgolino. Eram missionários e viveram em Teófilo Otoni. Ouvei toda a história que estava na memória e na biblioteca dessa pessoa. Senhora dos livros, das fotografias, das artes, pessoa que lapida histórias. Deleitava-me com seus contos e fatos históricos da cidade.

Tal qual foi minha admiração quando me disse que o pastor luterano e o padre eram amigos e se cooperavam mutuamente. Virgolino e Hollerbach eram companheiros e em nome da fé ajudaram a construir a cidade do amor fraterno. Retomei a frase dita por Jesus Cristo e meditei: “Onde está o teu irmão”? Olhei para as duas senhoras que me sorriam e percebi que minhas irmãs estavam ali, construindo comigo laços de uma nova amizade que alvorecia. Que bom se toda sociedade fosse construída assim!

* Mestra em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Membro da Academia de Letras de Teófilo Otoni, titular da cadeira 17.

Educação, um direito, nunca um favor

Cláudio Almeida*

Aprendizagem – receita de sucesso

Ingredientes:

- 01 – Punhado de bons mestres,
 - 01 e ½ - Dose de afeto ou quanto baste,
 - 10 – Colheres de bom humor misturadas com pitadas de paciência,
 - 02 – Toneladas de compromisso,
 - 01 – Mundo de entusiasmo.
- Criatividade à gosto.

Modo de preparo:

Em um ambiente bem agradável, misture meninos e meninas em doses homogêneas. Acrescente um professor. Mas que seja legal. Aos poucos vá juntando confiança, afeto, respeito e doses bem medidas de novos conhecimentos. Às vezes, dê uma boa mexida com inovações. Regue tudo com muito, muito amor e vá trabalhando essa massa com paciência, carinho e dedicação.

Teste a receita com pequenas avaliações e corrija as possíveis imperfeições. Não precisa sovar a massa, ela cresce sozinha. Nem tampouco precisa ser assada. Ao contrário das outras, ela não se assa, amadurece.

Salpique tudo com boas notas e decore com promoções merecidas.

Tempo de preparo:

De um instante ao infinito

Rendimento:

Incalculável

Modo de servir:

Doses homeopáticas e ininterruptas

Acompanhamento:

Um prato cheio de realizações pessoais

Saboreie sem moderação!

* Graduado em história e geografia, pedagogo com especialização em Administração e Supervisão Escolar, professor aposentado da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, é membro correspondente da Academia de Letras de Teófilo Otoni. Reside em São Paulo.

O acesso à saúde como um direito humano

Priscilla dos Santos Gomes*

A saúde está caracterizada no Artigo 6º da Constituição do Brasil de 1988, como um direito social, assim como a educação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade, à infância e à assistência aos desamparados. Deste modo, o acesso à saúde é um direito humano.

O direito à saúde se insere na órbita dos direitos sociais. Trata-se de um direito público subjetivo, uma prerrogativa jurídica assegurada a todas as pessoas, estando constitucionalmente garantido por leis e respaldado em tratados internacionais.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) foi aprovada em 1948 na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), a qual promulgou no artigo 25º que “Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade” (ONU, 1948).

No Brasil no ano de 1990, foi criada a Lei nº. 8080, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços, garantindo no Artigo 2º que “A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício” (BRASIL, 1990).

De acordo com a ONU (1948): “Os direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição”.

O Direito à saúde no ordenamento jurídico brasileiro:

O direito à saúde é um direito fundamental previsto na Constituição Federal do Brasil de 1988. O artigo 196º nos apresenta que a saúde é direito de todos e dever do Estado, estando este garantido, mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos, e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1988).

No ordenamento jurídico brasileiro, a Saúde é amparada no Capítulo da Seguridade Social, no Título VIII, da Ordem Social; Capítulo II, da Seguridade Social; Seção II, da Saúde, dos artigos 196 a 200 da Constituição Brasileira. Estes artigos, introduzem grandes inovações, como a universalidade do acesso, a integralidade e a equidade da atenção, a descentralização na gestão e na execução das ações de saúde, como também a participação da sociedade na discussão, na formulação e no controle da política pública de saúde.

Desta forma, o direito à saúde deve ser concedido a todos sem qualquer distinção de gênero, etnia, idade, origem social, religião, deficiência física ou mental, nacionalidade, estado civil, político ou outro.

O Sistema Único de Saúde (SUS) e seus princípios:

Baseado por um conjunto de princípios e diretrizes reconhecidos constitucionalmente, o Sistema Único de Saúde (SUS) é definido na Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990 como um “Conjunto de ações e serviços públicos de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público” (BRASIL, 1990).

O SUS é resultado de lutas históricas que resultaram em uma política de inclusão social e de compromisso do Estado brasileiro para com seus cidadãos.

A Lei 8.080/90 no artigo 4º dispõe: “O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta

e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde (SUS)”. Esta lei é conhecida como “Lei Orgânica da Saúde” e regula as ações e serviços de saúde em todo o território brasileiro, além de estabelecer os princípios e as diretrizes do SUS. Dentre estes destacam-se:

a) Acesso universal em todos os níveis de assistência;

Com o princípio da Universalidade constitucionalmente garantido, a condição socioeconômica do indivíduo não deve implicar no acesso diferenciado. Todos terão o acesso igualitário à saúde, sem nenhum tipo de distinção (GOMES, 2017).

A expressão “acesso universal” significa dizer que todas as pessoas têm os mesmos direitos legalmente garantidos das ações e serviços que necessitarem, independentemente de seu grau de complexidade ou custo.

b) Igualdade na assistência à saúde;

É direito de todos os cidadãos, o acesso igualitário às ações e aos serviços necessários para promoção, proteção e recuperação da saúde. Este direito está garantido legalmente como dever do Estado para suprir as necessidades de toda a população.

O princípio da igualdade reitera que todos os indivíduos são iguais perante a lei, sem distinção de cor, raça, sexo e/ou condição social. Desta forma, todos os cidadãos por força legal, terão o mesmo direito garantido no acesso e na assistência à atenção da sua saúde (GOMES, 2017).

c) Integralidade da assistência;

A integralidade da assistência é a garantia de condições de atendimento adequado para todos os cidadãos, tendo em vista a integração das ações de promoção da saúde, a prevenção de doenças, o diagnóstico, o tratamento e reabilitação.

Devem ser consideradas as políticas de saúde com as demais políticas públicas, como forma de assegurar uma atuação intersetorial entre as diferentes áreas, cujas ações tenham repercussão na saúde (GOMES, 2017).

Os Direitos Humanos e o acesso à saúde:

Os Direitos humanos e a saúde são direitos básicos e essências de todos os seres humanos. O acesso aos serviços de saúde no Brasil antes da Constituição de 1988 estava restrito ao trabalhador formal e/ou àqueles que pudessem pagar pela assistência médica. O direito à saúde, antes entendido como obrigação moral, passa a ser transformado em obrigação legal (DALLARI, 1998).

Historicamente, a responsabilidade do Estado pela vida de seus cidadãos é resultado do reconhecimento de problemas sociais e de saúde, no âmbito da produção e reprodução da força de trabalho (IBANHES, 2010).

Segundo o Professor Dr. Boaventura de Sousa Santos (1997), a concepção de direitos humanos é multicultural, ou seja, “A complexidade dos direitos humanos reside em que eles podem ser concebidos, quer como forma de localismo globalizado, quer como forma de cosmopolitismo, ou por outras palavras, quer como globalização hegemônica, quer como globalização contra hegemônica”. O multiculturalismo é pré-condição de uma relação equilibrada e mutuamente potenciadora entre a competência global e a legitimidade local, que constituem os dois atributos de uma política contra a hegemonia de direitos humanos no nosso tempo.

De acordo com Akutsu et al (2006) um grave problema global começa a afetar as questões de saúde, que são as doenças oriundas de alimentos contaminados, e que representam uma silenciosa questão de saúde no mundo contemporâneo.

A dignidade humana e os direitos fundamentais passam, então, a constituir os princípios constitucionais que incorporam os clamores por justiça e por valores éticos. Sendo assim, esses valores passam a ser dotados de uma especial força, que se espalha por todo o universo constitucional e serve como critério de interpretação de todas as normas do ordenamento jurídico nacional e internacional.

A partir de 1988, no Brasil, quando o acesso universal à saúde se tornou constitucional, muitas barreiras políticas foram vencidas, no entanto o acesso ainda não é universal na sua totalidade. Temos regiões carentes e de difícil acesso à saúde, jogando por terra os direitos constitucionais e humanos.

As práticas dos serviços continuam com uma percepção segregada do usuário e negam as

complexidades, particularidades e necessidades de cada indivíduo (MATTOS, 2004).

Deste modo, a saúde como direito contempla tanto aspectos individuais, privilegiando a liberdade, quanto sociais, privilegiando a coletividade. Os caminhos para superar os desafios da integralidade são diversos e precisam da participação ativa de toda a sociedade.

Conclusão

Quando abordamos direitos humanos, estamos nos relacionando diretamente com a saúde. Ter o direito à saúde é ter a garantia do bem-estar físico, mental e social.

Com o princípio da Universalidade garantido constitucionalmente, a condição socioeconômica do indivíduo não deve implicar no acesso diferenciado. Assim, todos têm direito ao acesso igualitário à saúde, sem nenhum tipo de distinção, cabendo ao Estado garantir um serviço público de acesso universal e igualitário, mediante ações sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e outros agravos.

A saúde é direito de todos e devemos agir em uma sociedade cidadã, onde todos devem ter acesso à saúde como um direito humano universal.

Referências

- AKUTSU, R.; BOTELHO, R.; CAMARGO, E.; SÁVIO, K.; ARAÚJO, W. Adequação das boas práticas de fabricação em serviços de alimentação. *Revista de Nutrição*, v.18, n.3, 2005.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 292 p.,1988.
- BRASIL, Lei nº. 8080 de 19 de setembro de 1990. Lei Orgânica da Saúde. 1990.
- DALLARI, Sueli Gandolfi. O direito à saúde. *Revista de Saúde Pública*, v.22, n.1, p.57-63, 1988.
- GOMES, Priscilla dos Santos. O acesso à saúde como um direito social: estudo comparado da construção das políticas públicas de saúde no Brasil e em Portugal. Tese de Doutorado, Universidade de Coimbra, Portugal, 2017.
- IBANHES, Lauro Cesar. A constitucionalização dos direitos sociais no Brasil: difusos e coletivos ou confusos e seletivos? *BIS, Bol. Inst. Saúde (Impr.)*,v.12, n.3, p.213-9, 2010.
- MATTOS, Ruben Araújo de. A integralidade na prática (ou sobre a prática da integralidade). *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro. v. 20, n. 5, p. 1411-1416, 2004.
- ONU. Organização das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. *Revista Crítica de Ciências Sociais* n. 48, junho 1997.

* Doutoranda na Universidade de Coimbra em Portugal, mestre em Ciências da Educação, especialista em Gestão Educacional e Bacharel em Direito pela UNIGRANRIO. Reside em Massy, na França. É membro correspondente da Academia de Letras.

Direitos Humanos

Francisco Martins Silva*

Reconhecer o valor do ser humano
E permitir a vida com dignidade
É respeitar e aceitar
Que todos são dignos de plena liberdade.
Os direitos sociais merecem intensa discussão,
Pois garantir saúde, educação e segurança a todos
Só promove maior dignidade à nação.
Combater o preconceito, o racismo, o machismo e a opressão
É nosso dever, é nossa missão
E assim lutaremos por um mundo mais irmão.
As lutas sociais, a inclusão, o respeito às diferenças são fatores que norteiam essa discussão,
Com esses compromissos pela vida e pelos direitos humanos
Seremos portadores do mais louvável mérito:
o do valor pela vida dando dignidade a cada cidadão.

* Professor, escritor e poeta, reside em Uruçuí - PI, é membro correspondente da Academia de Letras de Teófilo Otoni.

A vida tem dessas coisas...

Lucivalter Almeida dos Santos*

Vivemos em um mundo no qual, a cada dia somos surpreendidos com seus acontecimentos; quando pensamos que já vimos de tudo, nos damos conta de que somos “ingênuos”; diante de tantas barbaridades, jamais concebidas em nossa mente. A violência, em todas as “modalidades”, tem ocupado um espaço bastante elevado nos registros dos fatos que têm ocorrido, e que outrora, eram somente relatos de lugares distantes, mas que hoje, fazem parte do cotidiano de quase todas as localidades.

O ser humano está sendo “usado” como “objeto de exploração descartável” pelo “bicho homem”. Isto porque a ganância alimentada por “amantes de si mesmo”, tem levado muitos incautos a prejuízos de danos irreparáveis; haja vista, que o “prazer” egocêntrico por realizações reprovadas pela opinião pública, tem vitimado a muitos; deixando sequelas, física, moral, psicológica e espiritual. É um desejo alucinado; sem medir as consequências!

Crianças, no despontar da idade, vítimas da violência doméstica nas mãos de falsas babás, sendo maltratadas na ausência dos pais; outras abusadas cruelmente por maníacos pedófilos, que enganam com presentes, chocolates; e, além de cometerem atos libidinosos, ainda filmam, fotografam, e expõem na internet. O mais chocante de tudo isso, como disse certa vez o Senador Magno Malta (ES), então presidente da CPI da pedofilia: *“dentre os que praticam tais misérias, estão alguns que, às vezes, rezam missas e dirigem cultos”*! Bem como pessoas do próprio lar. Causando com isso frustrações desde cedo, e uma infância traumatizada.

Muitas mulheres fazem parte da triste estatística de violência, a começar pelos próprios “companheiros”; e ainda são forçadas a conviver com o silêncio, por conta de ameaças de morte. Outras, de forma terrível são assassinadas, a exemplo noticiado pela mídia, da que foi cortada em pedaços, colocada em uma mala e jogada em um córrego. Há também as que de uma forma irresponsável, depois de noites de prazer, ao se darem conta de uma gravidez, abortam; e o feto, as vezes já completamente formado, é colocado no lixo; como se não tivesse a quem prestar contas!

Filho em estado de loucura, degola a cabeça da própria mãe, coloca debaixo do braço e foge; outros, tramam assassinato da família para ficar com o dinheiro do seguro de vida; há também quem mata, em nome do amor; outros, para não serem reveladas questões ilícitas; ou para ocupar o poder, em lugar de outrem. Até quem deveria estar acima de qualquer suspeita, por ser responsável em proporcionar tranquilidade e segurança para a sociedade, tem se envolvido em negócios obscuros absurdos.

A coisa está feia! Certamente não foi este o mundo que Deus projetou para nós; tampouco está contente com tal realidade. Mas o homem se esqueceu do seu Criador, e tem dado lugar à atuação de forças contrárias, que desde o princípio vem agindo. Isto é fato e não pode ser omitido. Daí a necessidade de nos aproximarmos de Deus, e buscar a sua verdadeira proteção; pois as coisas caminham de mal a pior. Muito embora, o desejo da humanidade é um mundo bem diferente desse caos, onde a face dos idosos possa ser reverenciada. Que aprendamos a conviver com a diversidade, e não desistir de lutar contra a desigualdade social. Mas, nem sempre acontece como gostaríamos. E tudo isto, reflete diretamente na sociedade na qual vivemos. Lamentavelmente, a vida tem dessas coisas!

Contudo, não podemos nos acomodar, pois seria como estarmos alienados, concordando com tais situações. O que podemos dizer disso tudo? - É uma questão de

desrespeito aos direitos humanos. A Declaração Universal, nos seus *Artigos I, V, XVIII e XIX*, dentre outros, diz que: “Todos os Homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade; Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante; Todo homem tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; opinião e expressão”. Disse certa vez o divino Mestre (Jesus Cristo): “Aquilo que quereis que os homens vos façam, fazeis vós primeiro”. É uma questão de humanidade!

* Graduado em Serviço Social, ministro evangélico, Professor; bacharel em Teologia, capelão evangélico, Juiz de Paz, poeta, cronista, membro correspondente da Academia Cachoeirense de Letras (ES); membro correspondente da Academia de Letras de Teófilo Otoni (MG) e membro Emérito da Câmara Brasileira de Jovens Escritores (RJ). Reside em Nazaré – BA.

Pluralidade cultural

Margareth Rafael*

O Brasil é um país cuja diversidade étnica e cultural é muito rica, plural em sua identidade: índio, afrodescendente, imigrante, urbano, sertanejo, caçara, caipira. A pluralidade cultural diz respeito a conhecer e valorizar as características étnicas e culturais de diferentes grupos sociais que convivem no território nacional.

O Brasil apresenta heterogeneidade em evidência, porém, existe uma dificuldade em lidar com preconceito e discriminação racial e étnica. O preconceito vem com nossa história, a discriminação e exclusão social que impedem muitos brasileiros de viver a cidadania.

O tema “Pluralidade Cultural” remonta às origens do cidadão brasileiro e valoriza as culturas existentes no Brasil, dando ao aluno a compreensão de seus valores. Nesse contexto, o ensino sobre religião nas escolas é algo a que se deve dar atenção, pois a pluralidade das religiões no Brasil nos confere a possibilidade de escolha. O professor trabalha com a diversidade humana e o elemento universal definidor das relações intersociais e interpessoais deve ser a ética.

Dentro da diversidade cultural brasileira, existem distintas linguagens, a saber: artes plásticas, artesanato, danças, música, brincadeiras, brinquedos, culinária, vestuário. Destacam-se, também, a literatura, dialetos e outras línguas entre povos indígenas e nas fronteiras. Em meio a essa diversidade, faz-se igualmente importante valorizar a presença indígena, confirmando seu direito como povo nativo, pois sua cultura nos influenciou na sociedade como um todo.

A criança precisa saber sobre seus direitos e que existem situações que precisam de mudanças do quadro social, como violência e trabalho infantil. A constituição de 1988 propõe direitos para todos, e o Estatuto da Criança e do Adolescente encaminha para seu cuidado e proteção.

* Professora, poetisa e membro correspondente da Academia de Letras de Teófilo Otoni. Reside em Itambacuri – MG.

Sem Direitos Nem Humanos

Yara Oliveira*

Pisa a pedra
Pisa o espinho
Pisa a dura estrada
Onde caminha,
Quase sem vida
Quase sem cor
Repleto de dor.

Pisa a pedra
Pisa o espinho
Que a vida lhe oferece
E a que ele não merece.

Come mandioca
Arroz ou feijão
Farinha, tapioca
Come o duro pão.
Mistura jiló
E come ligeiro.

E nem se dá conta
De tamanha ingratidão
Pois, ambulante,
Vai sozinho.
Não se reconhece
Não sabe quem é.

A injustiça impera
E a ele revela
Que ainda tem nome
E seu nome é José.
Zé da Silva,
Da Silva José.

* Artista plástica, escritora e membro correspondente da Academia de Letras de Teófilo Otoni.
Reside em Passos – MG.

Direitos Humanos

Egmon Schaper*

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, tornou-se para nós um divisor de águas, um marco histórico, reconhecendo a dignidade inerente a todos os cidadãos, com direitos iguais inalienáveis, fundamentando-os na liberdade, justiça e paz.

Neste contexto, esses direitos devem ser universalmente respeitados e as vozes do elemento humano, devem ser ouvidas.

Gostaria de focar e refletir sobre a questão da crise no sistema penitenciário. É degradante e inaceitável, ser negado o direito a esses cidadãos.

A ineficiência da justiça, que vale lembrar aqui, é “cega”, deixa “morfar” na cadeia, muitos apenados que já cumpriram suas penas e ainda continuam encarcerados. Medidas socioeducativas não estão sendo colocadas em prática.

Uma escola do crime forma-se ali para jovens infratores, a única opção de vida, e ao saírem da cadeia já estão “formados”, preparados para atuarem no crime organizado. Uma superlotação de “formados” no crime.

Temos que destacar a real necessidade e repensar o atual papel do Estado frente a esse processo caótico e desumano, que encontramos hoje.

Será essa ainda fatídica cultura de construir mais presídios para nós, seres humanos, que vamos deixar como legado para o futuro próximo? E como conviver com a violência dessa guerra anunciada, onde tiros de armas de fogo traçam a noite das favelas, onde inocentes são mortos por balas perdidas? E como se não bastasse, maus policiais desfiguram a própria segurança pública, contribuindo com um quadro nada humano de mais mortos, ao mesmo tempo que também se tornam vítimas.

A sociedade precisa e deve assumir sua responsabilidade e compromisso de prevenir e evitar esses conflitos, dando uma resposta coerente e profunda a essa realidade conflitiva.

Muitos países já fizeram o seu papel e cabe a nós, também, fazer o nosso!

* Artista plástico e ativista político.

Cerúcaua*

(aos índios brasileiros)

Elizabeth Caldeira Brito**

Braços sem função.
Gestos não se explicam
às surdas mãos.

No abismo dos pés:
o vazio do chão
e a civilização.

À possibilidade
resiste e revolta.

- Aqui estamos!
Onde estão
aqueles quem fomos?

*Do tupi: Batismo

** Psicóloga, mestranda em Letras, escritora e presidente do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de Goiânia e membro correspondente da Academia de Letras de Teófilo Otoni.

Direitos Humanos

Marcelo Oliveira Souza*

Lá na calçada
Estava a passear
Vi um vulto
Chegando a me assustar,
Um homem todo sujo
Estava a espreitar
Um tonel cheio de lixo
Ele estava sem almoçar.

O homem parecia bicho
Não conseguia nem conversar
Uma tristeza muito grande
Com a cena a presenciá-la.

Sem direito a nada
Nem se alimentar
O prospecto de homem
Ficava por ali a vagar.

Nosso país tão rico
Fala de tudo a se gabar
Mas um simples homem
Não consegue o que jantar.
Sem casa e sem comida
Num país que exporta tudo
Até estrangeiro flagelado
Encontra o seu lugar.

Contudo nossos irmãos
Não têm direito
Nem a se alimentar,
Quando vejo isso:
- Direitos Humanos
Dói no peito
Pois é papel
Só de enfeitar.

* Escritor, poeta, é membro correspondente da Academia de Letras de Teófilo Otoni. Reside em Salvador - BA.

Holocausto

Sáskia Alves Lima*

Em meio a um campo de flores
Feito de caos, sofrimento e destruição
Formado pelas belezas da vida
Tais quais o homem insiste em arruinar
Por cega e desmedida ambição

Nesse campo de flores
Há uma rosa de aparência hostil
Uma flor que nunca desabrocha
Isolada de todas as outras
Com os seus habitantes ela não é nada gentil

Essa rosa esconde um sujo segredo
Suas pétalas vestem pijamas listrados
Submetidas a terríveis amarguras
Não tem mais família, irmãos ou amigos
São pequenos meninos, delgados e sofridos
Bambinos que pela família não serão mais amados

Pirralhas, as pétalas nunca deixaram a flor
Não tiveram a oportunidade de decidir seus caminhos
Pétalas que nunca tiveram cor
Já nasceram sob um céu cercado por espinhos
Foram geradas sob um mundo pintado de dor

São crianças que não brincaram na infância
Sempre exploradas, sempre a sofrer
Presas atrás das grades, atrofiadas
Sem identidade, apenas mais um número qualquer
Como se fossem parte do gado, sem nada entender
Crianças que morrem em uma câmara de gás do mal
Asfixiadas, perdidas, queimadas

Elas nunca perdem a esperança, porém
O desejo de ver o mundo, mesmo feito de caos e destruição, é tudo que têm
Dizem: “Amanhã eu fico triste, hoje não
Por mais que o dia que se segue seja amargo”
E então, dão um último sopro de vida
Abraceadas à expectativa de ter uma vida melhor do outro lado
Sorriem, com o coração agradecem
E junto ao Misericordioso vão viver de bom grado.

*Estudante do 9º ano do ensino fundamental da Escola Particular Pequeno Príncipe, em Teófilo Otoni - MG.

Menino Guarani-Kaiowá

Marise Andreatta*

Menino Guarani-kaiowá,
olhos escuros,
rosto pintado de cores,
cores de vida, num escuro tempo de contemplar a guerra.
A luta pela terra.
Provocação que exclui.
Cativos do tempo de motivação corrompida
do coração de alguns homens.
Desprezo pela vida.
Ah, vida, que fizeram de ti?
A terra parecia de todos.
Seria ilusão pisar o chão?
Córrego cúmplice do horror, do grito de dor,
teu sangue, misturado à relva.
Menino Guarani-Kaiowá,
tarde de criança, liberdade de pescar,
sua natureza, seu desejo de criança
desprovido do cenário do mal, suplicou vida!
Exclusão em nome de terra,
poder indevido de alguns desprovidos de entendimento?
Tua alma repousa, suspira por justiça!
Terra marcada pelo lamento do excluído!
Menino Guarani-Kaiowá,
infortúnio da tarde aparentemente sossegada,
do rio,
dos peixes
daqueles que lamentam
o desprezo pela vida na terra.
Menino Guarani-Kaiowá,
pintado para a vida,
pintado para morte.
Sua última visão
os opressores que fazem laços na vida do inocente que sucumbiu à violência!
Mas, valente, foi-se,
ser guerreiro do tempo!

* Advogada, especialista em Direitos Humanos e Cidadania, teóloga, escritora, membro da Academia Douradense de Letras. Idealizadora e organizadora do Concurso Literário Internacional Justiça e Igualdade Social, realizado anualmente, é membro correspondente da Academia de Letras de Teófilo Otoni.

O preconceito

Rosimeire Leal da Motta Piredda*

Jiquiriça, município da Bahia, no tempo do cangaço e do coronelismo.

Meu pai, quando tinha 12 anos, estava parado, montado numa mula, conversando com um fazendeiro, seu vizinho. Aproximou-se um vaqueiro cavalgando uma mulona e perguntou de maneira prepotente e arrogante, expressando claramente o seu preconceito:

– Negro, o Coronel Coimbra está aí?

Não respondeu.

Meu pai, silenciosamente, apontou com o dedo, revelando que aquele que ele procurava estava ao seu lado.

Imediatamente o recém-chegado compreendeu sua insensatez, tirou o chapéu justificando-se:

– Coronel, perdoa-me! Eu pensava que o senhor pelo poder e riqueza, fosse branco!

– O que você quer?

O vaqueiro lhe mostrou um envelope, no qual um documento informava a entrega de dois mil bois.

– Desça nesta estrada e na terceira cancela, há um rapaz para receber o gado. Ao terminar, venha almoçar comigo!

Chegando ao local indicado, acenou para meu pai, deu-lhe uma gratificação em dinheiro, dizendo:

– Estou com medo que aquele negro me mate!

– Não se preocupe: ele é uma pessoa boa! Desculpe-me, o senhor é um homem de idade e eu sou criança, mas, os ricos tanto podem ser gente branca, como preta!

O vaqueiro subiu a escada que o levaria ao sobrado, encontrando o Coronel vestido de terno, gravata e chapéu brancos.

– Reconhece agora que eu sou o Coronel Coimbra? Vou lhe mostrar minha autoridade!

O vaqueiro ajoelhou-se desesperado e pediu perdão.

Havia um sino na parede da varanda onde estavam. O Coronel puxou a corda várias vezes, ecoando um som ensurdecedor. Surgiu então, uma multidão de “jaguços” negros (o mesmo que capangas, pistoleiros ou cabras). Impossível determinar a quantidade, pois sumiam de vista; todos usavam os cabelos e a barba longos e estavam armados com rifles de repetição. O Coronel fez um gesto com a mão para que fosse realizada uma demonstração das armas e eles fizeram pontaria para o vaqueiro. Este fechou os olhos, pressentindo o seu fim. Contudo, em seguida, todos se dispersaram.

O Coronel explicou que o almoço estava pronto e que depois tratariam de negócios.

Era o ano de 1924, trinta e seis anos após a abolição da escravatura no Brasil (hoje em 2017, cento e vinte nove anos), épocas distintas, porém, comportamento idêntico na atualidade.

Para que adotar atitudes de desprezo com relação aos outros? O ser humano ainda não aprendeu a respeitar o seu semelhante, não entendeu o significado das palavras de Jesus: “Amarás o teu próximo como a ti mesmo” (Mateus 22:39).

Atualmente, tal atitude é considerada crime contra a honra. Racismo. No código penal, a pena é de reclusão de um a três anos e multa.

Texto narrado por meu pai, Pedro Sabino da Mota (1912-2007)

* Professora, secretária aposentada, escritora e membro correspondente da Academia de Letras de Teófilo Otoni. Reside em Vila Velha – ES.

Direitos Humanos: reflexos e implicações

José Moutinho dos Santos*

O TEMA que dá título a este texto, foi escolhido pela Academia de Letras de Teófilo Otoni, e será objeto de estudo dos membros da entidade, visando produzir matéria dentro da temática, para a composição da 15ª Revista Literária Café-com-Letras, edição 2017. A escolha, sem dúvida, feliz e oportuna ocasião, primeiro: - Por trazer a lume aos povos de todo mundo, o esplendor dos ensinamentos da memorável “DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS” de 1948, que universalizou e semeou a doutrina tendo como escopo o ser humano e o bem mais sublime que DEUS, Criador do Universo, nos concedeu: o NASCER, a VIDA; segundo: - Avocar as Nações, externando-se na Declaração, para uma união em torno de si, num mutirão fraterno, consciente e respeitoso, com sustentação nos direitos humanos preconizados em seus 30 dispositivos; defender o seu legado contra os malfetores ideológicos e desumanos, que institucionalizaram a corrupção por meio de grupos organizados, no Brasil e fora dele, destruindo ferozmente a Pátria, a nação, a família e a sociedade.

As ofensivas, nesta senda, vêm do nada, mas facilmente se reproduzem assustadoramente em diversas ramificações, a exemplo: furto, roubo, desvio de dinheiro, estupro, homicídio e, chega a elevadas proporções, a beligerância, muitas vezes por intolerâncias religiosas e desumanas que duram tempos com destruições sem precedente, ceifando vidas humanas – dádiva de Deus – com descomunal fúria sem distinguir quem está na “mira”. Ora, ninguém tem o direito de tirar a vida humana de quem quer que seja.

Por outro lado, existem também governantes que, usando de artimanhas passam a legislar por meio de Leis Delegadas por concessão do Legislativo (que lava as mãos), com o alvo certo... e as desvantagens sempre são dos servidores públicos (de sua gestão), os perdedores de vantagens e/ou direitos conseguidos ao longo de suas carreiras; mudanças fervilham em sua estrutura, categoria, graus, nomes dos cargos, mesmo já estando aposentados, idosos, idade avançada, doentes que usam continuamente remédios (vários, e caros), e eles não veem, nem imaginam... Aliás, são esquecidos quando se falam em reajustes salariais.

Pois bem, as majorações nos preços de: impostos, remédios, alimentos, inflação, custo de vida e outros, chegam para todos, sem distinção, e eles não sabem disto, será? - “Todos são iguais perante a Lei”, como preconizam a Carta Magna, Cidadã, Art. 5º e a Declaração, Art. VII?

“Ipso facto”, estas ações, todas refletem de forma negativa na sociedade, na família, na saúde, na educação, na segurança, no lazer, no direito de ir e vir e precisam ser combatidas, com a Lei e a Justiça, pois ninguém está acima delas. O nosso BRASIL gigante, vem sendo corroído por malfetores “Lesa-Pátria” de forma descomunal, a denegrir a sociedade, o caráter e a honra de cidadãos de bem, perante as nações civilizadas. Portanto, lutemos pelos nossos sagrados direitos e pela PAZ!! – Assim seja.

*Advogado, escritor e poeta. É membro correspondente da Academia de Letras de Teófilo Otoni. Reside em Belo Horizonte – MG.

Garantias Fundamentais

Isaías Lemos Alves*

Ao Estado compete proteger o cidadão
Tratando-o com dignidade, está na constituição
Protegendo seus direitos e também a sua ação
Pois são seres humanos e merecem atenção.

II

Está na magna carta desta imensa nação
A prevalência dos direitos de nosso cidadão
Pois é dever do estado, garantir essa ação
A todo o brasileiro, a garantia dessa condição.

III

Os reflexos são diversos, à perda desses direitos
Mesmo quando são coletivos ou individuais
Tirando do cidadão as garantias fundamentais
Tornando uma injustiça, aos direitos sociais.

IV

É garantido ao cidadão o direito de ir e vir
Consciente de seus atos, o direito de expressar
Das garantias constitucionais e seu livre pensamento
Protegido pelo Estado seus direitos e seu sustento.

V

Agora quero dizer desse assunto o que eu sei
Está escrito no livro que garante ao cidadão
Sem implicações ou reflexos dessa imensa sociedade
Por aqueles que nos representam e se chama: CONSTITUIÇÃO.

*Bacharel em direito e professor de educação física aposentado.

Humano demasiadamente humano

Paulo César Prazeres Moura*

Art.1º

Acordar

Todo ser humano tem
Direito a amanhecer
Porque é seu
O dever de fundar o amanhã

Art.2º

Viver

Todo ser humano tem
Direito à confiança
Porque é seu
O dever de fundar este idioma

Art.3º

Sonhar

Todo ser humano tem
Direito à diferença
Porque é seu
O dever de fundar a concórdia

* Doutor em Literatura Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente, professor da FAETEC em literatura Infantojuvenil. Reside em Campos dos Goytacazes - RJ.

O retrocesso

João Batista Vieira de Souza*

A boca sopra mais uma vez
O ar que sai e entra pelos ouvidos
E empurra a sujeira pra lá de onde moram os tímpanos.
E apesar dos gritos alheios,
Prefiro os ouvidos sujos.
O sistema é uma roda gigante.
Todos passam pelo mesmo vão.
Mas os braços não alcançam as costas
E o olhar para trás não aponta mais caminho.
Porque o futuro anda tão comprometido;
É um fazer e um refazer anarquista
E nada de acertar o alvo.
Inspetores que ensinam uma língua morta;
Professores que absorvem o falso testemunho.
Inspetores que induzem ao erro;
Professores que aprendem com o engano.
Muitos vêm de longe, outros moram do lado;
Muitos viajam para longe do problema;
Outros moram nele e disfarçam.
E a escola voa para o horizonte
E a vitrola toca a música do precipício.
E chega perto de tudo, mas não toca nada.
Os inspetores ditam regras
Rumo ao desconhecido
E quem segue as pegadas é pego de surpresa.
Uma prova de que não são aprovados,
É o navio – fantasma que sempre cabe mais um;
Um desbravador, um professor, um agente qualquer;
Um forasteiro que o dinheiro não compra
E que o salário não paga.
Um tolo, um desses que se deixam usar.
E a fila anda p'ra lá e p'ra cá
E ninguém entende a linguagem.
Os poucos que descobrem não sabem por onde começar.
E o ensino sugere coisas fúteis, sonhos em pedaços.
Ensina cortar caminhos para quem não sabe se vai chegar;
Ensina para mim e outros mais matéria inesquecível,
E a sequelas que nem, com análises, conseguem a cura.
É uma lesão, bloqueio, tortura chinesa.
Um enigma que inspetores ensinam sem decifrá-lo.
E que professores aprendem para nunca acertar.

É um retrocesso, paralisia cultural, viagem cósmica;
É uma roda gigante, na qual todos que a usam,
Viram anões, refêns, cobaias de quem vêm de longe.
Professor perdeu a batuta para a imbecilidade;
O inspetor pega a imbecilidade como batuta.
E querem que todos acertem o compasso,
Se faço, não faço e o descompasso sempre sobra.
Mas ninguém assume. Então a canção é fúnebre,
Os instrumentos são nefastos.
E a viuvez é o porto mais próximo;
E já vislumbramos a triste sorte,
E salve-se quem opuser!

*Professor, músico, poeta e escritor. É membro da Academia de Letras de Teófilo Otoni, titular da cadeira 10.

Direito à melhor idade: educação e cultura

Maria Luciene*

MOTE

Envelhecer é um direito
Pessoal personalíssimo
Ser saudável e fortíssimo
Esporte e lazer perfeito
Com a vida satisfeito
Viver bem a criatura
Proteção e formatura
Condições de liberdade
DIREITO À MELHOR IDADE
EDUCAÇÃO E CULTURA.

É obrigação do Estado
Dever com o cidadão
Com ESTATUTO na mão
Direito não violado
Proporcionar cuidado
Não angústia e tortura
Lutar por nova postura
Buscando felicidade
DIREITO À MELHOR IDADE
EDUCAÇÃO E CULTURA.

Viver num mundo encantado
Sorrisos e bem-estar
Uma beleza sem par
Benquisto e afortunado
Finalmente estruturado
Fez boa sementeira
Comandou arquitetura
Surgindo da lealdade
DIREITO À MELHOR IDADE
EDUCAÇÃO E CULTURA.

*Atriz cordelista, tem mais de cem títulos em literatura de cordel, participações em antologias nacionais, menções honrosas por vários poemas. É membro correspondente da Academia de Letras de Teófilo Otoni. Residente em Fortaleza – CE.

Dor no anonimato

Fátima Sampaio*

Eu canto a dor
De um povo sem cor,
 Sem vez,
 Sem voz,
 Sem amor.

De uma dor que nasce no fundo,
 Que mora na alma,
 Que empurra,
 Que chora.

Uma dor que ainda tem sentido
Porque uma voz rasga o céu
E se faz eco no ouvido.

No ouvido do povo
 Que luta sem força,
 Que chora sem voz,
Mas que espera na esperança,
 Na voz confiante,
 Na luta ofegante,
De alguém que canta
Um canto à dor
De um povo sem cor.

*Filósofa, professora, educadora ambiental, - embaixadora - Cercle Universel des Ambassadeurs de La Paix - Suisse/France; Supervisora Internacional do Movimento União Cultural de Taubaté/SP. É membro correspondente da Academia de Letras de Teófilo Otoni. Reside em Belo Horizonte – MG.

Hipocrisia

Cláudio Hermínio*

Queria enxergar o mundo com olhos de neon
E acreditar em sonhos movidos por cata-ventos
Triste ironia
Saber que máscaras clandestinas desfiguram rostos
Ao longo da travessia
Quantas máscaras desvendarei?
Quantas máscaras irão cair?
Entretanto
Crio minhas próprias máscaras
E sinto que não vivi uma vida por inteiro
Apenas representações múltiplas dos devaneios coletivos.

*Professor de língua portuguesa, escritor, reside em Belo Horizonte - MG e é membro correspondente da Academia de Letras de Teófilo Otoni.

Justiça eterna

Leandro Campos Alves*

O túmulo que me acolhe,
não é diferente daquele do rico,
nem inoportuno ao meu destino.

Ele é terra, peso, escuridão.
O abraço de um guardião,
a saudade que poucos terão.

Representa a passagem,
a vida eternizada.
Uma pequena viagem,
a última a ser por nós realizada.

Deixaremos riquezas,
levaremos nossas proezas.
Deixaremos lembranças,
e levaremos a Deus nossa sentença.

*Escritor e poeta, é membro correspondente da Academia de Letras de Teófilo Otoni. Reside em Caxambu – MG.

Redondilha maior ao pessoal dos direitos humanos

Paulo Roberto de Oliveira Caruso*

Onde está o pessoal
dos tais direitos humanos
quando um governante faz
desvios do erário público
causando mortes em filas
de hospitais Brasil afora?
Onde estão essas pessoas
engajadas e opulentas
quando uma universidade
ou uma escola (gratuitas)
cessam as atividades
por total falta de verba
com esta indevidamente
e friamente apropriada
no bolso dos governantes?
Só a gente nesta fila
de UPA reclamar eu vejo!
Só os servidores públicos
e alunos prejudicados
(assim como os genitores
destes) dão a cara a tapa,
levam balas de borracha,
gás lacrimogênio e mais
(borrachada e até porrada!).
O pessoal que conclamo
dos tais direitos humanos
vai à porta do presídio
defender o dito cujo
que matou quem trafegava
a caminho do trabalho
já cedo da madrugada.
Ou defende o esturpador,
o ladrão, o traficante.
Os valores invertidos
seguem reinando por cá.
Não esqueçam, por favor,
o menino João Hélio,
Isabela dos Nardoni,
o casal Von Richthofen,
a adolescente Eloá,
as tantas mulheres vítimas
do Maníaco do Parque,
a Camila do metrô
e tantas outras pessoas!
Nada mais a declarar.

*Escritor, poeta, é membro correspondente da Academia de Letras de Teófilo Otoni. Reside no Rio de Janeiro – RJ.

Crianças e adolescentes: um futuro comprometido

Emanuela Rufino de Lima Melo*

A incerteza de um futuro melhor vem frustrando a nação brasileira, a dúvida prospera diante dos problemas que se multiplicam e giram em torno de uma geração acomodada, sem atitude e com princípios e valores distorcidos.

A crise financeira acerca do Brasil não é o bastante, existe a crise de valores, que retrata a maior crise dos tempos, na qual se perdem valores, tais como: ética, respeito ao próximo, entender limites e exercer práticas morais. Desvencilhar crianças de valores é gerar adolescentes mimados e adultos egocêntricos e apáticos.

A educação deficitária oferecida pelo governo contribui, diretamente, para este problema que vem se formando ao longo do tempo, e, ao invés de serem gerados jovens resolutivos e evoluídos, assistimos a regressão acontecer.

Adultizar e/ou isentar nossas crianças de responsabilidades não ajuda a direcionar. Criança tem de ser criança, elas têm que aproveitar as fases que essa transgressão oferece. Aprender a dividir o brinquedo com o coleguinha, respeitar pai, mãe e os mais velhos, o professor e fazer entender que existem limites sociais que devem ser respeitados. Não se trata de um discurso modista e antigo, uma vez que o “respeito” é antigo, mas nunca será velho. A educação é a base para um futuro melhor.

É de bom tom enfatizarmos o quão poderá ser desastroso gerarmos futuros profissionais apáticos e sem comprometimento, talvez será tarde?! Nunca saberemos. Por isso é preciso ser revista a educação Brasileira, e com pais mais atuantes e não defensores dos erros de seus filhos.

Precisamos colocar nossas crianças nos seus lugares de “criança” e, antes de amá-las incondicionalmente, devemos educá-las para serem o futuro que esperamos e não o futuro que tememos.

*Escritora e poetisa. Reside em Recife-PE, é membro correspondente da Academia de Letras de Teófilo Otoni.

Os aromas dos tempos

Marlene Campos Vieira*

Há muitos anos perdemos o perfume dos tempos, já não temos tempo!

Tempo para sonhar, tempo para apreciar a natureza, tempo para sorrir.

Vivemos um período difícil, e histórico, de nossa Pátria.

Estamos desaprendendo a alegria do sorriso aberto, enquanto as palavras saem; o coração continua preso às nuvens que se formam em nosso inconsciente.

Brasil!

Pátria amada, queremos que nosso solo volte a ser gentil. Que possamos tomar realmente posse do que é nosso. Que tenhamos direitos, já que vivemos cumprindo deveres injustos.

Queremos aprender com essa realidade a fazer justas escolhas dos nossos dirigentes. Chega de padecer, de uma luta inglória.

Não nos bastam leis teóricas, papéis e papéis enchendo arquivos, e o ser humano incapaz de usufruir de seus benefícios.

A tecnologia está aí em alto e bom som, anunciando o progresso. No entanto, a saúde, o meio ambiente, a educação e tudo mais, nos levam aos idos de um Brasil colônia.

Precisamos passar a limpo nossa história, sentir orgulho de nossa Pátria, salvar o futuro de nossos filhos.

Escolher com cuidado aqueles que nos servirão, e não os que querem se servir de nós. Tudo que temos visto, é vergonhoso que seja visto pelos nossos filhos, e pelo mundo.

Fomos assaltados, estamos em mãos perigosas que roubaram nossos direitos.

Que possamos, em breve, encontrar a libertação e a alegria de nos sentirmos brasileiros.

Assim reviveremos as palavras de Carlos Drummond Andrade em *Almas Perfumadas*, quando diz: “Tem gente que tem cheiro de passarinho quando canta. De sol quando acorda. De flor quando ri.”

Só assim para assumirmos o nosso ser real e o verdadeiro status de BRASILEIROS.

Existem direitos que não podem nos roubar: direito de sorrir, apesar dos frutos amargos que nos empurram garganta adentro; falar, sem que as mãos corruptas nos tapem a boca; amar, sem as amarras do rancor.

Somos um país adolescente assumindo sua identidade e rompendo laços com as identidades enfermigas que nos criaram.

O maior direito humano é o direito de sermos “HOMENS”.

*Educatória, escritora e membro da Academia de Letras de Teófilo Otoni, titular da cadeira 28.

Trabalho versus direitos humanos

Isabel C S Vargas*

O homem tem direitos inalienáveis, como direito à vida e à liberdade. São direitos inerentes à sua natureza e anteriores à criação do Estado.

Há outra corrente que diz serem Direitos Humanos aqueles que são garantidos em ordenamentos jurídicos, entretanto isto não assegura o cumprimento em sua totalidade, posto que entre o reconhecimento deste direito e o cumprimento dos mesmos há um descompasso. Ao mesmo tempo em que se intensificam as ações afirmativas de direito, visando a inclusão social, observamos que há intensificação da violência nas famílias, nas escolas, nas ruas. Fala-se em todas as linguagens sobre a proteção do planeta e, no entanto, agrava-se a situação de destruição do meio ambiente. Ao mesmo tempo em que se fala na Paz, aumentam os conflitos em virtude de uma crescente intolerância racial, religiosa, cultural, de gênero e tantas outras formas de exclusão e discriminação.

Há quem defina os Direitos Humanos como conquista, e como tal, ao mesmo tempo em que são adquiridos, podem ser perdidos ou suprimidos. A Declaração dos Direitos Humanos visa garantir direitos civis, políticos e sociais, entre os quais se inclui o trabalho, a segurança e a segurança no trabalho, o que se configura uma condição essencial para a promoção da dignidade humana. Se analisarmos a história do trabalho percebe-se que há avanços, conquistas e retrocessos. O trabalhador teve condições de trabalho asseguradas em lei, mas não tem a garantia de acesso ao trabalho, posto que a tecnologia, a automação e em alguns casos o excesso de burocratização diminuiu os postos de trabalho. Há redução de ofertas e maior demanda, o que implica em redução de valores, maior competitividade e mais exigências para acesso.

A redução da qualidade do ensino, por uma gama de fatores, tais como fatores econômicos e sociais reduziram as possibilidades de acesso ao trabalho daqueles menos qualificados. O excesso do contingente de mão de obra universitária sujeita os mesmos, a salários reduzidos, ocorrendo ocupação de cargos que poderiam ser ocupados por pessoas com grau de escolaridade inferior. Os mais novos não têm acesso, por falta de experiência; os mais antigos, pelo excesso dela; o que faz aumentar o salário à medida que a idade aumenta, o que sem dúvida acarreta a possibilidade de ser dispensado e trocado por alguém mais jovem e de menor custo. É um círculo de discriminação que se forma, e que não se perpetuará se houver melhor qualidade de ensino, maior oferta de trabalho, maior qualificação em todas as faixas, com o cumprimento da legislação e com o fim de diplomas legais que se prestam às situações que restringem os direitos, pois mascaram relações de trabalho e proporcionam maior lucro às grandes empresas.

A modernidade traz vantagens e desvantagens. O importante e necessário é encontrar um ponto de equilíbrio para garantir, acima de tudo, o livre e indispensável exercício da cidadania, o que é fundamental para a consolidação da democracia. Vivemos uma época de grande conturbação política. Essa crise configura-se como política, jurídica e moral, face a todas as exceções que estão ocorrendo nos ambientes que decidem a vida dos cidadãos, qual seja, o político, executivo, legislativo ou judiciário.

Reformas na legislação trabalhista estão sendo votadas e, com isto, o trabalhador em geral está vendo direitos péticos sendo retirados e aprovados em algumas instâncias.

Ampliam categorias que poucas garantias possuem (trabalho terceirizado), e encolhem as garantias individuais que extrapolam a época em que se encontram trabalhando para atingir os direitos previdenciários com decorrência.

Trabalho e segurança são direitos básicos que conferem dignidade ao trabalhador, e à sua família, que não podem ser tirados no decurso da história.

Não tenhamos ouvidos surdos para o clamor da maioria do povo brasileiro, que pede o que lhes é devido para sobrevivência:

Cumprimento dos direitos, trabalho, cidadania!

*Escritora, reside em Pelotas/RS e é membro correspondente da Academia de Letras de Teófilo Otoni.

Corrupção: a mais severa violação dos direitos humanos nos tempos atuais

Célia Cunha Mello*

Inicialmente, é imperioso fornecer os contornos técnicos de uma definição, ainda que preliminar, do significado, hodierno, da expressão “direitos humanos”. Nesse mister, podemos afirmar que os direitos humanos podem ser definidos como o conjunto de direitos fundamentais assegurados a todos os seres humanos, de todos os povos e nações, para que possam deles usufruir pelo simples fato de existirem, independentemente de sua classe social, etnia, gênero, nacionalidade ou posicionamento político. São direitos tidos como universais, aplicáveis a todos os homens e mulheres do planeta, sem nenhuma distinção. Nos dias de hoje, em âmbito nacional e/ou internacional, essa simples definição nos causa perplexidade e já polemiza o tema.

De fato, a ideia de um conjunto de direitos que se sustentaria em um contexto onde cada nação ou grupo, com seu próprio escopo jurídico, asseguraria determinados direitos a todos os seres humanos, indistintamente, em todo e qualquer território, conquanto seja um ideal a ser perseguido, está, cada vez mais, distante da nossa civilização.

Chegamos ao século 21, ostentando a RAZÃO em detrimento dos demais habitantes da terra, aqueles tidos como irracionais; mas, em harmonia e habilidade de conviver, perdemos para qualquer comunidade de macacos, girafas, baleias ou formigas.

Poluímos o meio ambiente, desperdiçamos alimentos, contaminamos a água, e, nos afastamos, radicalmente, de sentimentos como a empatia e a solidariedade, socialmente essenciais. A corrupção que agora está sendo esfregada nas nossas caras, que está diariamente exposta nos jornais, com áudios de telefonemas divulgados, filmagens de encontros furtivos ocorridos em garagens, restaurantes e hotéis, com dinheiro em cuecas, meias e malas, distribuídos em montantes inimagináveis, é apenas fruto desse nosso jeito moderno de viver: cada um por si! Farinha pouca, meu pirão primeiro.

Aceitamos com naturalidade aquele que compra sem nota fiscal, sonegando, portanto, o imposto respectivo. Aliás, sonegar imposto é quase um imperativo social, à medida em que nossa carga tributária é tão elevada que, praticamente, “encaminha” o trabalhador ou o empresário, sobrevivente ao perverso sistema tributário vigente, à sonegação. Honestidade, então, passa a admitir graus. Encontrar um “jeitinho”, para não pagar uma multa de trânsito, ou para se livrar dos juros incidentes em razão de pagamento serôdico, é sempre uma solução almejada e bem-vinda.

A corrupção não é nada mais do que a aplicação prática desse “modus vivendi”, só que em uma escala maior. A vantagem pequena é plenamente aceitável, mas a grande vantagem é repelida por todos que não participam do “esquema”. Vejam que o “delito” é o mesmo, mas o nosso repúdio recai apenas sobre a gradação, e nos mostramos indignados com o desvio de milhões, bilhões de reais. Qual seria o impacto da aplicação desses valores desviados em creches, hospitais e escolas? Quantos direitos fundamentais são violados a cada real desviado? Essas perguntas nos afligem, mas não indagamos a respeito da nossa contribuição para a manutenção desse sistema.

Estamos moralmente doentes. Não é uma questão jurídica, a ser resolvida com a edição de leis ou estatutos, tampouco a ser debelada pelo próprio Judiciário, que assumiu um

estranho e questionável protagonismo na mídia. É uma questão moral e ética que afeta toda a nossa sociedade. “A grande corrupção do Estado é apenas um ápice das pequenas corrupções do dia a dia, feitas por um membro comum da sociedade. Um indivíduo que não cumpre as regras básicas de uma comunidade é o mesmo que poderá um dia chegar a um cargo político. Ora, não existe governo corrupto com população honesta”, adverte Leandro Karnal.

A pergunta, após essa dura reflexão, que se nos impõe: - Qual a solução? O que fazer? Como proceder? - É difícil, claro. Mas a única saída é mudar. Proponho uma mudança URGENTE, individual e personalíssima, que não admite delegações, adiamentos ou transferências. Não podemos aceitar gradações de honestidade. Temos que introjetar o conceito de que honestidade é fazer o que é certo, mesmo que todos em sua volta estejam fazendo errado. É mais do que isso, agir honestamente é não tolerar a desonestidade, em nenhum grau.

Sugiro que adotemos como um mantra, a célebre frase de Martin Luther King: “O que me preocupa não é nem o grito dos corruptos, dos violentos, dos desonestos, dos sem caráter, dos sem ética... O que me preocupa é o *silêncio* dos *bons*”.

Sigamos! O passo mais importante? O que está por vir...

*Advogada teófilo-otonense. Procuradora do Estado de Minas Gerais. Mestre em Direito Administrativo pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Direitos Fundamentais e Direitos Humanos

Adevaldo Rodrigues de Souza*

A visão do mundo sobre o sistema de valores, base de nossa cultura, tem evoluído em suas linhas essenciais nos dois últimos séculos, principalmente no que diz respeito aos aspectos sociais. Os direitos sociais, nascidos como uma reação às atrocidades cometidas na Segunda Guerra Mundial, reconhecidos internacionalmente, é um exemplo de tais mudanças. Em 1948, foi criada pela ONU (Organização das Nações Unidas), a Declaração Universal dos Direitos do Homem. Em 1966, ganhou vida o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais. No Brasil, surgiram em forma de decreto, os Direitos e Garantias Fundamentais, sendo descritos no capítulo II, artigo 6º da Constituição Federal de 1988, estendidos para todos os cidadãos do país.

Os *Direitos Fundamentais* são os direitos básicos individuais, sociais, políticos e jurídicos previstos na Constituição Federal de uma nação, levando em consideração o contexto histórico e cultural de sua sociedade. Portanto, eles podem divergir de acordo com as particularidades culturais e históricas de cada povo. Pela estruturação da Constituição do Brasil, os Direitos e Garantias Fundamentais estão subdivididos em três núcleos principais: direitos individuais e coletivos, direitos sociais e da nacionalidade e direitos políticos. Dentre os direitos fundamentais do cidadão encontram-se o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, à educação, à saúde, à moradia, ao trabalho, ao lazer, à assistência aos desamparados, ao transporte e ao voto.

O *Direito Humano* é aquele que permite a liberdade básica de todos os seres humanos. Seu conceito também está ligado à ideia de liberdade de pensamento, de expressão e de igualdade perante a lei. A ONU foi a responsável por proclamar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que deve ser respeitada por todas as nações do mundo. Seu princípio é o de que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, dotados de razão e de consciência, e devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade. Tais direitos têm o objetivo de evitar guerras, promover a paz mundial e fortalecer os direitos humanitários. Portanto, cabe fazer uma distinção entre *direitos humanos* e *direitos fundamentais*. Os primeiros têm caráter universal/atemporal e os segundos estão relacionados às leis de cada país.

As duas últimas décadas deste século vêm registrando um estado de profunda crise mundial, que tem afetado a sociedade em vários aspectos, sobretudo no que diz respeito à saúde, à economia, à tecnologia, à política, à qualidade do meio ambiente e às relações sociais. Trata-se de uma crise de dimensões intelectual, moral e espiritual, que afeta a humanidade, sobretudo os países em que os direitos humanos vêm sendo desrespeitados, pois, para o exercício da cidadania faz-se necessário que os membros de uma sociedade usufruam dos direitos humanos e fundamentais tanto no âmbito individual, quanto no coletivo e institucional. O que ora acontece no Brasil é um reflexo desta turbulência, cujo resultado é imprevisível. O enfraquecimento e a submissão dos Três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) frente ao poderio econômico e midiático têm gerado profundas tensões com reflexos negativos para o povo brasileiro, sobretudo para aqueles de menor poder aquisitivo. Portanto, é preciso cobrar a observância e o exercício da cidadania, com seus direitos e obrigações, para que esses sejam colocados em prática, conforme previstos na Constituição do país.

*Engenheiro eletricitista, gestor ambiental e escritor. Reside em Belo Horizonte/MG e é membro correspondente da Academia de Letras de Teófilo Otoni.

Onde dormem as pessoas “marrons”?

Eugênio Maria Gomes*

A jornalista Eliane Brum, no periódico espanhol *El Pais*, em junho de 2015, publicou artigo com o título “Onde dormem as Pessoas Marrons?”. No texto, a autora se referiu a uma pergunta feita por uma criança de classe média alta, à sua mãe. Criada em condomínio fechado, frequentando escola de elite e *shopping center*, localizados dentro e ao lado do condomínio, a criança percebeu que as pessoas “marrons”, diariamente, ao cair da noite, saiam dos apartamentos e lojas onde trabalhavam e iam embora.

As “pessoas marrons”, às quais a criança se referiu, eram domésticas, porteiros, zeladores, atendentes... Negros! Ainda no mesmo artigo, a autora mencionou que a mãe daquela criança lhe confessou que a única vez que a menina andou na calçada de uma rua foi numa recente viagem a Paris! Que até então, a menina só andara dentro do condomínio, dentro do shopping ou dentro de carro blindado...

A realidade retratada nessa breve história leva à reflexão sobre duas mazelas brasileiras: o racismo e a violência. No Brasil, durante muito tempo, alardeou-se o mito de que éramos uma sociedade sem racismo, onde negros e brancos viviam em harmonia. Pura mentira. O *racismo à brasileira* é disfarçado, sim. Talvez, por esta razão, seja mais difícil de extirpar. Como toda verdade que insistimos em ocultar, o racismo segue atenuado, protegido por óculos de lentes coloridas, que teimamos em usar, e que nos impedem de enxergar a realidade... Isso é hipocrisia! A maioria dos presidiários é negra. A maioria dos pobres é negra. A maioria dos subempregados é negra. A maioria dos negros não tem acesso à boa educação. A maioria dos negros não tem emprego digno.

Em contrapartida, na maioria dos altos empregos não há negros. Na maioria dos cargos públicos, nas casas do Legislativo ou nos Tribunais, quase não há negros. A maioria dos negros ocupa os empregos menos qualificados e de menor salário do setor produtivo. Onde dormem as “pessoas marrons”? A maioria dorme em casebres, nas periferias, aonde chegam após horas de aperto em ônibus ou trens lotados, onde encontram seus filhos, também “marrons”, malcuidados, sem terem ido à escola, sem terem tido uma alimentação adequada, muitos entregues à própria sorte, cuidando uns dos outros durante o dia, pois não há creches suficientes.

A hipocrisia racial brasileira, que impede que se enfrente adequada, consciente e corajosamente o problema, levou ao óbvio: à explosão da violência social. Por conta da violência, pessoas criam seus filhos segregados, entre os que lhes são “iguais”. Os Condomínios os protegem. Blindam carros. Porém, a realidade insiste em se mostrar e, de vez em quando, as obrigam a encará-la, tristemente, sob a forma de uma tragédia, que lhes subtrai a vida.

Nesse Brasil, tão desigual e tão socialmente doente, ainda estamos longe da utopia de Luther King de que um dia *todos seriam tratados e julgados não pela cor de sua pele, mas sim, pelo conteúdo de seu caráter!*

*Doutor em Administração, autor e coautor de mais de 30 títulos literários, Grande Secretário de Educação e Cultura do GOB-MG. Professor e Pró-reitor de Administração do Centro Universitário de Caratinga, é membro correspondente da Academia de Letras de Teófilo Otoni.

Mortalidade infantil adiada

Sérgio Rodrigues Piranguense*

Graças às ações governamentais e investimentos em programas de saúde pública voltados para o saneamento básico, aplicado nas regiões brasileiras, verifica-se que a taxa de mortalidade infantil, vem sofrendo decréscimos significativos, entre populações carentes. Nos últimos anos, muita coisa mudou.

A mortalidade infantil era assustadora. Contudo, projeções otimistas em relação ao futuro do país, dão conta de que brasileirinhos e brasileirinhas são hoje cidadãos de amanhã.

Por conseguinte, muitas crianças que escaparam vivas à mortalidade foram seduzidas pela delinquência, que lhes acena variada gama de recursos criminosos, num mundo violento e que conspira para abreviar-lhes a carreira adolescente antes mesmo de concluída a juventude.

*Pós-graduado em jornalismo esportivo, servidor da Universidade Federal de Minas Gerais. É membro correspondente da Academia de Letras de Teófilo Otoni. Reside em Belo Horizonte – MG.

Direitos humanos, utopia?

Daniel Antunes Júnior*

Os Direitos Humanos, como tema recorrente, por sua importância e atemporalidade, estão sempre na ordem do dia. Configuram-se como proposição inerente ao direito positivo, que resguarda a dignidade das pessoas, sob a proteção do Estado. Por isso mesmo, são sagrados.

Thomas Jefferson, em sua admirável concepção, inserida na Declaração de Independência dos Estados Unidos, proclama que “todos os homens foram criados iguais, que são dotados, pelo Criador, de certos direitos inalienáveis, que entre estes se encontram a vida, a liberdade e a busca da felicidade”.

A “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”, da Revolução Francesa, de 1789, inspirada no texto redigido por Jefferson, foi sucedida, para dar-lhe mais abrangência, pela “Declaração Universal dos Direitos do Homem”, das Nações Unidas, após o colapso dos regimes fascistas e nazistas. O tema, de alta significação moral e cívica, é digno de ser acatado por todos os povos civilizados.

Mas é impressionante o desrespeito aos direitos humanos em todos os tempos.

A Alemanha, que produziu tantos benfeitores da humanidade, deixou-se conduzir por um megalomaniaco, que pretendeu reduzir a pessoa humana à joguete de sua ideologia autoritária, em nome de uma eugenia discutível. Hitler, na *MeinKampf*, assim escreveu: “Só há um direito sagrado, e esse, é o de preservar a pureza do sangue”. Para ele não importava a identidade das pessoas, como se fossem uvas no lagar; continuavam a existir apenas no vinho... E, em nome da pretendida e falsa hegemonia ariana, conflagrou o mundo todo.

De estarrecer, foi o sacrifício coletivo de inocentes no Holocausto, durante a última Grande Guerra, quando, na “solução final” de Hitler, foram levados à câmara de gás seis milhões de judeus! Essa foi uma hecatombe de proporções colossais, sem que então houvesse, no mundo, quem fosse capaz de detê-la.

No genocídio, durante a colonização do Brasil, os índios – os donos da terra – além de serem incendiadas as suas aldeias, foram os mesmos caçados como feras e impiedosamente abatidos, por bárbaros que se diziam civilizados. E isso aconteceu com a permissão e até o aplauso do poder dominante.

Nas fogueiras do fanático Torquemada, inquisidor-mor do famigerado “Santo Ofício”, além de serem confiscados os seus bens, cerca de 12.200 pessoas perderam a vida, com o beneplácito de quem não podia ignorar a verdadeira fé cristã.

No ataque que derrubou as Torres Gêmeas, de New York, em 11 de setembro, quase quatro mil pessoas indefesas foram eliminadas pelo ódio de terroristas desalmados da Al Qaeda.

Lamentavelmente, déspotas e celerados sempre houve, mas, alegoricamente, pretende-se que *ainda há juízes em Berlin...* E que o Sol sempre brilhará, após as noites tenebrosas das tempestades e dos vendavais.

Certa vez, para renovar acordos de assistência técnica e outros, os Estados Unidos exigiram que cada País latino-americano respondesse a um questionário sobre se estava respeitando os direitos humanos. A nossa imprensa fez um escarcéu dos diabos. Como? Queriam os gringos imiscuírem-se nos assuntos internos do País, passando por cima da soberania nacional? O embaixador Lincoln Gordon, interpelado a respeito, respondeu serenamente: “Devo informar apenas que o governo do meu País está empenhado em defender, por todos os meios e recursos ao seu alcance, os direitos humanos, onde quer que sejam feridos...”

Por outro lado, muitas vezes os direitos humanos são invocados para favorecer facínoras vulgares, enquanto suas vítimas inocentes são esquecidas, sem reparação. É o caso de verter lágrimas de crocodilo por bandidos, ou chorar com vela de libra um mau defunto...

*Escritor, historiador, sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e membro correspondente da Academia de Letras de Teófilo Otoni, residente em Belo Horizonte – MG.

O fel do mel

Cosme Custódio da Silva*

Iracema continua com os lábios de mel, embora não mais virgem. Saiu de casa enxotada pelo padrasto, alcoólatra, que bate na mãe; que nada pôde fazer para defender a filha.

Botou o pé na estrada, e logo arrumou carona com um caminhoneiro, que rápido percebeu o cheiro e o gosto da rapariga, precocemente feita mulher. E o pagamento fora uma média de café com leite e um pão francês duro, dormido. Muito ainda faltava para que ela pudesse usar perfume da terra de Voltaire.

Na metrópole, homens de olhos de outras cores, de pele clara, protegidos e escondidos por chapéus, camisas e bermudões chamativos, se encantam. E ali mesmo, na praia, começa o tratoir, aonde copulam levados pelo balanço azul das ondas do mar.

É ali que Iracema encontra outras, muitas outras meninas de idade variadas, de origens e mestiçagens diversas, tangidas pela violência doméstica de ventos impiedosos.

Meninas púberes que nem sequer leram as páginas de José de Alencar, sem encontro com A Pata da Gazela, A Viuvinha e Encarnação, mas que entram em carros importados e deitam-se em camas de hotéis luxuosos; fotografam-se por máquinas modernas e conhecem o vil metal verde em forma de dólares, que, por maior que seja o seu valor no mercado, não paga o duro pedágio imposto pela vida sem cor daquelas prostituídas ainda em flor.

Lábios e corpo cansados encontram forças ainda ao final de mais um dia, quando o sol desaparece de cena para ceder o palco à lua, aonde Iracema, quase nua, desfila o corpo pelos calçadões, avenidas, becos, vales e vielas.

E como o jarro que muito vai à fonte um dia se quebra, Iracema reza mentalmente seu rosário de duras contas, rogando a algum santo, proteção para que enfrente aquela vida de fel, começada à marra, ainda dentro de casa, criando-lhe na cabeça um turbilhão de ódio e ilusão, mas também, felizmente, de esperança do sonho d'ouro.

*Escritor, poeta e membro correspondente da Academia de Letras de Teófilo Otoni. Reside em Salvador – BA.

Direitos Humanos

Ilda Maria Costa Brasil*

Neste momento, ao pensar e refletir sobre os direitos humanos e suas implicações na sociedade, deparo-me com incertezas, questionamentos e expectativas.

A cada dia, acontecem inúmeras situações diferentes: vivências repletas de bons e ruins momentos e, até mesmo, rupturas de valores sociais, morais, políticos e culturais.

Atitudes e gestos amáveis podem visar a proveitos. Todo cuidado é pouco. Nem sempre nossos direitos são respeitados e cultuados.

É comum indiferença e hostilidade, quando a população necessita de ajuda.

Pensar a vida exige conhecimento e prática dos Direitos Humanos.

*Escritora, poetisa, graduada em Letras e pós-graduada em Recursos Humanos para Administração e Supervisão Escolar. Reside em Porto Alegre/RS e é membro correspondente da Academia de Letras de Teófilo Otoni.

Colheita noturna

Coracy Teixeira Bessa*

Rua deserta. Ao longe, os últimos ruídos na noite que se prepara para repousar, à espera da próxima manhã. Vulto solitário, a garota, quase ainda criança, se move como sombra indecisa.

Corre e colhe. Colhe. Corre. De tonel em tonel, de saco em saco, do lixo recolhe o hipotético sustento. Latas, vidros, plásticos e papéis configuram o (im)provável lucro. Corre e colhe sujeira, cortes, arranhões. Os magros dedos, que não aprenderam a escrever, nem contar, diligentemente esmiúçam como se fossem à cata de tesouros. Rende-se à tentação de guardar para si um vidrinho vazio de perfume. Aspira-lhe os resquícios do odor outrora ali guardado. Devaneia: um vestido vermelho, um par de sapatos combinando, uma passadeira bordada cingindo-lhe a raiz dos cabelos. E o perfume. Não sabe se é de rosa, jasmim ou alguma flor exótica, daquelas pelas quais, gente que pode, paga uma fortuna. O das rosas que aspirara no enterro da mãe, emurhecidas, lhe deixara uma desagradável impressão. Do jasmim, remota lembrança da casa da avó, doce demais, deixara-a levemente enjoada. Seria de algo que desconhecia...

O tabefe no ouvido pega-a desprevenida. Rodopia e cai sobre um monte de caixas de papelão vazias — ainda com o vidrinho de perfume na mão. Enfrenta os congestos olhos de beberrão contumaz do padraço: “Ainda não terminei! Falta procurar no lixo da lanchonete! Por favor, pai Dé!”. Surdo ao seu apelo, o homem vocifera: “Tu pensa que pode me enrolar?! Quem te deu esse vidro de perfume, vagabunda?!”. Chocada, tentando se levantar, a garota procura se defender: “Ninguém! Achei aqui no lixo...”. Em resposta, o homem a chuta brutal e repetidamente. O vidrinho de perfume espatifa-se além. Antes que possa recompor o corpo contorcido pela dor, o homem agiganta-se sobre a menina indefesa e a violenta. Satisfeito, cambaleando, apossa-se do saco contendo o produto da colheita noturna da garota e sai à procura de algum boteco ainda aberto àquelas horas...

Sobre os refugos da cidade, uma vida se esvai lentamente, ceifada pela selvajaria (in) humana. O caminhão coletor de lixo, nesta madrugada, recolherá mais que sacos, caixas e engradados?

*Médica e socióloga aposentada. Reside em Salvador-BA, é membro correspondente da Academia de Letras de Teófilo Otoni.

A poesia como ferramenta de afirmação na periferia de Salvador

Valdeck Almeida de Jesus*

Conhecida como “Terra da Felicidade”, a Bahia, cuja porta de entrada principal é sua capital soteropolitana, Salvador, tem experimentado um fluxo de criação literária sem precedentes em sua história. Vale salientar que os meios de divulgação, nas redes sociais, demonstram esta efervescência criativa, e que dão suporte a artistas novos e consagrados. Nesse sentido, basta uma simples pesquisa na internet para encontrar grupos e coletivos de artistas da palavra, poetas individuais e organizações do terceiro setor envolvidos nesse grande caldeirão poético. Se a felicidade estampada como chamariz para turista não bate à porta de todos os baianos, a poesia, esta sim, portadora de uma energia criativa e criadora, é passaporte para sorrisos, lutas, embates, afirmações e conquistas de novos paradigmas sociais.

No ano de 2009 não era tão grande o número de saraus, ou não havia uma maior visibilidade, o que pode ter camuflado a existência e atuação de poetas e poetisas pela cidade. Este marco simbólico é o ano de fundação do Projeto Fala Escritor, que reúne interessados em literatura e outras artes, uma vez por mês, para declamar, ler textos, admirar obras artísticas e debater o cenário do livro, leitura, edição, publicação, divulgação etc. É também do mesmo período, o Sarau Bem Black e o Sarau Bem Legal, o primeiro para poetas adultos e o segundo para crianças, ambos apresentados pelo escritor e professor Nelson Maca. O Sarau da Onça, inspirado no Bem Black e no Sarau da Cooperifa - este fundado em São Paulo por Sérgio Vaz -, surge no bairro Sussuarana e estimula a criação do Sarau da Laje, composto por crianças e na mesma pegada da poesia que retrata os anseios e pensamentos de quem mora na periferia. É de Sussuarana, também, o Grupo Recital Ágape, que faz itinerância, junto com o Sarau da Onça, pela Bahia, Brasil e fora do país, através de representantes.

Há uma lista substancial de movimentos, grupos, coletivos, saraus; de poesia, música, arte de rua e outras artes em Salvador atualmente. Muito ainda há por se realizar e o caminho é longo, prevendo, claro, novos e saudáveis debates, sempre. Nessa caminhada, não só a periferia está atenta, como vigilante, se empoderando, se instrumentalizando. Se a poesia, por si, já é marginalizada, aquela produzida na periferia ocupa, realmente, pouco espaço de destaque e poder, ao contrário da onda que vem invadindo não só a periferia, mas também as partes centrais de todas as urbes, devido à luta organizada e à guerrilha de palavras e rimas.

*Poeta escritor e membro correspondente da Academia de Letras de Teófilo Otoni. Reside em Salvador – BA.

Direito dos idosos

Antonia Aleixo Fernandes*

O processo de envelhecimento acelerado é universal e de acordo com dados do IBGE de 2010, esta população será de um bilhão e novecentos milhões em 2015, invertendo a pirâmide social, com mais idosos do que a população infantil de 0 a 14 anos de idade.

Referente aos direitos da pessoa idosa, os quais se deram a partir da mobilização e dos movimentos sociais.

No entanto, são garantidos pela Constituição Federal de 1980, Política Nacional do Idoso - PNI (funda-se em direitos), a Assistência Social, o Ministério Público, os Conselhos: Federais, Estaduais, Municipais, Distrito Federal e Delegacia do Idoso.

A Assistência Social é um direito, não é mais uma ação moral, não é favor e não é filantropia. No entanto, em consequência, gera conflitos com a concepção clientelista, a qual faz parte da cultura política autoritária e personalista da sociedade.

As Conferências, em seus movimentos, trazem não apenas a mobilização na consolidação dos direitos, mas também efetuam a participação em busca da cidadania.

No contexto atual, a Assistência Social configura-se como rede de proteção social, conforme preconiza a legislação vigente.

A proteção social é a principal estratégia de operacionalização do direito na rede de proteção social. A seguridade social e a assistência social ampliam a garantia de direitos à pessoa idosa, tais como, o Benefício de Prestação Continuada - BPC, que é uma política desenvolvida por meio do Sistema Único da Assistência Social - SUAS.

No artigo 230 da Constituição Federal, o qual expressa que o atendimento ao idoso deverá se dar na amplitude individual da família. Neste sentido, a Política de Assistência Social tem importante papel no combate à pobreza na velhice.

Ao idoso, a legislação garante os seguintes direitos: à saúde, habitação, transporte, cultura, lazer e Assistência Social.

*Escritora, assistente social, aposentada e membro correspondente da Academia de Letras de Teófilo Otoni. Reside em São Paulo – SP.

Direitos humanos: utopia social brasileira

Wenderson Cardoso*

No Brasil, persiste ainda, um modelo socioeconômico regado no desenvolvimento centrado no crescimento econômico, sem a preocupação com a justa distribuição de renda, riqueza e com justiça socioambiental; as quais fazem com que o Brasil mantenha uma profunda desigualdade socioeconômica, principalmente uma desigualdade social que se pode afirmar: dia a dia enfraquece, sem dúvida alguma, o conjunto que engloba as diretrizes explícitas dos Direitos Humanos.

Questões socioambientais e estruturais de outrora que, diga-se de passagem, ainda não enfrentadas de forma concretamente satisfatória, como a desigualdade, no relevante ao trabalho e ao latifúndio, determinam uma natureza que se apresenta, claramente, cada vez mais perturbadora. Violências, em suas diversas formas, como, por exemplo: escassez de oportunidades de trabalho, descaso com a saúde e segurança pública e tantas outras questões socioambientais, levam a crer que direitos humanos são na verdade, mais uma invenção utópica do Sistema para fazer com que os brasileiros se sintam enganosamente, na estratificação social, igualitários... Um ledó engano!

Tal sensação de descrença em relação aos direitos humanos, se dá por revelações bombásticas no contexto político brasileiro atual, em que o povo brasileiro, todos os dias vê sua confiança abalada nos governantes... e, neste contexto sociopolítico atual, há ainda os reflexos de questões globais, como a crise de mudanças climáticas e falta de alimentos que, de forma ampla, atingem principalmente os grupos sociais mais vulneráveis que implica em grandes e erosivos desafios sociopolíticos, econômicos e ambientais de direitos humanos e, neste sentido, o povo brasileiro vê os seus “Direitos Humanos” se esvaír pelo ralo do descaso de quem devia zelar pela harmonia socioambiental do Brasil, de forma difusa e, principalmente, democraticamente igualitária.

*Doutor e mestre em Ciências da Educação. Especialista em Gestão Ambiental. Diretor da Newsmaker Brasil Cursos e Eventos e membro correspondente da Academia de Letras de Teófilo Otoni. Reside em Contagem – MG.

Eu cidadão, prisioneiro

Celso Gonzaga Porto*

Absurdamente, os valores se inverteram. Hoje, na sociedade em que vivemos, nos tornamos verdadeiros prisioneiros, enquanto a liberdade é privilégio dos que deveriam estar encarcerados. Bandidos, ladrões, larápios, estupradores, contraventores que vão desde os batedores de carteiras até os mais altos escalões, circulam livremente em meio a uma sociedade honesta e trabalhadora. Nós, porém, passamos a ser reféns de nós mesmos. Sim, porque em função do pavor que nos atormenta, nos trancamos a sete chaves, colocamos grades, porteiros eletrônicos, câmaras de segurança, olhamos dez vezes para ambos os lados antes de sair de casa. Nos atormenta, a presença de estranhos ao chegar em casa e, pasmem, deixamos de lado os princípios de solidariedade e auxílio ao próximo, porque a simples aproximação de um estranho para pedir um auxílio, nos apavora diante da possibilidade de estarmos diante de um mau elemento em busca de uma ação criminoso.

Difícil diferenciar nos dias de hoje, as pessoas que não conhecemos. O indivíduo mal arrumado e desajeitado que se aproxima, pode ser o cidadão humilde que procura por uma capina, uma arrumação no pátio ou qualquer outro trabalho rude que suas condições precárias de cultura lhe permitem. Por outro lado, o figurão de terno e gravata, portando uma pasta de executivo, pode ser o estelionatário que se aproxima para aplicar um golpe, ou o ladrão refinado que sem despertar suspeita nos que estão ao redor, nos obriga a entregar o carro, ir até o banco em um sequestro relâmpago ou entregar os bens interiores da casa que serão transportados junto, muitas vezes, com o carro que também já entra nos bens roubados.

Achar culpados? Muito difícil. Em um primeiro momento, a culpa recai nas leis que regem o país e que favorecem o descalabro. Sim, porque o advogado que defende o larápio sustenta sua tese embasado na lei. Por sua vez, o juiz que liberta um facinora de risco à sociedade, também não o faz a bel prazer. Da mesma forma ele está embasado no conjunto de leis que orientam condições para manter alguém preso ou não. Quem sabe, a culpa está na educação? Afinal, um cidadão bem formado na sua estrutura, desde os primórdios de solidificação da sua personalidade, pode ter suas potencialidades direcionadas em um sentido positivo. Mas onde estão as verbas que poderiam dar o apoio a essa iniciativa? E, mais uma vez, será que também as diretrizes do ensino favorecem atitudes mais eficazes na educação?

Neste momento, surge uma pista para identificar os culpados. Quem são os responsáveis por liberar verbas? Quem são os responsáveis por elaborar e aprovar as leis que por má fé, e às vezes buscando gerar estratégias em benefício próprio, as manipulam de maneira a poderem se favorecer num caso de emergência? Mas aí, de cabeça fria, e buscando a ampliação do nosso raciocínio, chegamos ao “fio da meada”, porque percebemos que lá, bem na ponta do novelo, estamos nós, que pelo direito cívico e sagrado do voto, elegemos e damos o aval de plena liberdade de ação, àqueles que tem na mão o poder da decisão. Quem sabe nós mesmos sejamos os responsáveis por estarmos atrás das grades.

*Engenheiro Operacional de Produção, com pós-graduação em Design Industrial e Especialização em Projeto de Produto. Atualmente é Professor de Desenho Técnico Mecânico no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul Rio Grandense - Campus Sapucaia do Sul. É membro correspondente da Academia de Letras de Teófilo Otoni.

As novas fronteiras dos Direitos Humanos no mundo da globalização

Antônio Jorge de Lima Gomes*

Com o avanço das redes sociais e disseminação de notícias em tempo real via internet, as sociedades poderão aperfeiçoar novas ferramentas de cooperação entre si, que poderão contribuir com o avanço gradual dos direitos humanos no atual mundo globalizado.

Os direitos humanos possuem um caráter universal e atemporal, devendo ser iguais para todas as pessoas independente da nacionalidade, do sexo, etnia ou cultura. A Assembleia Geral das Nações Unidas proclama no Artigo 1º da vigente Declaração Universal dos Direitos Humanos que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade” (ONU, 1948).

O homem é um ser cultural, pois o modo como este entende o mundo que o cerca, depende da cultura na qual é criado e do conjunto de valores absorvidos durante o seu processo educativo. O homem é produto do meio.

Para Champagne (1991), os meios de comunicação são parte integrante da realidade e criadores de uma visão mediática dos fatos, produzindo e fabricando coletivamente as representações sociais da atualidade.

Mesmo com a partilha de informações e de seu aperfeiçoamento recente com o advento das redes sociais globalizadas, através dos veículos de comunicação em massa, permanece a falta de conhecimento e de conceitos sobre o que se está dialogando.

Segundo Ghai (2003) a globalização gerou, inegavelmente, um aumento dos marginalizados e que tornou descartável o trabalho não-especializado, gerou o desemprego estrutural, barateou desumanamente a mão-de-obra, desmontou a seguridade social e criou uma dependência volátil do capital nos países pobres, resultando numa diminuição de direitos.

Muito se tem discorrido sobre os grandes avanços tecnológicos que a humanidade tem presenciado na atualidade e dos benefícios que os mesmos têm trazido, no entanto, por trás de todos esses avanços, os Direitos Humanos ainda têm se mantido estagnados e não debatidos pela grande maioria das sociedades globais, por razões políticas e/ou econômicas.

A falta de bases conceituais sobre os temas plurais está levando a uma massificação e manipulação de grupos sociais, criando um mundo cada vez mais intolerante e desligado dos direitos reais da sociedade. Temos mundos sociais fechados, muito além das fronteiras geográficas, aonde residem fortemente muitas fronteiras da alienação.

De modo similar, muitas sociedades vivem ainda extremamente dominadas por poderes autoritários, onde várias populações desconhecem ainda seus direitos mínimos.

Neste contexto, a educação e a pesquisa científica no mundo globalizado deveriam ser pensadas de uma forma mais abrangente e humanizadas, conduzidas por metodologias e experiências que estejam aptas para acrescentar conhecimento sobre os tipos de fenômenos e fatos pesquisados, os quais devem englobar os direitos humanos de uma forma simplificada que facilite a sua compreensão.

No ano de 1945, após a Segunda Guerra Mundial, foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU), que surgiu como um importante organismo de proteção internacional aos direitos humanos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU, 1948) postula que todos os seres humanos nascem livres e iguais, em dignidade e direitos, dotados de razão e de consciência, e devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade, devendo fortalecer os direitos humanitários.

A divulgação, escrita e falada, sempre esteve presente nas grandes sociedades históricas da Humanidade. Há cerca de 5.000 anos, surgiu a escrita, sendo esta, a principal forma de linguagem que permite partilhar o pensamento e suas ações, e repassá-lo às novas e futuras gerações.

As primeiras reproduções da escrita foram encontradas nas antigas cidades da Suméria e da Mesopotâmia do século XVII a.C., sendo considerado o “Cilindro de Ciro” um dos documentos mais antigos vinculados aos direitos humanos, que contém uma declaração do rei persa Ciro II, depois de sua conquista da Babilônia em 539 a.C. Este documento foi descoberto em 1879 e a Organização das Nações Unidas o traduziu no ano de 1971.

O primeiro jornal regular de que se tem conhecimento foi a Acta Diurna, que o imperador Augusto mandava colocar no Fórum Romano no século I de nossa era atual. A publicação era gravada em tábuas de pedra e foi fundada no ano de 59 a.C. por ordem de Júlio César. Na Roma Antiga e no Império Romano, a Acta Diurna era afixada nos espaços públicos, e trazia notícias militares, obituários, crônicas desportivas e assuntos de diversos de interesse da população.

O primeiro jornal em papel, denominado “Notícias Diversas”, foi publicado na China no formato de um panfleto manuscrito a partir do ano de 713 d.C. em Kaiyuan, Pequim.

No ano de 1440 nascia a imprensa móvel, quando Gutenberg desenvolveu a tecnologia da prensa, utilizando os tipos móveis com caracteres avulsos gravados em blocos de madeira ou chumbo, que eram montados numa tábua para formar palavras e frases do texto. Assim nascia uma forma mais rápida de levar informação, diversão e conhecimento para toda a sociedade.

Na Baixa Idade Média, as folhas escritas com notícias comerciais e econômicas eram muito comuns nas cidades burguesas, e em Veneza as folhas eram vendidas pelo preço de uma gazeta, que era a moeda local da época, de onde surgiu o nome “Gazeta” que muitos jornais vieram a utilizar até os dias de hoje, passando pela Idade Moderna e na Idade Contemporânea.

A primeira declaração dos Direitos Humanos da época moderna é a Declaração de Direitos de Virgínia de 12 de junho de 1776, que foi escrita por George Mason e proclamada pela Convenção da Virgínia. Esta, influenciou Thomas Jefferson na declaração dos direitos humanos que está inserida na Declaração da Independência dos Estados Unidos da América de 4 de julho de 1776, assim como também influenciou a Assembleia Nacional Francesa em sua Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, que também contribuiu para o avanço dos direitos humanos.

No ano de 1945, os Estados Unidos tomaram consciência das tragédias e atrocidades cometidas durante a 2ª Guerra Mundial e nesse ano foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU). Esta tinha como função estabelecer e manter a paz mundial, um mundo de tolerância, solidariedade e paz entre as nações, com objetivo de avançar o progresso social e econômico de todos os povos (ONU, 1945).

Em 20 de Junho de 1945, foi assinada a Carta das Nações Unidas, para que os povos demonstrem a sua determinação “em preservar as gerações futuras do flagelo da guerra; proclamar a fé nos direitos fundamentais do Homem, na dignidade e valor da pessoa humana, na igualdade de direitos entre homens e mulheres, assim como das nações, grande e pequenas; em promover o progresso social e instaurar melhores condições de vida numa maior liberdade”.

No decorrer do tempo aumentou o acesso à educação e cresceu lentamente o conhecimento científico. Este último em sua grande maioria, dentro dos ambientes acadêmicos, muitas vezes não divulgados de maneira correta e sem alcançar o conhecimento da população.

Com o recente desenvolvimento tecnológico, a transmissão de informações passou a ser cada vez mais rápida e eficaz, proporcionando maior disseminação do conhecimento para a construção de um cidadão consciente e detentor de conhecimentos úteis, nos princípios éticos, morais e sociais. Deste modo estaremos cumprindo o Artigo 2º da Declaração de Direitos Humanos, onde postula que “todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de

fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação”.

O direito à educação também é um direito humano, conforme cita o artigo 26: “A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos”. Precisamos divulgar e difundir cientificamente muito mais sobre os Direitos Humanos.

O artigo 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos nos reporta ao mundo globalizado e mesmo antiga, se mostra bem atual, postulando que “toda a pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam”.

Neste sentido, os avanços da tecnologia da informação via internet, dependendo das diferentes culturas e das diferentes formas de comunicação, podem ao mesmo tempo ameaçar e violar direitos, o que é previsto pelo Artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), que nos apresenta que “todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas diferentes opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão”.

No ano de 2006, foi criado o Conselho de Direitos Humanos da ONU que é composto por 47 Estados-membros onde todos se comprometem à promoção e proteção dos direitos humanos.

De acordo com Gadelha et al (2006), a velocidade das mudanças tecnológicas e administrativas consideradas no meio ambiente das organizações, estão obrigando as empresas e a sociedade a se adaptarem a novos modelos de gestão e produção.

Desta forma, o bom uso da tecnologia da informação poderá proporcionar melhores formas de comunicação, melhor educação e maior transferência de conhecimento entre pessoas e empresas, devendo facilitar a ampliação dos direitos. Assim, o uso apropriado das redes sociais e das diversas formas de comunicação, poderá ser utilizado como instrumento capaz de promover e fortalecer os direitos humanos a nível global.

Referências

CHAMPAGNE, P. La construction médiatique des “malaises sociaux”. Actes de la recherche en sciences sociales, v. 90, p. 64-75, 1991.

GADELHA, C. A. G.; QUENTAL, C.; FIALHO, B. C. Saúde e inovação: uma abordagem sistêmica das indústrias da saúde. Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro, 19(1):47-59, jan-fev, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v19n1/14904.pdf>. Acesso: 12 jun 2017.

GHAI, Y. Globalização, multiculturalismo e direito. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo cultural. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 555-614.

ONU. Organização das Nações Unidas. Carta das Nações Unidas, 1945.

ONU. Organização das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948.

*Professor adjunto da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, coordenador do GEOVALES, Doutor em Geofísica no Observatório Nacional, Mestre em Engenharia Civil pela Souza Marques/RJ, especialização em Docência Superior e gestão ambiental, licenciatura em Matemática e Física. É membro da Academia de Letras de Teófilo Otoni, titular da cadeira 05, da SBGf e sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Mucuri, cadeira 18.

Direitos Humanos

Lenival Nunes de Andrade*

DEUS criou o homem e o mundo
Que o pecador com filosofias erradas, torna imundo
Deu-lhe raciocínio e sabedoria
Que muitos usam para o mal e até baixaria
Mudam tudo em anexos, num segundo
Nós humanos, temos direitos e deveres além de capacidade
O criador só quer nossa felicidade
Com um amor imenso, não prejudica e nem causa danos
O homem criou e adquiriu os Direitos Humanos
Com Reflexos e implicações na Sociedade

*Jornalista, radialista, escritor e poeta. É membro correspondente da Academia de Letras de Teófilo Otoni e da Academia de Artes de Cabo Frio-RJ. É membro fundador da Academia Patuense de Letras e Artes, em Patu – RN.

Direitos humanos na sociedade

Valter Bitencourt Júnior*

A sociedade, a cada dia que passa, vem ficando à mercê da marginalidade, todos lutam pelos seus direitos, e de fato, temos de refletir o que vêm a ser os “direitos humanos” e o porquê de tais direitos não serem aplicados a todos, o que leva um ser a tornar-se um marginal, ou a ser visto como um fora da lei.

Todos que compõem a sociedade, por sua vez, deveriam ter o direito à escola, à instrução pública, assim como, o direito ao saneamento básico, ao lazer, a hospitais que atendam todos sem restrição. Os direitos humanos, por sua vez, têm de atender a todos, reconhecer que este sistema em que vivemos, de fato não é tão justo quanto parece ser e existe muita injustiça nesta sociedade capitalista, formada por uma burguesia que a cada dia enriquece à custa dos que nada tem, assim como também, formada por políticos que sobrevivem do imposto pago pela sociedade.

Marginalizam o negro; marginalizam aqueles que vivem na favela, no gueto; marginalizam o trabalhador que busca montar um guia ou abrir um comércio para o sustento de cada dia. A sociedade sofre, até hoje, com o preconceito, com a desigualdade social, com o racismo. E, de fato, direitos para quem? Buscam calar a boca daqueles que protestam, que manifestam, que buscam um futuro melhor para as crianças que estão porvir, oprimem, manipulam a sociedade. Os direitos humanos nem sempre estão atentos ao que se passa na sociedade.

São direitos comparados pelo Estado, pelo governo, por aqueles que mandam no país, pelos patrões, por quem tem dinheiro, por aqueles que dão a voz. Não tem que prender, para depois buscar educar; não tem que prender, para depois levar ao mercado de trabalho. Que abram bibliotecas comunitárias para toda a comunidade! Que abram cinemas comunitários para toda a comunidade! Que criem projetos ambientais! Assim como projetos sociais, que fortaleçam os projetos sociais!

Que façam intervenção artística! E que a arte e a cultura, também sobrevivam e toquem no coração de cada um. Que invistam na cultura, na arte, na saúde, na instrução pública! Que invistam no povo! Que seja dado um basta na corrupção! A corrupção rouba direitos, tira da sociedade, assassina sonhos. Precisa ser discutido mais sobre os direitos humanos, como um todo, não como algo superficial; discutir os direitos humanos é discutir o espaço, e o que tem nele, cada pensamento e ação.

*Poeta e escritor, é membro correspondente da Academia de Letras de Teófilo Otoni. Reside em Salvador – BA.

Quais são os nossos Direitos Humanos atuais?

Odenir Ferro*

Quais são os direitos humanos que temos – quando nos classificamos como cidadãos voltados para o bem –, ao sentirmos que estamos sendo desamparados pela Justiça? Quando se é notável que os valores sociais, culturais, políticos, étnicos e religiosos, estão ficando cada vez mais às avessas? Ou seja: existem “leis” que estão favorecendo amplamente os “direitos do cidadão bandido, criminoso, corrupto, desonesto, ladrão, etc.”. Enquanto que pessoas do bem, trabalhadoras, honradas, que deveriam ser respeitadas e amparadas pelos órgãos judiciais, políticos, empresariais, religiosos, culturais, sociais, enfim, a tudo o que for devidamente “correto e justo”, não estão sendo?! Até no que for concernente ao desempenho dos bons costumes e tradições civis e militares, numa abrangência que acolhe a todos os laços afetivos, e que geram os bons entendimentos socioculturais da humanidade! No tocante à construção saudável, prazerosa, a tudo o que se referir ao bem-estar de cada componente humano, independente de crenças, etnias e todo o demais que for parte da estrutura física ou espiritual de cada ser humano que for! Estamos vivendo as deselegâncias, as fragilidades existenciais, as descomposturas, os desacertos, os desencontros, os desequilíbrios, enfim, estamos vivenciando muitos e muitos segmentos sociais de valores inversos, e, às vezes, até chego a pensar que a Declaração Universal dos Direitos Humanos deveria ser revista e refeita, de tal modo que pudéssemos nos reencontrar, quanto a seres humanos que somos, como irmãos que somos. Amando a Deus sobre todas as suas criações. Respeitando todos os seres vivos, dentro de todos os ambientes planetário. Sendo verdadeiros e honestos, justos e leais quando olharmos para dentro do nosso íntimo. Avaliando os nossos sentimentos, sem sermos ególatras! Exercitando a humildade, as paixões, compaixões e as empatias socioculturais, estendendo-as a todos os nossos irmãos humanos, irmãos animais, irmãos vegetais, enfim, a todo o conjunto global existente dentro deste planeta arquibilionário e maravilhoso, o qual nós o denominamos de terra! Este é o nosso lar existencial, e devemos respeitá-lo, ao dizer, ao gritar, ao bradarmos:

- Paz! Não às guerras! Vamos pôr ordem e progresso no planeta! Vamos amar, assim como Deus nos Amou! Vamos retirar as cercas, principalmente as cercas que estão nos nossos olhos! Vamos olhar para o nosso próximo, respeitando-o, e não vigiando ou criticando-o. Vamos reacender as verdadeiras chamas do amor humano! Vamos plantar e cultivar as boas sementes do bem, da justiça, da razão, da fé, do amor, da esperança, voltando-nos, confiantes, os nossos olhos para o bem do amor de Deus! Compreendendo-nos dentro de todas as ramificações religiosas, de todas as seitas, através de todos os anjos, de todos os santos, enfim... Vamos nos rever quanto a seres humanos valiosos, preciosos que somos, e assim estendermo-nos as mãos, olhando o nosso próximo com todo o amor envolvente e proveniente da alma, do mais profundo afeto do nosso coração, ao declararmos-nos livres de todas as entranhas, de todas as amarras, de todos os subterfúgios, de todos os ardis, e acima de tudo, vamos nos libertar de todas as maldades socioculturais geradas pela ânsia do poder, da ambição, do ódio, do egoísmo; de todas as dicotomias geradas pelo desamor, pelo rancor, pelo revanchismo, pelos melindres, e tudo o que for danoso e contrário a tudo e a todos, no quanto for concebível, para que possamos caminhar em paz pelas estruturas físicas, psíquicas e espirituais que se espalham em amor, através das energias cósmicas e divinas que se explanam por todas as estruturas deste nosso maravilhoso planeta terra!

*Escritor, poeta e embaixador universal da paz. Reside em Rio Claro-SP e é membro correspondente da Academia de Letras de Teófilo Otoni.

Desafios para o Brasil no século XXI

Wilson Ribeiro*

No início deste século, estávamos bastante eufóricos quanto a um futuro melhor para os brasileiros. O governo federal começou muito bem, criando muitos recursos e universidades gratuitas para as pessoas carentes.

O poder de compra estava em alta, todos estavam felizes, a moeda estabilizada, com o dólar abaixo de R\$2,00 (dois reais), muito bom, não é? Mas este sonho durou pouco.

Ocorreu relevantes avanços nos métodos e ferramentas de produção, aposentaram matérias-primas nos vários setores, e a mão de obra vem sendo substituída pela automação e informatização, ameaçando as economias de nações emergentes.

Com a globalização, o Brasil partiu para recuperação política e comercial do *Mercosul*, reforçando e ampliando as relações com os vizinhos do continente sul-americano, visando uma efetiva integração da região, inclusive fisicamente, por meio de obras de infraestrutura.

Os interesses do país estão sendo defendidos com vigor em todas as instâncias de negociação, desde a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e Organização Mundial do Comércio (OMC).

E ainda, o governo brasileiro assumiu posição de destaque e liderança no continente, com uma política externa, de vocação humanista e em defesa de valores, sempre esquecidos nas relações internacionais.

Com o cancro da corrupção que alastra os grandes escalões do governo, bem como os maus políticos, o país virou um caos total. O desemprego atingiu níveis alarmantes, a inflação ficou sem controle. A situação ficou tão dramática, que foi criada uma força-tarefa do Supremo Tribunal Federal: a “Lava Jato”, para combater os corruptos, que são muitos.

O que fazer para sair desta “enrascada”?

Dizem que Deus é brasileiro... penso que um milagre pode ocorrer, pois há uma “luzinha” no fim do túnel: esperança. Será?

Na Itália, no século XX, houve o mesmo problema de corrupção, e com a “Operação Mãos Limpas”, conseguiu erradicar a corrupção e o país voltou a crescer.

Temos certeza que com a ajuda de todos apoiando o extintor de erradicação dos corruptos, que é a “Lava Jato”, o Brasil será uma grande potência, para a felicidade de todos.

*Escritor e membro da Academia de Letras de Teófilo Otoni, titular da cadeira 30.

O hábito faz o monge: uma reflexão sobre as crenças e os Direitos Humanos

Geraldo José Sant'Anna*

Certamente, não há como tratarmos da questão dos Direitos Humanos sem partirmos do conceito de que “todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos”. Entendemos que é sobre esse princípio que se alicerçam todos os demais, daí a ser o primeiro a ser referenciado.

Há aspectos importantes para serem debatidos, contudo, quando esse é o tema, sendo sua materialização interdependente de algumas outras estruturas, em especial vinculadas às crenças e hierarquia social estabelecida, vamos dimensionando a distância entre o que se almeja e a realidade social com que nos deparamos. Para Bordieu, a hierarquia social, isto é, o lugar que cada um ocupa na sociedade, se alicerça em dominação legitimada por processos de socialização em cada indivíduo. Sendo a cognição, um processo bio-psico-socio-cultural, vale refletir sobre a reprodução de ritos, praxes, construções discursivas e uma sujeição contraditoriamente ativa, uma vez que cada membro da sociedade mostra a sua adesão ao sistema no nível da crença, na ordem simbólica.

Instituições importantes como a família, a escola e a religião tendem a contribuir, decisivamente, para o ordenamento de um determinado status do indivíduo, dos grupos sociais, das classes sociais e categoriais sociais. A mídia, hoje, ocupa papel relevante na cimentação de determinadas crenças e estruturas.

Assim, os direitos não se encontram uniformemente distribuídos nas hierarquias sociais, sendo mais fácil para os membros de alguns grupos, usufruir de um leque alargado de direitos, enquanto que, os membros dos grupos socialmente desfavorecidos, têm acesso a um leque mais restrito (STAERKLÉ, DELAY, GIANETTONI & ROUX, 2007).

Isso implica a um interessante paradoxo, em que, frequentemente, as limitações e as violações dos direitos humanos não são sentidas como tal (CROSBY, 1984).

Conceitos simples como “o dinheiro não traz felicidade” e “pobre, mas feliz”, além da cotidianação da violência, da pobreza, da fome, da miséria pelos diferentes veículos de comunicação, vão nos tornando incólumes a todas as notícias e vitimização das pessoas, fazendo-nos considerá-los praticamente normais e dissociados a nós. Uma forma de lidarmos com isso é justificando a situação social, como determinante daquilo que é vivenciado pelo indivíduo, ou comunidade, em curiosa resignação, similar ao conceito de que “o mundo é assim”!

Dessa forma, a escravidão de pessoas, a exploração do trabalho infantil, a violência contra a mulher, negros e homossexuais, dentre outras, vão sendo reiteradamente justificadas e apoiadas, fundamentando-se através de crenças inócuas que se enraizaram e se cristalizaram no seio social.

Recorrendo ao ditado “o hábito faz o monge”, vale discutir se é o hábito (batina) que faz o monge; se é o hábito (ação que se repete com frequência e regularidade) que faz o monge; ou se é o monge que estrutura suas regras. Pensemos nisso!

*Matemático. Pedagogo. Mestre em Educação. Master Degree em Multifocal Psychology pela Florida Christian University, EUA. Atualmente é Supervisor Pedagógico Regional. É membro correspondente da Academia de Letras de Teófilo Otoni.

Direitos Humanos, deveres urbanos...

Jair Jr*

Um homem avança pela calçada esburacada e estreita; pensa em como deve ser difícil para alguém sem visão ocular caminhar por ela. Pessoas apressadas lhe abrem passagem por obrigação, mas com certo ar de insatisfação... em sua mente, pensamentos travam uma batalha intermitente; como aliviar a dor da discriminação? Ele sabe que grupos sociais defendem algumas minorias marginalizadas e Ongs buscam espaços inclusivos, mas que alguns ativistas se envolvem em negociatas escusas e no lucro fácil, sobre as deficiências e peculiaridades humanas... sua mente rodopia...

Na esquina há um ajuntamento de pessoas; houve mais um acidente de trânsito. Uma motocicleta amassada está jogada ao canto da calçada; um corpo com as pernas retorcidas, jaz no asfalto quente, imóvel! Será que perdeu a vida? O motorista imprudente está ao lado dele, resmungando desculpas esfarrapadas; curiosos formam um pequeno círculo, e finalmente alguém aciona, via telefone, a equipe de resgate SAMU – parece que a vítima ainda respira. O carro amassado pelo impacto está atravessado, metros à frente; o fluxo de veículos se interrompe e congestiona a rua - um caos.

O homem não identifica o gênero sexual da vítima, nem a cor da sua pele... não há como saber qual a sua espiritualidade... nem se era alfabetizado, ou classificação hierárquica social... é apenas um corpo estendido no chão. Nosso trânsito é pior do que uma batalha medieval ou a eterna guerra no Oriente Médio - e mata mais! Não escolhe suas vítimas por afinidades ou pertencimento grupal: todos, indiscriminadamente, são frutos a serem colhidos pela morte, ao seu tempo. Democracia mortal!

Vida... o homem, completamente suado pelo sol escaldante, angustia-se sobre o valor do Direito Inalienável à Vida! Precisa estar escrito nas constituições dos países, e na Carta dos Direitos Humanos? O Direito à Vida é inerente à espécie humana em sua saga pela sobrevivência coletiva neste planeta. Entretanto, parece-lhe que ultimamente todas as situações precisam estar descritas em algum papel legislativo para que as pessoas assumam suas obrigações. Preocupado, o homem observa os motoristas parados dentro dos seus carros: alguns sisudos, outros sorridentes, e alguns com o rosto avermelhado pela ansiedade e o estresse... são “ogros urbanos”... não tão amigáveis quanto o *Shrek*... aliás, lá no pântano, nem carro havia. Ele acredita que há um problema a resolver: excluir os “ogros” do trânsito. Mas isso o governo já faz, com as suas blitz e apreensão de habilitações! Talvez, ele pensa, se os educarmos desde pequeninos, se humanizem para a cidadania. Ensinando-lhes princípios de tolerância e civilidade, talvez os impeçamos de tornarem-se “ogrinhos precoces”... conclui que vai demorar, mas é a única alternativa eficaz!

Recorda seu sonho de uma sociedade equilibrada, em que todos se respeitem... e diferenças de cor, estejam apenas em paletas de aquarelas; a pobreza e a miséria, sejam lembranças desta era obscura; a sexualidade seja livre, sem estereótipos oportunistas; e que o direito de nascer, viver e morrer com dignidade não seja motivo para animosidades religiosas! Este homem ainda espera um Mundo Novo...

Ele se afasta do local do acidente... mais à frente travará mais uma batalha, das muitas sangrentas de cada dia: vai atravessar uma rua! O trânsito ruge... buzinas, freadas, xingamentos... cidadãos e “ogros” se digladiam em seus “avatares mecânicos”... olha para a esquerda... presta atenção aos três carros que vem ao longe, e espera que diminuam a velocidade, mas nenhum deles manifesta a menor intenção em parar; afinal, devem pensar que a faixa de pedestres está quase apagada porque não é importante...

O homem está tenso... é um momento crucial de vida ou morte – para ele! O elemento mais

frágil no complexo universo da mobilidade urbana pensa que os Direitos Humanos devem estar do outro lado da rua, pois aqui, onde aguarda pacientemente, os Deveres Urbanos são ignorados! Para agravar a situação, além da faixa de pedestres quase invisível, não há sinalização por semáforos, que poderiam com a sua poderosa luz vermelha ordenar a todos os carros, motociclistas e ciclistas que lhe deem preferência de travessia. Sorri desolado e lembra-se do velho *Chapolin Colorado*: “*Quem poderá me salvar?*”. Corajosamente, com um suspiro mortal desce da calçada para a pista negra e com suas mãos calejadas e braços fortalecidos, movimenta vigorosamente a velha cadeira de rodas...

Percebe que do outro lado não há rampa de acesso para pessoas com dificuldades de mobilidade urbana. Sabe que todas as passagens para pedestres onde não há semáforos, devem ser largas e elevadas em 0.8 cm, conforme o Código Brasileiro de Trânsito. Atravessa. Escala com dificuldade o meio-fio da outra calçada. Está em segurança.

Sua mente agora vagueia livremente... um sorriso de vitória resplandece em sua face, após a perigosa travessia: menos um obstáculo. Faltam três quarteirões até chegar em sua casa... há mais ruas sem semáforos e faixas de pedestres inseguras a superar; para quem sobrevive nelas, são campos de batalhas urbanas... e ele é apenas um guerreiro! Na loja de eletrônicos, um aparelho de som ecoa Gonzaguinha: “*É a vida... é bonita, é bonita e é bonita*”!

O homem discriminado sorri feliz... sabe que é um vencedor!

*Escritor e licenciado em Geografia e Educação Ambiental. É membro da Academia de Letras de Teófilo Otoni, titular da cadeira 13.

Humanidades; Esquecimentos; Essências...

Marcos Coelho*

Humanos Direitos:
Reflexos de si, implicações sociais,
Algumas abluções na sociedade
Andava roto e à espera...
Espera de amor,
Um pedaço de pão,
Andava triste, desanimado.
Esperança roída, corroída...
Estátuas de pedras, memórias...
Indolentes histórias,
Vidas famintas na estrada,
Abusadas, suadas, surradas,
Vidas desalmadas, assoladas...
Malsinados destinos...
Indesejáveis nascimentos,
Momentos imprecisos,
Destinos, não, sinas...
Sinos nas igrejas,
Ruínas nas calçadas...
Pensamentos obstruídos...
Velhos jornais, velhos sapatos velhos...
Passos, trôpegos num caminhar vacilante...
Alucinantes, ressonantes nãoos...
Homicídios, dissídios, indícios de ser alguém...
Identidades prejudicadas,
Histórias tristes de ser...
Ser ou existir? Vida ou sobrevida?
Pós-vida, escada de pedra ou de barro?
Solidez inconclusa, maldição!
Carros passam, salivas, panos em flanelas,
Abjeta sensação de exclusão...
Poesia, Utopia, Realidade,
Amor, não! Tudo ilusão!

*Educador ambiental, professor de língua portuguesa, membro da Academia Douradense de Letras/MS. É membro correspondente da Academia de Letras de Teófilo Otoni.

Crise humanitária

Leuson Francisco da Cruz*

Com a guerra, os povos sírios têm, muitas vezes, que seguir as mesmas rotas marítimas feitas pelo apóstolo Paulo em suas viagens pelo Mar Mediterrâneo.

A navegação feita pela parte norte do mesmo mar sempre foi muito difícil, devido aos vários trechos cheios de obstáculos, com ilhas e ilhotas – principalmente no Mar Egeu – com poucos espaços apropriados para acesso à Grécia e à capital Atenas.

A rota marítima entre a Síria e a Itália, feita pelo sul do Mediterrâneo, com altas ondas e marés fortes, não deixa de ser uma aventura muito perigosa, devido ao excesso de pessoas nos botes.

Ajuda Humanitária: o Papa Francisco tem sido uma voz incansável, acompanhando sempre as situações de vulnerabilidade dos povos refugiados. Visitando e oportunizando meios de abrigo e trabalho para os imigrantes, tornou-se o principal responsável por este povo sofrido. Desde 2011, houve deslocamento de 250 mil idosos, jovens e crianças – 75 mil desacompanhadas por pais mortos ou separados, indefesos e sem voz. 28 milhões de desconhecidos sem esperança, vítimas de uma imigração forçada.

Exemplo: os nossos vizinhos da Venezuela, muitos mortos pelo caminho.

Redes Solidárias: são várias instituições e organizações de apoio e ajuda, Caritas, Dioceses de Roraima, Instituto de Direitos Humanos, Redes de Imigração e Paz, etc.

Atualmente temos no Brasil 9.552 refugiados Sírios, Haitianos, Venezuelanos e até Afegãos. É preciso ver a situação dos imigrantes com os olhos do coração, com muita reflexão e pouca abordagem, não nos deixando influenciar pelas mídias dominantes. Justificam as ações extremistas sob o rótulo da futilidade ou promiscuidade; no caso do Bataclan, França, em nome de uma divindade absurda que ordena à morte alguém diferente ou antagônico.

Do outro lado estão aqueles que perderam tudo, enfrentando barreiras, desafios e sofrimento, confinados em barcos infláveis em busca de sobrevivência, onde encontram a morte nas travessias da vida.

*Poeta e membro da Academia de Letras de Teófilo Otoni, titular da cadeira 12.

Os direitos humanos e os reflexos na sociedade

Eloisa Antunes Maciel*

Ampla e sobejamente abordado na atualidade, o tema Direitos Humanos tem sido objeto de enfoques diversificados e, por vezes, discordantes, dependendo da vertente epistemológica – ou ideológica - em que embase sua fundamentação e defina sua “linha” de orientação pragmática ao terreno ao qual focaliza suas propostas.

Se voltadas a uma atuação consistente com o embasamento adotado, essas propostas deverão, necessariamente, manter a devida coerência com seus pressupostos, sejam estes, voltados a um amplo plano político, sejam de cunho estritamente sociocomunitário, diplomático, entre outros cuja relevância justifique a adoção do enfoque adotado.

Suponhamos que um plano político-social, em nível de nação, esteja epistemologicamente embasado em princípios que privilegiem a “justiça social” sob o tripé Saúde/educação/Vivência sócio - comunitária pautada(s) pela equidade unânime – sem distinção de credo, raça e/ou outros fatores potencialmente intervenientes que possam afetar a concretização dessa premissa; e que, no entanto, ainda em sua fase de implantação esse escopo se revele desvirtuado em decorrência de discrepâncias, tais como, nível de remuneração visivelmente discrepante para mesmas funções, mesmos níveis de desempenho e horas despendidas para mesmos encargos e tarefas desempenhadas... E que os incentivos funcionais (promoções e outros) também sejam discrepantes – e até mesmo acachapantes...

Nesses – e em outros casos hipotéticos – quais seriam os presumidos reflexos sobre os próprios “envolvidos” nessa situação?... Provavelmente, estes podem assumir atitudes de negligência, engodos e outras manifestações disfuncionais, em termos de produção como totalidade nesse contexto... E que esses reflexos, venham a desencadear consequências identificáveis como implicações disfuncionais, estas geralmente identificadas como resultantes desses reflexos, podendo ser agravadas ao nível de fraude/suborno, e outras consequências socialmente desagregadoras que, desse modo, não somente descaracterizariam o amplo projeto adotado, como o inviabilizariam, desencadeando consequências danosas à própria sociedade em que o projeto se insere, afetando-a por suas discrepâncias, incoerências e até mesmo por uma disfuncionalidade total. Entretanto, diga-se: presume-se que o inverso seja verdadeiro... Vale intentar e agir com a devida coerência, persistência e conhecimento de causa – nesse plano (direitos humanos) e os que lhes sejam integrados, correlatos ou afins. Vale agir e persistir com prudência, conhecimento e responsabilidade cidadã.

*Mestra em Psicologia da Educação, professora aposentada pela Universidade Federal de Santa Maria/RS. É membro correspondente da Academia de Letras de Teófilo Otoni. Reside em São Martinho da Serra – RS.

Esperança

Therezinha Melo Urbano de Carvalho*

Ao longe ouvia-se o lamento, o choro desesperado daquele menino de dez ou onze anos. Ele corria em cada rua e em beco da favela, gritando, “Mãe, mãe...” e pelas irmãzinhas.

Silêncio. Elas jamais responderiam.

Difícil aceitar a tragédia. Sua família acabou. Seu barraco virou cinza.

Oh! Bujão de gás maldito. Foi ele que causou o incêndio.

O menino continuava chorando, soluçando e gritando pela família.

Silêncio. Silêncio!

Não era um silêncio de paz que reconforta a alma. Era choroso, dolorido, desesperado.

Ele estava só.

Assentou-se numa calçada. Pouco depois, “dois meninos de rua” assentaram junto dele. Ficaram muito tempo ali... Já era noite, e um dos meninos de rua disse:

- Vamos.

Saíram os três. Ele não sabia aonde iam. Que importava este detalhe?

Chegaram numa igreja. Ali os meninos dormiam debaixo de uma grande marquise. Usavam papelão como colchão. Empréstaram a única manta para o recém-chegado e se cobriram com jornais.

Diante destes acontecimentos, a vida daquele menino, agora órfão, se transformou. Outra seria sua vivência.

Ele ainda permanecia “surdo mudo”. Vivia na defensiva, não confiava em ninguém. Mas os colegas se dispuseram a ajudá-lo. Procuraram uma assistente social da ONG na qual meninos abandonados recebiam ajuda.

O lema da ONG era “cuidar de crianças em situação de risco”. Ajudar a estudar, evitar as badernas e as drogas. A assistente social conversou com cada um, mas o novato parecia que não a escutava. Então ela disse:

- Virei aqui outras e outras vezes. Quem sabe nos tornamos amigos?

E assim aconteceu.

Uma manhã, a “sistente” – como ele a chamava -, levou um casal de 50 a 60 anos e contou que ambos queriam conhecê-lo. O menino respondeu:

- Quero continuar morando com meus amigos.

Foi a primeira vez que se dirigiu a eles como “meus amigos”. O tempo encarrega de arrefecer as tristezas, os dramas vividos pelas pessoas.

O senhor explicou que eles não queriam mudar sua vida. Desejavam fazer amizade. Olhando nos seus olhos, disse:

- Estes dois amigos foram os primeiros que deram apoio a você.

Num domingo, o casal o convidou para um passeio.

Ele respondeu, revoltado:

- Não quero sair daqui. Não quero conhecer ninguém.

Os amigos, no entanto, conseguiram que ele aceitasse o convite.

Foi um dia feliz.

Parecia que eles já o conheciam, pois alimentação e brinquedos, lembravam sua casa e sua família.

O amor e a amizade foram envolvendo, e ele sentia falta quando o casal não o procurava.

Outros e outros encontros selaram aquela amizade.

Um dia, o casal o levou até a Barra da Tijuca. Brincando de skate, ele caiu e quebrou a

clavícula. Ele, chorando, gritava pela mãe.

O casal o levou a um ótimo hospital onde foi muito bem atendido. Voltando para casa, o senhor falou:

- Meu amigo, se você quiser, poderá ficar uns dias conosco. Até retirar o gesso.

Ele aceitou. Continua morando com o casal até hoje. Tem saudade da sua família, mas o amor está crescendo entre eles. O casal faz com que se sintam felizes. Hoje, considera o senhor e a senhora como representantes dos seus pais.

*Educadora e poetisa, é membro da Academia de Letras de Teófilo Otoni, titular da cadeira 25.

Dispersão

Ailton Ferraz*

*“Perdi-me dentro de mim
Porque eu era labirinto
E hoje, quando me sinto,
É com saudades de mim”.*

O tabaco fede, a canabis droga, o álcool queima, o negro é preto, o índio é preguiçoso e a favela é efervescente.

O mendigo pede, e o rico ignora, o sertanejo foi embora, e a família, coitada, chora; eu também chorei. Chorei porque vi o álcool queimar as entranhas do pobre que pede, aos olhos do médico que não o viu.

Vi o drogado, aos olhos do traficante, ser espancado pelo policial corrupto. Também vi o índio, na sua inércia, ser observado por um Estado inapto.

Vi o sertanejo, que sem poder plantar a sua “rama” de mandioca, porque na “terrinha” do latifundiário não havia espaço para o cultivo, ir “simbora” para a cidade de pedra, morar na periferia e ser tachado de proletário irresponsável, afinal, foi incapaz de impedir que as filhas se prostituíssem.

Vi o pedófilo, com o desprimor da mente, aliciar crianças e adolescentes gozando-se dos aplausos de uma plateia estilizada. Vivi ainda, para ver a corrupção generalizada das instituições, com o agravo das exceções serem hostilizadas.

Vi a poesia ser ridicularizada, despida, violentada e substituída pelo crescimento da chamada civilização.

Vi o suor do fraco em espírito se esvair pelo ralo das igrejas inescrupulosas.

- “Vocês não podem servir a Deus e ao dinheiro”.

Estou vendo a dignidade perambular pelas estreitas avenidas da minha consciência, ao olhar de uma sociedade mesquinha e hipócrita.

Muito menos que minha visão das atrocidades humanas é a incapacidade de não poder inibi-las.

“Época triste a nossa, em que é mais difícil quebrar o preconceito do que o átomo”.

Há esperança, por isso, vi nos céus, o rufar dos tambores anunciando boas novas e a nossa consciência há de refletir sobre o espectro da morte. Afinal o que é morrer? O que é viver?

*Escritor e Agente dos Correios em Teófilo Otoni.

Eu quem sou?

Àguida Pereira Martins Silva de Almeida*

Eu quem sou?
Uma música que ninguém cantou
Um livro complexo, mas sempre aberto
Uma sondagem ou uma obra prima
O choro, o grito ou um amigo.
Sei falar do inverno ou do verão
Gosto da primavera e do outono.
Sei quem é você, sei dos seus sonhos
Falo da luz ou da escuridão.
Olho a noite e sei quem é o dia.
Sei falar das estrelas, sei falar do mar ou do vento.

Eu quem sou?
Uma miragem, um simples esboço
Um sucesso desconhecido ou um astro feito menino.
Ah! Posso ser a escuridão, tão desprovida
Não tenho medo, eu moro comigo.
Talvez uma lágrima desfalecida
O espaço, o astro tão merecido.
Ou um riso perdido no ar
Serei eu a rotina do amanhecer,
Ou pôr do sol num belo entardecer.

Eu quem sou?
O desespero do destino.
Um barco solitário no mar
Uma pluma que se desmancha com o vento
Ou um violão com desejo de cantar
Talvez a consciência, a expressão do momento
Uma concha escondida na areia
Uma sombra, o medo, o desamor
Ou a humanidade com vontade de chorar.

Eu quem sou?
Um manifesto, um abraço.
Uma brincadeira ou uma dor
O esconderijo, onde me encontro
Um enigma, que se revela em seu valor
Uma indagação ou reticências
Que se encontra com o outro eu.
Pura fantasia, ou desejo
Posso ser a liberdade prisioneira?

Eu quem sou?
Sou o que fizeram de mim, sorte ou azar.
Um ser inconsciente de mim, feito gente.
Sou homem que sofre da mente
Na fragilidade me encontro
Sou o delírio, sou de lua cheia ou sou impotente.
Talvez eu seja a resposta de uma dor,
Que mora na mente consciente
Eu sou eu, sou transparente.

*Graduada em pedagogia, psicologia e pós-graduada em psicopedagogia. Diretora da Escola Municipal Nossa Senhora do Carmo, em Piedade de Caratinga. É membro da Academia Caratinguense de Letras e membro correspondente da Academia de Letras de Teófilo Otoni.

Indiferença

Dilercy Adler*

Pés rachados
limpos
com reentrâncias esbranquiçadas
na escura pele
que geme sua dor
ao longo dos séculos...

pés maltratados
pelo tempo
trabalho inóspito
chão
que deixou profundas
marcas
no corpo
na pele
nos pés
nas mãos
nos sonhos
na ilusão!...

pés tão cansados
lesados
na labuta pela vida
pela sobrevivência
enquanto outros
- minoria-
ignoram essa incoerência...
quão agudizada indiferença
às agruras desse gente
de pés descalços
que teimosa e valentemente
seguem em frente
sempre em frente!

*Psicóloga, Doutora em Ciências Pedagógicas, Mestre em Educação, Especialista em Pesquisa em Psicologia e Especialista em Sociologia. Escritora e poetisa. É membro fundadora e presidente da Academia Ludovicense de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão - presidente fundadora da Sociedade de Cultura Latina do Estado do Maranhão. Presidente da Sociedade de Cultura Latina do Brasil, entre outras.

Direitos Humanos

Gilberto Ottoni Porto*

A Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10/12/1948, adotou e proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos cujo texto integral pode ser lido no site: www.onu.org.br.

Esta Declaração, redigida logo após o término da 2ª Guerra Mundial, expressa o ideal comum a ser atingido por todos os povos e nações, para consolidar a paz com justiça e liberdade. Sua divulgação, principalmente nas instituições educacionais, culturais, religiosas e políticas, é uma orientação segura para o desenvolvimento humano sustentável, respeitando os direitos inalienáveis da humanidade.

Teófilo Benedito Ottoni, no frontispício do seu jornal “Sentinela do Serro”, em 1831, já anunciava: “O fim de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem; estes direitos são a liberdade, a segurança, a propriedade e a resistência à opressão.”

A Declaração da ONU reforça esses direitos e explicita outros, como no artigo V:

“Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante”.

No artigo XXIII está escrito:

Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.

Todo ser humano, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.

Todo ser humano que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.

Todo ser humano tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para proteção de seus interesses.

Artigo XXVI:

Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.

São trinta artigos que merecem ser lidos, analisados e devidamente colocados em prática.

Infelizmente no Brasil, muitas pessoas acreditam que o governo exagera na proteção dos direitos humanos dos criminosos e cobram mais dureza das autoridades com os delinquentes. Achem natural a tortura e trabalhos degradantes dos marginais. A Declaração da ONU mostra que estes direitos são universais e devem ser cumpridos por todos os povos.

Muitas vezes nos revoltamos com a violência gratuita e estúpida de terroristas, jovens drogados e alucinados, que banalizam a vida e a violência. São verdadeiros suicidas que, por não terem nada a perder, desprezam os valores humanos, se comportando pior que animais, numa violência irracional.

A tentativa de exterminá-los está presente na polícia que, no Brasil, é responsável pelos maiores índices de morte violenta do mundo, numa verdadeira guerra não declarada. Não podemos esquecer a vida pregressa desses jovens; sem família estruturada, criados ao abandono e na violência; sem escolaridade adequada e sem qualificação profissional. Qual futuro têm esses jovens pela frente? Se tivessem seus direitos respeitados desde o útero materno, na creche, no ensino básico eficiente e profissionalizante, com boa saúde e alimentação adequada, teriam como chegar aos 18 anos, em condições de concorrer no mercado de trabalho, com chances de progredir e crescer pelo próprio mérito.

Negando os direitos fundamentais ao desenvolvimento dessas crianças e jovens carentes, seguramente estamos criando uma massa de excluídos que formarão as falanges criminosas que

infestam o Brasil.

Todo ser humano, por ser imagem e semelhança do criador e morada do espírito divino, merece ser devidamente respeitado. Quando retirado da sociedade para cumprir pena por seus delitos, merece uma prisão decente que os eduque, com formação adequada para facilitar sua reinserção na sociedade. A sociedade não tem o direito de se igualar ao delinquente na violência dos presídios.

Se queremos um país seguro e sem violência, a educação integral é o caminho, respeitando o direito de todos, em especial dos mais carentes.

*Engenheiro Civil, membro benemérito da Academia de Letras de Teófilo Otoni e conselheiro do Instituto Histórico e Geográfico do Mucuri.

Direitos Humanos na mira do Rotary Internacional

Iracema das Graças Ferreira*

O Rotary é uma organização de líderes de negócios e profissionais unidos no mundo inteiro, que prestam serviços humanitários, fomentam um elevado padrão de ética em todas as profissões, ajudando estabelecer a paz e a boa vontade no mundo.

O Rotary é uma força de união em um mundo onde prevalecem forças de desintegração. As desigualdades sociais são gritantes. O grande recurso com o qual uma nação pode contar é a paz. Ela é mais valiosa do que terras férteis, do que minas, do que inarráveis riquezas.

A ignorância e a desigualdade social é uma ameaça à paz e ao progresso, ferindo assim, os direitos humanos. Para evitar que isso aconteça, essa organização trabalha e incentiva o serviço humanitário divulgando através dos seus lemas anuais e com o famoso slogan: “Dar de si, antes de pensar em si”, procura respeitar e ter solidariedade com todo e qualquer ser humano.

A maior prova disso é a luta para erradicar a poliomielite da face da terra há trinta anos.

Há trinta anos o Rotary angaria recursos e os emprega na compra das vacinas contra essa fátidica doença que causa mutações na infância, deixando sequelas para o resto da vida. Falta muito pouco para exterminá-la, pois hoje ela existe somente em três países: Nigéria, Afeganistão e Paquistão. O Brasil já não possui casos há 20 anos. Com esses dados podemos afirmar que o trabalho incessante desta organização garante a prevenção da doença, porque ter saúde é um grande direito do ser humano; como também ter boa qualidade de vida.

E para contribuir com a resolução de conflitos, o Rotary sustenta jovens com potencial e que despertam boa vontade em servir, oferecendo dentro do programa “Bolsas para paz”, estudos em grandes universidades de vários países.

Foi ao longo destes cem anos, fazendo a diferença no mundo em prol da humanidade, que hoje possui uma cadeira cativa na ONU.

Estando presente em 215 países, desenvolve ações em todas as comunidades em que está inserido, sendo tratado com respeito e credibilidade nas diversas áreas públicas e privadas, obtendo parcerias efetivas de grande valia para as mesmas, servindo na esperança de proporcionar convivências de paz, para um futuro melhor, porque servir à humanidade é a melhor obra que executamos nesta vida, com a capacidade de dirigir recursos para pontos específicos, alavancando o interesse coletivo, produzindo resultados de expressão mundial.

O Rotary tem um compromisso com a humanidade, que inclui a compaixão e a ajuda prática àqueles cujas vidas tem sido afetadas pela pobreza, pela doença, pela ignorância e desastres da natureza e se sente na obrigação de oferecer soluções viáveis para problemas que afligem a espécie humana. Seu dever é estender as mãos àqueles que necessitam de uma simples assistência para recolocar suas vidas no caminho certo e garantir a todos, buscar com dignidade o mínimo a que tem direito como seres humanos.

Mesmo não alcançando na sua totalidade, faz tudo por aqueles que estão na sua mira e próximo de cada rotariano, trabalhando em cinco áreas de enfoque: promoção da paz; combate e prevenção de doenças; fornecimento de água limpa; saúde de mães e filhos, apoio à educação e cuidados com o meio ambiente.

Assim, pode ser considerada uma organização consciente do seu papel no mundo de hoje.

*Educadora e governadora do Distrito 4520, ano 2013-2014.

Desencanto

Seme Handeri*

Por que, meu Deus, temos que sufocar no peito a magoa,
Por que temos que aceitar a dor que nos invade.
Por que temos que engolir calado a lagrima,
Pelo medo de achar que é muito tarde?

Por que temos que nos curvar ante a imbecilidade,
Por que temos que concordar com a impunidade,
Por que temos que inventar uma nova razão,
Para disfarçar o peso enorme da nossa solidão?

Por que sempre temos de esconder a raiva
Por que sempre temos de guardar a nossa desilusão
Por que sempre temos que medir as palavras
Pra não sermos obrigados a pedir perdão? .

Por que essa desculpa esfarrapada
Por que essa corrupção desenfreada
Por que essa traição aos que lutaram e morreram?
E foi pra ver isso que eles morreram?

Por que temos que viver enjaulados
Por que temos que ter muito cuidado
Por que temos que ter a proteção divina
Para não ver nosso direito violentado?

Por que, meu Deus, somos um povo sem atitude,
Por onde anda a nossa juventude,
Por que esse país não encontra a sua dignidade
Por que tanta desigualdade?.

Em meio a tantos porquês,
Minha alma se inquieta triste, descrente,
assombrada
desencantada.

*Advogado. Reside em Teófilo Otoni - MG.

Para a Academia de Letras de Teófilo Otoni

Guiomar Sant'Anna Murta
Convidada de Honra

O tempo se acabou, sem que cumprir pudesse
o meu gosto e dever de me fazer presente,
na Revista que traz da colheita, da messe
do chão de todos nós, o fruto da semente.

Orgulho-me de ser, desse pomar que cresce,
a planta que nasceu, na margem florescente
do rio... Marco, sim, de sonho e de prece
da menina a contar histórias, simplesmente.

Sem colaboração, desta vez, à Revista,
desculpo-me a querer que cada um persista
na messe do saber dessa terra querida.

Meu tempo de escrever turvou-se, como o rio,
na velhice normal do próprio desafio
de meandros compor, sob a ponte da vida...



Por que escrevo

Anomalias há em muitas vidas,
sem que, lhes vendo as formas doloridas,
possamos desvendar os seus segredos.

E como tantas que explicar não ousou,
vive em meu peito um monstro luminoso
que chora pelas pontas de meus dedos!

Classificação: crônicas e poesias

Tempo

Águida Pereira Martins Silva de Almeida
Caratinga -MG
1º lugar

Não importa se o tempo não faz tempo
Se o tempo é arquivo da mente
Se o tempo não é gente com o tempo
Ou se o tempo é lua crescente.

Não importa se o tempo não descansa
Se o tempo não segue a natureza
Se o tempo não tem medo de nada
Ou se o tempo não morre com o tempo.

Não importa se o tempo não tem tamanho
Se o tempo já foi criança
Se o tempo não é adulto
Ou se o tempo é só gente grande.

Não importa se o tempo não é nosso amigo
Ou se o tempo é nosso irmão
O tempo é o homem que faz
Quando há amor no coração.

Não importa o tempo e a idade
Que nos faz pensar na vaidade
Que o tempo deixou a saudade
Nascer no tempo que nos mostra a verdade.

Não importa o tempo que foi
Que não volta em tempo sem tempo
Importa sim, o tempo novo
Que sem tempo e com o tempo se faz.

Não importa o que pensa a gente
Se o tempo em tempo se vai
O tempo é a história da gente
Que ama o tempo pensando em algo mais.

Ah! Doce tempo que nos dá tempo!
De pensar no tempo que foi
O tempo é amigo do homem
Que faz tempo e leva o tempo por onde for.

Vida e solidão

Marcos Coelho Cardoso
Dourados-MS
2º lugar

Aceito o que me dão.
Quero sentir o afago triste de folhas,
O aroma suave da relva limão,
A cor suave da azaleia,
O encantamento da plateia,
A passagem do circo,
O momento exato do picadeiro,
O som suave do violino,
A valsa do baile,
A varinha de condão,
O leve balançar das mãos no efeito mágico da magia,
O sentir o teu cheiro em sedução,
Tua mão segurando a minha mão,
A segurança da estação, o verão.
Vejo as colinas e os paredões rochosos,
O lambar de ondas marítimas,
A sentir o sabor dos continentes,
A melodia dos corais nos caracóis soltos sobre areias...
Divinas sensações, amores insistentes...
Seda, vermelha e púrpura,
O som da orquestra e a ópera.
A letra suave da tinta ganha vida no papel.
Palavra a palavra,
Letra a letra,
A tinta, o compasso do risco,
A dança das palavras,
Sobre a grafia no papel,
Os sentidos em emoção,
Pulsos ao compasso do coração...
Sentir aos grafar sentimentos...
Velha sala, velhos riscos,
Rabiscos incertos de um coração indeciso.
A melhor frase no velho epitáfio da lápide esquecida,
O último recurso: solidão.

Madrugada

Celso Gonzaga Porto
Cachoeirinha – RS
3º lugar

A noite era mansa e serena
Alguma coisa mudou
No gorjear do primeiro pássaro
No varredor da calçada
No apito do primeiro bonde
No ambulante que monta a barraca
No boêmio curtindo a ressaca
Na mariposa cabisbaixa e cansada
No vadio que acorda na praça
Na bailarina despenteada e sem graça
No gigolô contando dinheiro
Na criança acordando no viaduto
No travesti voltando ao seu reduto
No abrir das cortinas de ferro
A vida se transforma num momento
Onde o nada passa a ser tudo
E o tudo passa a ser nada
É o intercâmbio do tempo
A mostrar que aquele momento
É o romper da madrugada.

Encontro de Rios

Vânia Rodrigues Calmon
Vila Velha – ES
1º lugar

Sem muita pressa, segue o Todos os Santos até chegar em Presidente Pena. O rio viaja com destino certo. Ruma para a desembocadura num crescendo de tudo. A curva é ascendente e finaliza difusa.

Em Presidente Pena é rio de verdade. Vem de passagem por Teófilo Otoni, por seus distritos, agregando filhotes de Santos a lhe engrossarem as caldas e o ânimo. Aumenta-lhe a responsabilidade de não recuar, o respeito dos ribeirinhos por aquela benção de águas de todo santas.

O ápice da curva, coincidentemente, é a extremidade. A relevância daquele ponto reporta-se ao transcurso da linha. A percorrenciã pontilhada de incerteza é invertida, simétrica e inversa, pela robustez de valores e sentimentos positivos. Esses reconduzem sempre à curva, determinadamente no sentido do ponto.

Assim, a chegada às barradas do Mucuri se aproxima e cresce sem se definir aquele sentimento de todo contraditório. O orgulho que veio traçando a réstia daquela história mal supera o embate que a alternância do encargo traz. A perda da identidade construída naquela jornada esvazia a mente para um nada, que nada parece preencher. A brancura das espumas adiante traduz em espiritualidade a obra. O embate torna-se glorioso. A entrega surpreende por não se esvaziar do nada, passa adiante solene reverenciando o começo.

Tinha que fazer sentido aquele nome de rio. Rio Todos os Santos. Bem naquele lugar é que perfaz o tempo de garantir o nome e a fê do povo que ali engrossa junto com as caldas do rio. Por isso, o dizer que “encontro de rio tem mistério” é certo. Encontro de rio é onde se encontra toda sorte de sentimentos: de mágoas e de gratidão, de arrependimento e de promessa, de juras e de comunhão, de humildade e grandeza.

Sentimento é tudo o que se acumula na percorrenciã. A linha que se faz e desfaz em curvas e segue sem volta o rumo da história de um volume de água crescente que se agiganta, tomando o sentido do ponto. Avizinha-se com a preciosa carga à chegada ainda sem a clara percepção da iminente entrega. Porém, logo adiante, o limite. Paira a certeza, decerto, do mistério na grandeza e no esplendor absoluto que aquelas águas dominam de, para mais adiante, possibilidades infinitas.

No entanto, no romper de um instante, estatelam-se as águas: o crucial encontro. Mingua-se a toada tonitruante: resta o embate e a transcendência, e talvez por isso caiba uma prece àqueles Todos os Santos.

Talvez por isso, o encontro seja evento místico e grandioso, onde a fê enriquece, faz florescer o momento de entrega. Acredita-se que haja muito mais e melhor a se fazer, a se ser, adiante.

Os retratos do meu Tio

Coracy Teixeira Bessa
Salvador – BA
2º lugar

“- *Este não sou eu! É um estranho para mim*”. Irritado, o meu tio se afastou do espelho do banheiro e correu para o chuveiro. Pela porta entreaberta eu escutara o desabafo chocado daquele homem ainda forte e sadio, nos seus oitenta anos bem vividos. Desde que enviuvara, há cerca de oito anos, com seus filhos adultos morando em outras cidades com suas famílias, eu, o sobrinho-neto que residia mais próximo dele sempre o visitava, e às vezes passava o fim de semana em sua companhia, o que nos aproximava cada vez mais. Eu gostava de ouvi-lo contar anedotas: com um toque irônico fazia comparações entre as personagens da estória e nossos familiares. Tinha um espírito sagaz e um bom humor invejável. Com o passar do tempo, entretanto, esse bom humor foi se deteriorando sem causa aparente, o que me deixava perplexo. Procurei sondar se ele estava com algum problema de saúde ou de outra causa, porém a resposta era sempre a mesma: “- *Está tudo bem, não se preocupe!*”. E continuava a arrumar os seus livros ou selecionar os seus discos.

Pouco a pouco passei a observar que, da plêiade de fotografias da família, orgulho da finada tia Belinha, simplesmente iam desaparecendo aqueles retratos em que estava o meu tio. Inquirido, meu tio dava respostas evasivas: “- *Devem estar por aí! A arrumadeira deve ter tirado do lugar! Que importa?*”. Depois dos retratos, foram os espelhos da casa que se escafederam! Um a um! Restou apenas o do banheiro, imprescindível ao ritual diário de fazer a barba.

Passei algumas semanas sem visitar o meu tio, atarefado que estava com o meu trabalho. Quando retornei à sua casa, o espelho do banheiro também havia sumido! Confrontado, meu tio cedeu e revelou:

“- *Não vou mais me olhar no espelho! Aquele lá não sou eu!*”. Entre chocado e divertido com a situação, insisti com ele que era tudo uma grande bobagem. “- *Quem não morre de cedo, morre de velhice, meu tio! Acontece com todo mundo!*”.

“- *Não acredito! Alguém deve conseguir escapar dessa maldição! Não é justo que seja assim!*”.

Alguns dias depois o meu tio insistiu que eu o levasse a uma cidade vizinha, pois queria reencontrar uma antiga namorada. Tentei me furtrar a essa empreitada desastrosa, mas não consegui. E lá fomos nós em busca do amor da juventude do meu tio. O sol escaldante do verão não dava trégua à minha sede. O carro do meu tio, pouco usado nos últimos tempos, resfolegava pela estrada empoeirada e esburacada em alguns trechos. A vegetação ressequida se despedia das últimas flores da primavera e aguardavam o milagre do amadurecer dos frutos. Uma brisa morna momentaneamente enganava o calor. Eu quase não conseguia acompanhar a narração do meu companheiro de viagem, que me descrevia a beleza da mulher a quem outrora amara profundamente. Lamentava que o romance houvesse chegado ao fim por implicância do pai da moça, que se mostrara irreduzível em afastar o jovem casal.

Avistamos a pequena cidade num vale profundo. As casas alvejavam a paisagem por entre árvores desfolhadas, amputados os seus ramos com crueldade, assim me parecia. Crianças e cães vadios perseguiam-se por entre becos e praças, em folguedos próprios da idade e da natureza. O bimbalar do sino na torre da igreja despertou a minha fome adormecida pelo calor. Um olhar de ansiosa expectativa brilhava nos olhos atentos do meu tio, aumentando a minha preocupação com o desfecho da empreitada: nem sabíamos ao menos se a musa ainda vivia! Pergunta daqui, pergunta dali (a curiosidade dos moradores competindo com a minha impaciência), finalmente chegamos a uma casa bem cuidada, com um avarandado convidativo para uma prosa amigável, e vasos com plantas que não se ressentiam da seca do verão. O meu tio saltou do carro com tal vivacidade que eu fiquei assustado: será que o seu coração aguentaria? Subiu os poucos degraus com firmeza e tocou

a campainha da porta com decisão.

Agora o tempo passa mais devagar... os dedos trêmulos do meu tio insistem em torturar a campainha até que... a porta se abre e uma velhinha com fones de ouvir indaga:

“- *Posso ajudar?*”. O meu tio recua, tropeça nos degraus, consegue se equilibrar e alcança o carro estacionado. Com gestos imperiosos chama-me, muito nervoso:

“- *Vamos embora! Vamos!*”.

A viagem de regresso foi dominada pelo silêncio. Perto de casa não resisti: “- *Meu tio, o que aconteceu?*”. Os olhos marejados do velho não contiveram a torrente salgada de lágrimas da desilusão, da morte da sua fantasia, e da constatação da cruel realidade:

“- *Quem não morre, envelhece!*”.

Sorriso de graça

Amalri Nascimento

Rio de Janeiro - RJ

3º lugar

Estava dirigindo em plena hora do rush, outro dia. Já pararam para pensar que nessas horas todos os sinais de trânsito resolvem fechar e que aqueles segundos vermelhos parecem interminavelmente longos? Não é verdade? Eu sempre tenho essa sensação.

Poucos minutos passava das dezoito horas. O lusco-fusco do ocaso já se desvanecia por detrás da iluminação pública e, para que a cena casasse perfeitamente com o caos comum às cidades grandes, só restava começar a chover, eu pensava. Isto me fez lembrar da fala de um crítico de cinema acerca dum filme dirigido por Spielberg, algo assim: “- *A cena parecia estar completa. Tinha suspense e ação. A adrenalina estava na dose certa, mas o diretor resolveu que também tinha de chover.*”.

Sem nenhuma surpresa, o sinal à frente fechou quando eu já estava quase em cima da faixa. Como a velocidade era meio lenta, devido à retenção inerente ao horário, parei sem qualquer risco de colisão em minha traseira. Naquele momento, premonição ou não, os primeiros pingos começavam a desenhar caminhos sobre meu para-brisas.

Não adiantaria tecer reclamações, manter a paciência e aguardar o fluxo fluir, inda que lentamente era, e sempre o é, a alternativa mais aconselhável. Em momentos assim, gosto de ouvir música. De preferência, um clássico popular. No rádio tocava o cd “*The Best of Richard Clayderman*”. Dessa forma, ao dirigir pelas ruas cada vez mais apinhadas de novos automóveis consigo – mais ou menos – manter a calma até que chegue em casa.

Os longos trinta segundos, tempo do sinal de trânsito, pareciam-me uma eternidade. Na verdade, eu até que estava esgotado e aproveitava para viajar na melodia do piano. Foi quando umas batidas no vidro me provocaram um tremendo susto! Sabe como é cidade grande, sobretudo nos tempos de violência (quisera não utilizar esta palavra) como os que vivemos! Basta um motoqueiro emparelhar com você para se experimentar o que pode ser inferido como uma taquicardia.

Passado o sobressalto, pude perceber que não era nada que me fizesse pisar fundo no acelerador e cantar pneus em ritmo de fuga. Tratava-se apenas de um ambulante. Um menino vendendo doces. Aparentava não mais que doze anos. Era negro e vestia-se de forma não maltrapilha, mas bem simples. Usava calça jeans desbotada com rasgos nos joelhos, e uma camiseta com logotipo de escola pública, já bem surrada.

Baixei o vidro e, tentando parecer o mais normal possível exclamei: “- *Caramba, garoto! Quer me matar de susto?!*”. Ao que este alargou um branco sorriso em seu rosto miúdo e, no que parecia uma fala decorada, discorreu: “- *Tio, compra uma bananada aí pra me ajudar...*”. Naquele momento percebi, meio acanhado, que não dispunha de um vintém sequer. Tateei os bolsos e o console do carro tentando encontrar tempo para uma desculpa, e o olhei de volta com rugas franzidas na testa que denotavam sincero pesar.

Os trinta segundos programados do sinal vermelho pareciam não acabar nunca. Eu ainda fitando aquele sorriso largo, inocente e de graça. Cheio de graça... foi quando o semáforo dos pedestres começou a piscar, dando sinal de que a tentativa daquele moleque, parado ali na minha frente (mais um, entre tantos outros, nos cruzamentos) receberia mais uma desculpa do tipo “*foi mal, vou ficar devendo essa...*” e ele, frustrado, partiria para a próxima abordagem.

O sinal esverdeou-se. Eu continuava a olhá-lo com um sorriso amarelo. Ele sorria-me ainda mais sincero. Uma buzina atrás de mim soou. Passei a marcha, novamente franzi a testa e dei-lhe um tchau. Ele me sorriu ainda mais e, num gesto inesperado, jogou-me um doce, dizendo: “- *Tio, toma uma bananada para você, é de graça!*”. Outras buzinas soaram nervosamente e, sem mais o que me restar, fui-me embora.

Nos poucos quilômetros que ainda me restavam até chegar em casa, não havia como não pensar: “*Que tenhamos a sorte de esbarrar com sorrisos de graça, cheios de graça, alimentando-nos das graças de viver... que tenhamos a hombridade de aprendermos com a humildade de sorrir, também de graça e com a graça da sinceridade... um sorriso pode fazer toda a diferença!*”.



Amor Vincit Omnia

**Academia de Letras de Teófilo Otoni:
Histórico, patronos e quadro social**

Academia de Letras de Teófilo Otoni

Resgatando a arte literária na cidade

Fundada oficialmente em 20 de dezembro de 2002, a Academia de Letras de Teófilo Otoni é composta por 30 membros titulares e efetivos, sendo que cada cadeira é designada numericamente e tem um patrono imutável em homenagem a personalidades que tenham se notabilizado nas letras, nas ciências, nas artes, na política, na educação e/ou na imprensa. Conta ainda com um quadro social de membros honorários, beneméritos, convidados de honra e membros correspondentes. A entidade tem por objetivos: congregar pessoas que se dediquem às atividades literárias e artísticas nas mais diversas formas de expressão, realizar estudos e pesquisas na área da literatura local e regional, promover e incentivar a cultura através da realização de conferências, exposições, concursos, cursos e outras atividades de natureza cultural, propagar o culto, o estudo, a exaltação e a divulgação da vida e da obra de personagens históricos e figuras literárias que ajudaram a construir a grandeza do município e da região. Também objetiva coletar, pesquisar, elaborar e divulgar estudos e informações de cunho cultural, relacionados aos interesses da entidade, e, por fim, promover o aprimoramento da língua pátria nos seus aspectos científico, histórico e artístico.

A ALTO realiza em dezembro de cada ano a tradicional *Noite do Café-com-Letras*, com recital, lançamentos literários e o lançamento da revista *Café-com-Letras*, com os trabalhos dos acadêmicos e de convidados especiais, promovendo a entrega de premiações especiais. Mantém a *Biblioteca D^a Didinha*, espaço para a difusão da cultura e incentivo ao hábito da leitura junto à comunidade, e o *Núcleo de Documentação de Literatura Isaura Caminhos Fasciani* – destinado ao resgate, à guarda e à conservação de livros, documentos (manuscritos e iconográficos) e demais objetos de valor histórico-cultural com referência à literatura no município de Teófilo Otoni e região do Vale do Mucuri.

Em parceria com a União Estudantil de Teófilo Otoni, realiza atividades de estímulo à leitura e à escrita por meio da realização anual do *Prêmio Literário Jovem Escritor: Troféu Cultural Prof. Fábio Pereira*, que é destinado aos alunos na faixa etária dos 14 aos 29 anos – matriculados na educação básica e superior.

Outorga anualmente o *Prêmio Academia de Letras de Teófilo Otoni: Troféu Isaura Caminhos Fasciani*, com o objetivo de reconhecer iniciativas de pessoas físicas e jurídicas na área literocultural, quer como promotores, incentivadores ou agentes de produção do conhecimento com ações voltadas especificamente para Teófilo Otoni e municípios do Vale do Mucuri.

Outrossim, concede a cada ano a *Medalha de Mérito Cultural D^a Didinha*, sendo destinada a homenagear pessoas físicas e jurídicas que tenham se destacado na criação e na promoção literocultural por meio de atividades literárias, culturais, artísticas, religiosas e de pesquisas em favor do desenvolvimento da pessoa humana e da sociedade teófilo-otonense ou pelo estabelecimento de políticas e projetos para o desenvolvimento da educação, do ensino e do civismo nesse município e na região do Vale do Mucuri.

A Academia de Letras de Teófilo Otoni também realiza anualmente o *Prêmio Literário Gonzaga de Carvalho*, o qual é realizado nas categorias poesia e crônica. De temática livre, a premiação é especificamente destinada aos membros correspondentes. A cada dois anos, distribui *Cestas Literárias*, que são pequenos acervos bibliográficos para formação inicial de espaços de leitura junto a entidades sociais, educacionais e culturais do município

e região. Promove, bimestralmente, o projeto *Voar com as letras*, utilizando-se do Espaço Cultural Antonio Barbosa, na Praça Tiradentes, iniciativa que consiste em música, poesia e arte; ocasião em que ocorrem lançamentos de livros, exposições de artes diversas, oficinas e rodas de conversas sobre arte e cultura. De mais a mais, outorga, em parceria com o Instituto Histórico e Geográfico do Mucuri, a cada ano, a *Medalha Conselheiro João da Matta Machado*, que tem como finalidade homenagear pessoas naturais com idade igual ou superior a 70 anos que se tenham dedicado ao desenvolvimento cultural, econômico, social, desportivo, cívico, educacional, científico e/ou religioso na cidade de Teófilo Otoni e região do Vale do Mucuri.

Patronos

Cardinals:	Patrons:
01.....	Pedro de Paula Ottoni
02.....	Ruy Homero de Oliveira Campos
03.....	Lourenço Ottoni Porto
04.....	Osileno Gomes de Mello
05.....	Paul Max Rothe
06.....	Pedro Antônio do Nascimento
07.....	Régulo de Cunha Peabolo
08.....	Raymundo Ottoni Porto
09.....	Augusto Pereira de Souza
10.....	Adail Barbosa de Oliveira
11.....	Lourival Pochir
12.....	Dam Quirino Adolfo Schmitz
13.....	Joaquim Nunes
14.....	Joaquim Alves Portugal
15.....	Thelso Ferreira da Cunha
16.....	José Alfredo de Oliveira Baracho
17.....	Nelson de Figueiredo
18.....	Rubem Somarista Tornich
19.....	Dely Coelho Nogueira
20.....	Daroy de Almeida
21.....	Libório Zimmer
22.....	Johann Leonard Hollerbach
23.....	Peirão Mendes de Souza
24.....	Carlos Fulgêncio da Cunha Peabolo
25.....	Ivo Lewicki da Cunha Mello
26.....	Leônidas Alves Lorentz
27.....	Luz Gonzaga de Carvalho
28.....	Noé Rodrigues dos Santos
29.....	José Salomé de Queiroz
30.....	José Gonçalves Sallero



Patrono Oficial

Prof. Celso Ferreira da Cunha

Patronesse: Prêmio Academia de Letras
Isaura Caminhas Fasciani

Patronesse: Biblioteca
e da Medalha de Mérito Cultural
Hilda Ottoni Porto Ramos - D^ªDidinha

Patrono: Publicações Especiais
Albert Schirmer

Patrono: Convidados de Honra
Monsenhor Otaviano José de Magalhães

Patrono: Membros Correspondentes
Luiz de Almeida Cruz

Patrono: Membros Honorários
Serafim Ângelo da Silva Pereira

Patrono: Membros Beneméritos
Horácio Rodrigues Antunes

Patrono: Prêmio Jovem Escritor
Fábio Antônio da Silva Pereira

Quadro social

Membros Titulares

Amenaide Bandeira Rodrigues
Antonio Jorge de Lima Gomes
Elisa Augusta de Andrade Farina
Gecernir Colen
Hilda Ottoni Porto Ramos
Izabel Cristina Ribeiro de Carvalho
Jader Moreira Rafael
Jair Duarte Pêgo Junior
João Batista Vieira de Souza
José Carlos Pimenta
José Geraldo Silva
José Salvador Pereira Araújo
Leônidas Conceição Barroso
Leuson Francisco da Cruz
Lizia Maria Porto Ramos
Llewellyn Davies Antonio Medina
Márcio Barbosa dos Reis
Marcos Miguel da Silva
Maria Laura Pereira da Silva Couy
Marlene Campos Vieira
Neuza Ferreira Sena
Olegário Alfredo da Silva
Raquel Melo Urbano de Carvalho
Sandra Helena Barroso
Sérgio Abrahão Aspahan
Therezinha Melo Urbano de Carvalho
Wilson Colares da Costa
Wilson Ribeiro

Convidados de Honra

Cilene da Cunha Pereira
Dom Aloísio Jorge Pena Vitral
Dulcina Regina Ribeiro Molina
Gelcyra Rodrigues dos Santos
Gilson de Castro Pires
Guiomar Sant'Anna Murta
Hilda Ottoni Porto Ramos
Iracema das Graças Ferreira
Íris Soriano Nunes Miglio
Isaura Caminhas Fasciani - *In memoriam*
Lais Ottoni Barbosa Ferreira - *In memoriam*
Luiz Gonzaga Soares Leal
Maria Eny Leal Fernandes da Silva

Maria Laura Pereira da Silva Couy
Neusa Guedes Carneiro
Nilmário Miranda
Suzana Maria Rêgo

Membros Honorários

Cláudio Cezar Azevedo de Almeida Leitão
Gervásio Barbosa Horta
Humberto Luiz Salustiano Costa
Ivan Claret Marques Fonseca – *In memoriam*
Jeferson Botelho Pereira
Nestor Coelho de Sant'Anna
Oldack de Miranda
Padre Lisa Geovanni Battista
Padre Piero Tibaldi
Sebastião José Lobo
Wilson Pires Neves

Membros Beneméritos

Arnaldo Gomes Pinto Júnior
Detsi Gazzinelli Jr.
Gilberto Ottoni Porto
João Carlos da Cunha Mello
Maria José Hauelsen Freire
Theomar Sampaio Paraguassu

Membros Correspondentes

Adão Alves de Oliveira Filho – Uberlândia/MG
Adão Wons – Cotiporã/RS
Adevaldo Rodrigues de Souza – Belo Horizonte/MG
Águida Pereira Martins Silva de Almeida – Caratinga/MG
Alberto Slomp – Araraquara/SP
Alcione Sortica – Porto Alegre/RS
Alda das Dores Alves Barbosa – Unai/MG
Alexandra Vieira de Almeida – Rio de Janeiro/RJ
Alexandre Cezar da Silva – Ocara/CE
Alfredo Nogueira Ferreira – Florianópolis/SC
Almir Fernandes de Souza – Nanuque/MG
Altamir Freitas Braga – Rio de Janeiro/RJ
Ândrei Clauhs – Brasília/DF
Angélica Maria Villela Rebello Santos – Taubaté/SP
Angelo Pereira Campos – Belo Horizonte/MG
Antonia Aleixo Fernandes – São Paulo/SP
Antonio Dias Pereira Filho – Belo Horizonte/MG
Antônio Francisco Cândido – Congonhal/MG
Arahilda Gomes Alves – Uberaba/MG
Aristides Dornas Junior – Moeda/MG

Aristides Leo Pardo - União da Vitória/PR
Aurineide Alencar de Freitas de Oliveira – Dourados/MS
Benvinda da Conceição de Melo Lopo – Lisboa/Portugal
Bruno Resende Ramos – Teixeira/MG
Camilo Antonio Lucas Silva – Caratinga/MG
Carlos Henrique Pereira Maia – Niterói/RJ
Carlos Lúcio Gontijo – Santo Antonio do Monte/MG
Carmelita Ribeiro Cunha Dantas - Aparecida de Goiás/GO
Carmem Lúcia Hussein – São Paulo/SP
Carmem Terezinha Rodrigues Moraes – Porto Alegre/RS
Cecília Maria Rodrigues de Souza – Manaus/AM
Celso Gonzaga Porto – Cachoeirinha/RS
Charlene dos Santos França – Rio de Janeiro/RJ
Cícero Barbosa Teixeira – Inhapi/AL
Cláudio de Almeida – São Paulo/SP
Cláudio de Almeida Hermínio– Belo Horizonte/MG
Clevane Pessoa de Araújo Lopes – Belo Horizonte/MG
Coracy Teixeira Bessa - Salvador/BA
Cosme Custódio da Silva – Salvador/BA
Daniel Antunes Júnior – Belo Horizonte/MG
Danielli Rodrigues – Paraná/PR
Darlan Alberto Tupinabá Araújo Padilha – São Paulo/SP
Décio de Moura Mallmith – Porto Alegre/RS
Dilercy Aragão Adler – São Luiz/MA
Edilson Nascimento Leão - Urandi/BA
Elba Gomes de Andrade – Paranaguá/PR
Eliane Silvestre da Costa – Brasília/DF
Elizabeth Abreu Caldeira Brito – Goiânia/GO
Elmo Notélio – Frei Inocência/MG
Eloisa Antunes Maciel – São Martinho da Serra/RS
Else Dorotéia Lopes – Nova Lima/MG
Emadilson de Jesus Santos – Itabuna/BA
Emanuela Rufino de Lima Melo – Recife/PE
Emerson Maciel Santos – Laranjeiras/SE
Erika Lourenço Jurandy – Rio de Janeiro/RJ
Eugênio Maria Gomes – Caratinga/MG
Fátima Cristina Sampaio Luiz – Belo Horizonte/MG
Fernando Catelan – Mogi das Cruzes/SP
Fernando da Matta Machado – Rio de Janeiro/RJ
Flávia Assaife Campos Almeida – Rio de Janeiro/RJ
Flaviana Tavares Vieira – Diamantina/MG
Flávio Sátiro Fernandes – João Pessoa/PB
Francisco Alves Bezerra – São Bernardo do Campo/SP
Francisco de Assis Dantas – João Pessoa/PB
Francisco José da Silva – Bom Jesus do Galho/MG
Francisco Martins Silva – Uruçui/PI
Francisco Soriano de Souza Nunes – Rio de Janeiro/RJ

Geraldo de Castro Pereira – Vila Velha/MG
 Geraldo José Sant’Anna – São José do Rio Preto/SP
 Gessimar Gomes de Oliveira – Montes Claros/MG
 Gilmar da Silva Cabral – Rio de Janeiro/RJ
 Gilmar Ferraz da Silva – Teixeira de Freitas/BA
 Gladston Passos Salles – Rio de Janeiro/RJ
 Glaston Passos Salles – Rio de Janeiro/RJ
 Gleidston César Rodrigues Dias – Lagoa da Confusão/TO
 Helena Selma Colen – Ladainha/MG
 Helenice Maria Reis Rocha – Belo Horizonte/MG
 Hélio Pedro Souza – Natal/RN
 Hélio Pereira dos Santos – Pequi/MG
 Iara de Oliveira Pereira – Passos/MG
 Ieda Cunha Cavalheiro – Porto Alegre/RS
 Ilda Maria Costa Brasil – Porto Alegre/RS
 Irineu Barone Costa – Belo Horizonte/MG
 Isabel Cristina Silva Vargas – Pelotas/RS
 Isadora Cristiana Alves da Silva – Capoeiras/PE
 Ivete Flores Catta Preta Ramos – Belo Horizonte/MG
 Ivonette Santiago de Almeida – Brasília/DF
 Jacqueline Bulos Aisenman – Genebra/Suíça
 Jane Guilherme da Silva Rossi – Guarulhos/SP
 Janeuce Maciel Cordeiro – Turmalina/MG
 Jean Albuquerque – Nova Viçosa/BA
 Jelvisson dos Santos Nascimento – Salvador/BA
 Jéssica Milato da Costa – Araras/SP
 João Carlos de Oliveira Tórtora – Petrópolis/RJ
 João de Souza Neres – Mata Verde/MG
 João Marques de Oliveira Neto – Osasco/SP
 João Paulo Lopes de Meira Hergesel – Alumínio/SP
 João Santos Gomes – Medeiros Neto/BA
 Johnathan Felipe Bertsch – Jaguará/SC
 Joilson Maia dos Santos – Una/BA
 Jorge Fregadolli – Maringá/PR
 Jorge Henrique Vieira Santos – Nossa Senhora da Glória/SE
 José Amalri do Nascimento – Rio de Janeiro/RJ
 José Anchieta Antunes de Souza – Gravatá/PE
 José Antônio de Ávila Sacramento- São João Del Rey/MG
 José Aparecido Araújo – São Paulo/SP
 José Celso da Cunha – Belo Horizonte/MG
 José Feldaman – Maringá/PR
 José Geraldo Tavares – *In memoriam*
 José Moutinho dos Santos – Belo Horizonte/MG
 José Rodrigues Arruda – Serrinha/RM
 José William Bezerra e Silva – Fortaleza/CE
 Juarez Silva Dantas – Belo Horizonte/MG
 Júlio César Bridon dos Santos – Gaspar/SC

Jussara Santos Pimenta – Porto Velho/RO
 Kátia Storch Moutinho – Vitória/ES
 Leandro Bertoldo da Silva – Padre Paraíso/MG
 Leandro Campos Alves – Caxambú/MG
 Leda Barboza Mendes de Oliveira – Pedra Azul/MG
 Lenival Nunes de Andrade – Catolé do Rocha /PB
 Lígia Maria dos Reis Matos – Caratinga/MG
 Lilian de Sousa Farias – Aracaju/SE
 Lindalva Silva Quintino dos Santos – Belo Horizonte/MG
 Lucas Menck – In memoriam
 Lúcia Helena Pereira – Natal/RN
 Luciana Tannus de Andrade – Aracaju/SE
 Luciano José Schirmer de Oliveira – Ladainha/MG
 Luciene Barros Lima – Salvador/BA
 Lucilene Ianino Lima Peçanha – Belo Horizonte/MG
 Lucivalter Almeida dos Santos – Nazaré/BA
 Luiz Gonzaga Marcelino – *In memoriam*
 Luiz Paulo Lírio de Araújo – *In memoriam*
 Magali Maria de Araújo Barroso – Belo Horizonte/MG
 Mamede Gilford de Meneses – Itapipoca/CE
 Marcelo Allgayer Canto – Cachoeirinha/RS
 Marcelo de Oliveira Souza – Salvador/BA
 Márcia de Jesus Souza – Ribeirão das Neves/MG
 Márcia Devincenzi Reis Terra – Águas Claras/DF
 Márcio Mór Giongo – Porto Alegre/RS
 Marco Aurélio de Freitas Lisboa – Belo Horizonte/MG
 Marcos Coelho Cardoso – Dourados/MS
 Marcos Pereira dos Santos – Ponta Grossa/PR
 Marcus Vinícius Bertolini Rios – Iúna/ES
 Margareth das Dores Rafael Moreira Costa – Itambacuri/MG
 Maria Antonieta Gonzaga Teixeira – Castro/PR
 Maria Aparecida Araújo Moreira Alves – Guarulhos/SP
 Maria Cristina Carone Murta – Belo Horizonte/MG
 Maria da Conceição Rodrigues Moreira – Belo Horizonte/MG
 Maria da Glória Oliveira Brandão Marques – Itabuna/BA
 Maria de Lourdes Schenini Rossi Machado – Porto Alegre/RS
 Maria Francisca dos Santos Lacerda – Vila Velha/ES
 Maria Helena Sleutjes – Juiz de Fora/MG
 Maria Iris Siqueira Mendes – Belo Horizonte/MG
 Maria José Alves Coelho – *In memoriam*
 Maria Luciene da Silva – Fortaleza/CE
 Maria Norma Lopes de Macedo – Turmalina/MG
 Maria Telma Barbosa de Lima – São Paulo/SP
 Mariana da Silva Ferreira – Santa Luzia/MG
 Marilene Pereira Godinho Soares – Caratinga/MG
 Marilina Baccarat de Almeida Leão – Londrina/PR
 Marise Fátima Andreatta – Dourados/MS

Marlene Bernardo Cerviglieri – Ribeirão Preto/SP
Marly Rondam Pinto – São Paulo/SP
Marrippe Faul Abeilice – Belo Horizonte/MG
Márson Alquati – Nova Roma do Sul/RS
Maurício Antônio Veloso Duarte – São Gonçalo/RJ
Mauro Marques de Carvalho – In memoriam
Miguel José da Silva – Santa Maria/RS
Mônica Yvonne Rosemberg – São Paulo/SP
Nancy Zeitone – Rio de Janeiro/RJ
Nelci Veiga Mello – Campo Mourão/PR
Neri França Fornari Bocchese – Pato Branco/PR
Norma Disney Soares de Freitas – Fortaleza/CE
Nylton Gomes Batista – Cachoeira do Campos/MG
Odenir Ferro – Rio Claro/SP
Odyla Pinto de Paiva – Rio de Janeiro/RJ
Ormuz Barbalho Simonetti – Natal/RN
Paulo André Gazzinelli – Belo Horizonte/MG
Paulo Cesar de Almeida – Andrelândia/MG
Paulo Dias Neme – São Paulo/SP
Paulo Murilo Carneiro Valença – Recife/PE
Paulo Roberto de Oliveira Caruso – Rio de Janeiro/RJ
Priscilla dos Santos Gomes - Massy/França
Regina Batista Magalhães Silva – Bebedouro/SP
Renata Rimet Ramos Silva – Salvador/BA
Roberto de Piratininga Ferrari – Carapicuíba/SP
Roberto Franclin Falcao da Costa - São Luis/MA
Roberto Gonçalves Enedino – Nanuque/MG
Roberto Prado Barbosa Junior – São Vicente/SP
Rodrigo Marinho Starling – Belo Horizonte/MG
Rogério Ferreira de Araújo – São Gonçalo/RJ
Rogessi de Araújo Mendes – Recife/PE
Rosilene Alves Pereira Ferraz – Padre Paraíso/MG
Rosimeire Leal da Motta Piredda - Vila Velha/ES
Rossana Monteiro Cruz – Aracajú/SE
Rossidê Rodrigues Machado – São Vicente/SP
Rozelene Furtado de Lima – Teresópolis/RJ
Sandra Avelino da Silva – São Paulo/SP
Sandra Ramalho de Oliveira – Caratinga/MG
Sérgio Rodrigues Piranguense – Belo Horizonte/MG
Silvio Biagio Parise – Eust Providence – EUA
Stefany Nayara Santanna Alves – Guarulhos/SP
Tais Martins – Curitiba/PR
Teresa Cristina Carvalho Mércuri Azevedo – Campinas/SP
Umbelina Linhares Pimenta Frota Bastos – Inhumas/GO
Valdeck Almeida de Jesus – Salvador/BA
Valdivino Pereira Ferreira – Turmalina/MG
Valéria Victorino Valle – Anápolis/GO

Valilya Mannathal Hamza – Rio de Janeiro/RJ
Valter Bitencourt Júnior – Salvador/BA
Walter Luiz Cid do Nascimento - João Dourado/BA
Vânia Rodrigues Calmon – Vila Velha/ES
Vanina Miranda da Cruz – Salvador/BA
Varenka de Fátima Araújo Garrido – Salvador/BA
Wilson Barbosa Costa – Belo Horizonte/MG
Walber Gonçalves de Souza – Caratinga/MG
Wallace Gomes Moraes – Itambacuri/MG
Walter Teófilo Rocha Garrocho – In memoriam
Weder Ferreira da Silva – Rio de Janeiro/RJ
Wenderson Cardoso – Contagem/MG
Wilson de Oliveira Jasa – São Paulo/SP
Yara Regina Franco – Araraquara/SP
Zenir Izaguirre Carvalho – São Jerônimo/RS

Membros voluntários

Eduardo Amorim Silva

Egmon Schaper Filho